



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

DITADURA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO MARANHÃO:
O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE
ALCÂNTARA

São Luís - MA

2025

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

**DITADURA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO MARANHÃO: O
PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Doutor. Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

São Luís – MA

2025

Cunha, Manoel Afonso Ferreira.

Ditadura e modernização conservadora no Maranhão: desenvolvimento, repressão e conflitos / Manoel Afonso Ferreira Cunha. – São Luís, 2025.

150 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves.


1. Modernização conservadora. 2. Programa Grande Carajás. 3. Centro de Lançamento de Alcântara. I. Título.

CDU 94(812.1).08


MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

**DITADURA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO MARANHÃO: O
PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**


Banca avaliadora:

Documento assinado digitalmente
 **MONICA PICCOLO ALMEIDA CHAVES**
Data: 08/08/2025 17:24:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Profa. Dr. Monica Piccolo Almeida Chaves
(PPGHIST/UEMA)**

Documento assinado digitalmente
 **FABIO HENRIQUE MONTEIRO SILVA**
Data: 08/08/2025 18:20:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Profa. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva
(PPGHIST/UEMA)**

Documento assinado digitalmente
 **LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS**
Data: 08/08/2025 18:43:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dr^a. Lidiane Elizabete Friderichs
(PPGHIST/UEMA)**

Documento assinado digitalmente
 **VICTOR DE OLIVEIRA PINTO COELHO**
Data: 04/12/2025 13:32:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Victor Coelho
(PPGHIST/UFMA)**

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL VAZ DA MOTTA BRANDAO**
Data: 04/12/2025 14:14:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão
(FFP/UERJ)**

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese de doutorado representa não apenas uma conquista acadêmica, mas também a concretização de um sonho que só foi possível graças ao apoio de pessoas especiais ao longo dessa jornada. Em primeiro lugar, agradeço com profunda gratidão à minha orientadora, Professora Mônica Piccolo Almeida Chaves, por sua orientação atenta, paciente e de grande generosidade acadêmica. Além de uma relação profissional e acadêmica, carrego uma gratidão de amigo e de filho para essa pessoa incrível. Sua escuta, suas sugestões e seu compromisso com o rigor científico foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos meus pais, Manuel Magalhães Cunha e Terezinha de Jesus Ferreira, meu amor incondicional e eterno reconhecimento. Vocês são minha base, meu exemplo de força, perseverança e afeto. Tudo o que conquistei tem as raízes no amor e nos ensinamentos que recebi de vocês. Às minhas irmãs Ana Vitória Ferreira Cunha e Ana Karoline Ferreira Cunha, por cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e por sempre acreditarem em mim mesmo em todos os momentos.

Aos meus grandes amigos, que caminharam comigo nas alegrias e nos desafios desta trajetória, meus sinceros agradecimentos: Marcos Paulo, Jefferson Maciel, Wallas Meireles, Vinícius Sales, Sara Vitória, Amanda Cristina, Kelma Nobre, Wilson Neto, Marla Rafaela e Rômulo Ribeiro. Suas presenças foram apoio, leveza e inspiração ao longo do caminho. A cada um de vocês, meu afeto e minha gratidão. Estendo meus agradecimentos aos professores, gestores e colegas de trabalho que, de diferentes formas, contribuíram para minha formação profissional e acadêmica. Suas palavras, críticas, incentivos e exemplos marcaram minha trajetória e me ajudaram a crescer como pesquisador e educador.

Por fim, celebramos a Universidade Estadual do Maranhão, o Programa de Pós-Graduação em História e a produção de ciência no Brasil. Reafirmo minha crença de que a História, enquanto campo do saber e da ação, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a memória, a verdade e a dignidade humana.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos.”

- Conceição Evaristo, linguista e escritora brasileira.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a ditadura civil-militar no Maranhão, com foco na inserção do projeto de modernização conservadora no estado. Esta pesquisa busca preencher uma lacuna na historiografia ao explorar o período do Governo Figueiredo, ainda pouco abordado em estudos anteriores. Para tanto, a metodologia adotada se pauta na análise crítica de fontes primárias e secundárias, com especial atenção aos documentos oficiais, periódicos da época e produções acadêmicas que abordam o tema da ditadura e da modernização conservadora no Brasil e no Maranhão. Os encaminhamentos metodológicos desta pesquisa se desdobram em algumas frentes principais. Primeiramente, será realizada uma investigação aprofundada sobre o contexto político e econômico do Maranhão durante a ditadura civil-militar, com ênfase nas relações entre o governo estadual e o regime militar. A análise da trajetória política de José Sarney, então governador do Maranhão, e sua proximidade com o governo militar, será um ponto central para compreender como essa hegemonia política facilitou a implementação de grandes projetos de desenvolvimento no território maranhense. Em segundo lugar, a pesquisa se dedicará ao estudo de caso de dois empreendimentos emblemáticos da modernização conservadora no Maranhão: o Programa Grande Carajás (PGC) e o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A análise desses projetos permitirá compreender o formato impositivo e autoritário de sua instalação, bem como os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados, e as formas de resistência e contestação por parte das populações atingidas. Será dada especial atenção à repressão e sufocamento de ações de contestação, e aos custos sociais e ambientais desses empreendimentos. A escassez de estudos sobre este período na historiografia maranhense justifica a profundidade da análise proposta, buscando contribuir para uma compreensão mais completa da ditadura civil-militar no estado. Por fim, a metodologia incluirá a análise da construção de um e-book como produto educacional, que visa proporcionar aos estudantes do ensino médio uma ferramenta de aprendizagem sobre a história da ditadura civil-militar no Maranhão. Este produto educacional será examinado em sua concepção, percurso teórico-metodológico e experimentação em sala de aula, demonstrando a transposição didática do conhecimento historiográfico para o ambiente escolar. A relevância social da pesquisa se manifesta na contribuição para a construção de uma memória coletiva sobre o período, promovendo a consciência histórica e a valorização dos direitos humanos e da democracia.

Palavras-chave: Ensino de História; Modernização Conservadora; Programa Grande Carajás; Centro de Lançamento de Alcântara; Produto Educacional; E-book.

ABSTRACT

This thesis analyzes the civil-military dictatorship in Maranhão, with a focus on the implementation of the conservative modernization project in the state. The research aims to fill a gap in historiography by exploring the period of the Figueiredo Government, still scarcely addressed in previous studies. The methodological approach is based on a critical analysis of primary and secondary sources, with special attention to official documents, newspapers of the time, and academic productions concerning the dictatorship and conservative modernization in Brazil and Maranhão. The research develops along three main axes: first, the investigation of the political and economic context of Maranhão during the dictatorship, with emphasis on the relations between the state government and the military regime, especially regarding the political trajectory of José Sarney, then governor, whose alliance with the regime facilitated major development projects. Second, the case study of two emblematic initiatives of conservative modernization in Maranhão: the Grande Carajás Program (PGC) and the Alcântara Launch Center (CLA), analyzed from the perspective of their authoritarian imposition, their social, economic, and environmental impacts, and the resistance strategies of the affected populations. Finally, the study addresses the conception, methodological framework, and classroom application of an e-book as an educational product designed to provide high school students with a pedagogical tool for understanding the dictatorship in Maranhão. The relevance of this research lies in its contribution to building a collective memory of the dictatorship in Maranhão, reinforcing historical awareness and the appreciation of human rights and democracy.

Keywords: Teaching History; Conservative Modernization; Grande Carajás Program; Alcântara Launch Center. Educational Resource; E-book.

LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

EB – Exército Brasileiro

FFP – Faculdade de Formação de Professores (UERJ)

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MPF – Ministério Público Federal

NUPEHIC – Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea

PGC – Programa Grande Carajás

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PPGHIST – Programa de Pós-Graduação em História

UDN – União Democrática Nacional

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Investimentos Diretos e em Infraestrutura (em US\$ bilhões), Segmento e Total. Fonte: C (1981).

Tabela 2: Grandes Projetos do Regime Civil-Militar, divididos por Grupo, Veto e Projetos. Fonte: Ibase, 1983.

Tabela 3: Cronologia de eventos relativos ao Centro de Lançamento de Alcântara.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Decreto Nº 51.133, de 3 de Agosto de 1961, criando o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais (GOCNAE).

Imagem 2: Mapa histórico de 1980, detalhando a destinação da área para o Centro Espacial em Alcântara (CLA - 62.000 ha).

Imagem 3: Processo de Transferência (1986) em fases I, II, III e IV, com mapas ilustrando as transferências e assentamentos das famílias.

Imagem 4: Página de apresentação do e-book.

Imagem 5: Apresentação dos boxes que compõem o e-book (Saiba Mais, Biografia, Glossário, Por Dentro do Documento, Testando seu Conhecimento, Fique Ligado!).

Imagem 6: Exemplo do box "Saiba Mais", com informações sobre o MST.

Imagem 7: Exemplo do box "Biografia", com informações sobre João Goulart.

Imagem 8: Exemplo do box "Glossário", com definições de Oligarquia e Patrimonialismo.

Imagem 9: Exemplo do box "Por dentro do documento", com link para o Ato Institucional nº5.

Imagem 10: Exemplo de atividade "Desafio Rápido: Quem sabe mais?", utilizando Kahoot!.

Imagem 11: Exemplo de "Proposta de atividade em grupo: Júri Simulado".

Imagem 12: Exemplo de questão de "Testando seu conhecimento" com imagem de jornal.

Imagem 13: Exemplo do box "Fique ligado!" com sugestão de documentário "Trilhos da Vida".

Imagem 14: Aplicação do produto no Colégio O Bom Pastor Júnior (Apresentação geral para os estudantes).

Imagem 15: Estudante acessando o produto pelo tablet.

Imagem 16: Experimentação do produto no Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo.

Imagem 17: Experimentação do produto no Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo (Mediação: professora Kelma Nobre).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL: DO NACIONAL-ESTATISMO À DITADURA CIVIL-MILITAR.....	35
2.1. Modernização Conservadora: fundamentos teóricos e desdobramentos no Brasil.....	35
2.2. Do Nacional-Estatismo à Ditadura Civil-Militar: História e Historiografia.....	41
2.3. O “Maranhão Novo” na ditadura: a ascensão política de Sarney sob a tutela dos militares.....	59
3. PROJETO GRANDE CARAJÁS E CENTRO DE LANÇAMENTO AEROESPACIAL: FACES DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO MARANHÃO.....	73
3.1. Programa Grande Carajás: industrialização periférica e dependência externa.....	73
3.2. Programa Grande Carajás: impactos sociais e resistências dos povos tradicionais.....	88
3.3. Alcântara e o Centro de Lançamento Aeroespacial: colonialidade espacial e militarização do território.....	96
3.4. Centro de Lançamento Aeroespacial, negação de direitos e políticas de reparação em Alcântara.....	110
4. EDUCAÇÃO HISTÓRICA EM FORMATO DIGITAL: PERCURSOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM E-BOOK.....	121
4.1. Percurso teórico-metodológico.....	121
4.2. Experimentação do Produto educacional em Sala de Aula.....	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	141

1. INTRODUÇÃO

O exercício da docência na educação básica é uma experiência profissional cheia de desafios e vivências. Nesses anos de sala de aula como professor de história do ensino fundamental e médio pude comprovar e viver inúmeras experiências. Paralelamente, minha trajetória acadêmica esteve em grande parte vinculada aos estudos da história contemporânea brasileira. Com o ingresso no Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, sob coordenação da professora Monica Piccolo Almeida Chaves¹, tive a oportunidade de aprofundar minhas investigações em tal campo de pesquisa.

O presente trabalho tem como tema central o estudo sobre a ditadura civil-militar no Maranhão, apresentando como principal problemática a inserção de empreendimentos² ligados ao projeto de modernização conservadora que se consolidou no Brasil a partir da segunda metade o século XX. O e-book que será produzido atende a uma demanda no sentido de proporcionar ao estudante do ensino médio mais uma ferramenta de aprendizagem sobre a história da ditadura civil-militar no Maranhão.

Esta pesquisa também apresenta relevância de caráter social no que tange às questões referentes ao processo de construção de uma memória coletiva sobre esse período. A compreensão das implicações históricas, sociais, econômicas e políticas da ditadura no Maranhão proporciona a esse público-alvo uma consciência histórica comprometida com a valorização da memória, dos direitos humanos e da democracia.

Interessante perceber, a partir deste trabalho, os diversos mecanismos de poder que estruturaram a ditadura no Maranhão e a existência de forças de resistência a esse regime

¹ Pós-doutora em História pelo Centro de Estudos Interdisciplinar do Século XX (CEIS/20), Universidade de Coimbra. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Mestre em História Social (1997) e Bacharel em História (1991) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunto IV do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UEMA) e do Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA). Investigadora Integrada no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS/20), na Universidade de Coimbra. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) e membro fundadora do INCT Proprietas. Coordenadora Geral do IECT Gestão Pública e Economia Criativa. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História de Portugal Contemporâneo atuando principalmente nos seguintes temas: questão fundiária, história econômica, história política e aparelhos de repressão. Bolsista produtividade CNPq. Membro, desde 2022, da Câmara de Assessoramento da FAPEMA na área de Ciências Humanas. Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão.

² Dentre os principais projetos implementados dentro da dinâmica de inserção da modernização conservadora no Maranhão, analisaremos especificamente o Programa Grande Carajás (1982) e o Centro de Lançamento de Alcântara (1983), examinando os fatores que contribuíram para o desenvolvimento deles e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais.

autoritário. Este tema apresenta grande significado por conta de uma série de questões relacionadas aos resquícios que a ditadura nos deixou de autoritarismo, conservadorismo, intolerância e desprezo pelos valores democráticos que setores consideráveis da sociedade reverberam atualmente.

Destacando sua viabilidade, o e-book se constitui um produto educacional fruto do exercício teórico-metodológico fundamentado em pesquisas de jornais, documentos escritos, livros, legislações, artigos científicos e outras possíveis fontes que compõem esse painel de dados e repertórios necessários ao trabalho. Tese e produto se tornam importante subsídio para que estudantes e professores aprofundem seus estudos com relação ao processo de modernização conservadora implementado pela ditadura no Maranhão.

O e-book se torna, portanto, um recurso de fácil acesso por ser possível baixá-lo, funcionando também em modo offline, apresentando simples compartilhamento por diversos aplicativos e redes sociais, além de ser reproduzido em diferentes dispositivos como computadores, tablets, smartphones e televisores. A materialidade da tese no produto educacional configura caráter inovador no sentido de estabelecer um processo de mediação didática a partir do conhecimento historiográfico sobre a ditadura civil-militar e da implementação de programas inseridos numa dinâmica de modernização conservadora que se consolidou no Brasil no século XX.

A partir da abordagem metodológica da História Local, é possível pensar os diversos desdobramentos desse modelo de desenvolvimento dentro da realidade maranhense das décadas de 1960, 1970 e 1980. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é contribuir para os estudos sobre a ditadura civil-militar a partir da construção de um e-book, produto educacional voltado para a reflexão acerca do projeto de modernização conservadora implementado no Maranhão. Para isso, foi desenvolvida uma análise historiográfica referente ao período da ditadura civil-militar no Brasil, destacando importantes leituras de alguns autores sobre tal contexto.

Em seguida, destacaremos os elementos teóricos e práticos que possam subsidiar a elaboração e estruturação do produto educacional, considerando aspectos conceituais, pedagógicos e comunicacionais. Posteriormente, deve-se apontar as contribuições teórico-metodológicas que sustentarão a materialidade do produto educacional (e-book) a partir das reflexões estabelecidas na tese e, por fim, refletir sobre a importância dos produtos educacionais no processo do ensino e aprendizagem de história dentro do cotidiano escolar.

Considerando a problemática citada, podemos estabelecer algumas hipóteses importantes que nortearão toda a pesquisa. A primeira delas se dá pela estreita relação de

afinidade política do então governador do Maranhão José Sarney com os governos militares. Sua eleição, vinculada ao campo das oposições coligadas, além da trajetória partidária ligada à UDN e posteriormente a ARENA, possibilita compreender como a hegemonia política de Sarney no Maranhão propiciou terreno político fértil para os interesses econômicos diretamente ligados a implementação de importantes projetos de desenvolvimento em território maranhense.

Uma segunda hipótese importante dentro desta investigação científica está diretamente ligada ao formato impositivo e autoritário que esses grandes empreendimentos foram instalados no Maranhão. Uma resposta possível para isso é a consolidação dos aparelhos de repressão que a ditadura implementou em várias regiões do país, no intuito de conter e punir quaisquer ações de oposição ao governo ou de caráter ideologicamente subversivo. Compreende-se que a política desenvolvimentista da economia brasileira na ditadura apresentava um perfil bastante arbitrário, no sentido de reprimir e sufocar possíveis ações de contestação e resistência aos seus interesses políticos e econômicos.

Outra hipótese relevante é a de que nesse contexto de inserção do projeto de modernização conservadora no Maranhão, caracterizado pelo desenvolvimento econômico sustentado na forte exploração da classe trabalhadora, da repressão e de intensos custos ambientais, acabou por criar uma conjuntura favorável ao surgimento de importantes grupos de luta e resistência à dura realidade de expropriação de terras, lutas no campo, violência e desigualdade social que tais organizações promoveram no Maranhão.

Este trabalho está estruturado em quatro seções, sendo a primeira delas introdutória e voltada para uma exposição geral do trabalho, destacando as motivações que levaram ao desenvolvimento da pesquisa, seus objetivos, além de uma importante reflexão sobre o Ensino de História e seus desdobramentos. Esse espaço é dedicado a uma reflexão sobre a relação entre ensino de história e o contexto das ditaduras e memórias silenciadas, assim como suas possíveis contribuições teóricas no processo de articulação entre pesquisa acadêmica e prática docente no cotidiano escolar.

A segunda seção, denominada *Modernização Conservadora no Brasil: do Nacional-Estatismo à Ditadura Civil-Militar*, reflete sobre o processo de modernização conservadora baseado em alianças entre o regime autoritário e a elite local, marcada pelo coronelismo e pela tecnocracia. O governo Sarney teve papel central na consolidação desse modelo, promovendo reformas econômicas excludentes, repressão social e controle ideológico, aprofundando as desigualdades e marginalizando parte considerável da população em nome de um desenvolvimento sem participação democrática.

A terceira seção, que tem por título *Programa Grande Carajás e Centro de Lançamento Aeroespacial: faces da modernização conservadora no Maranhão*, examina como a inserção desses projetos representou uma das faces mais expressivas da modernização conservadora no Maranhão, promovendo uma industrialização de caráter periférico voltada para o mercado externo e dependente de capitais estrangeiros. Destacam-se os diversos impactos econômicos, sociais e ambientais, bem como a reação denunciando os abusos e lutando por seus direitos e territórios.

Analisa-se como a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara consolidou a militarização do território fundamentada em uma narrativa de progresso que ocultava os efeitos nefastos sobre as populações tradicionais. A expansão do projeto provocou deslocamentos forçados que atingiram especialmente as comunidades quilombolas, rompendo vínculos históricos com a terra e aprofundando a vulnerabilidade social. Simultaneamente, os acordos tecnológicos internacionais, firmados para a exploração aeroespacial, revelaram as tensões entre soberania nacional, interesses geopolíticos e direitos das populações locais, expondo as contradições de um modelo que privilegia a inserção estratégica do país sem garantir justiça social.

Esta proposta de pesquisa insere-se na área de concentração *História, Ensino e Narrativas* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, voltada para a linha de pesquisa *Linguagens e Construção do Conhecimento Histórico*. Isto se justifica pela abordagem das relações entre escrita, conceitos históricos e historiografia, levando em consideração as referências curriculares para o Ensino de História, determinadas pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular e presentes no Plano Estadual de Educação/Maranhão.

No processo de construção do projeto, centrado na perspectiva de incorporação de tecnologias educacionais no Ensino de História, torna-se fundamental destacar que o século XXI tem sido marcado pela mudança de paradigma no campo da educação, pois, num mundo inteiramente globalizado e interligado pela internet, modificou-se drasticamente a percepção de distância e tempo, assim como a maneira de se ensinar e aprender, tendo em vista a vastidão de recursos para a obtenção de variadas informações.

Consequentemente, o Ensino de História deve caminhar alinhado a essa nova realidade tecnológica, considerando que o estudante de hoje está mais familiarizado ao uso de ferramentas como computadores, tablets e smartphones. A informatização do ensino através da aplicação de tecnologias digitais representa, numa perspectiva totalizante, a democratização do acesso à

informação e à educação, simbolizando o desenvolvimento do exercício da cidadania e da formação de sujeitos mais conscientes e críticos.

Partindo do princípio de uma democracia cunhada na ação representativa, há uma tentativa de materialização da educação como exercício democrático a partir da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a educação é pensada como instrumento de promoção dos direitos humanos, da redução das desigualdades sociais e do cumprimento de reparações históricas diversas:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006)

1. – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
2. – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
3. – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
4. – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
5. – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
6. – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, p.123).

A divisão de compromissos e de ações para promoção de uma educação acessível para todos é uma condição necessária para garantia e manutenção dos estudantes nas escolas. Assegurar a ativa contribuição de todos exige o comprometimento do poder público (Estado) no fomento de ações afirmativas e políticas públicas educacionais que promovam o progresso da sociedade. Vale destacar que a nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio é a principal referência normativa para o desenvolvimento educacional da última etapa na Educação Básica. Entre as dez competências gerais da Educação Básica, duas apontam a tecnologia como habilidade para o aprendizado

1. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
2. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas

práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018, p.09).

As competências gerais presentes na BNCC se articulam diretamente com a construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, e na formação de atitudes e valores existentes nos termos da LDB (BNCC, 2016, pp. 7-8). Assim, a incorporação das tecnologias ao cotidiano escolar é positivamente avaliada e reconhecida como importante ferramenta para potencializar a relação ensino-aprendizagem, aproximando saber escolar e realidade social.

A importância da incorporação das tecnologias no cotidiano escolar também está presente no texto da BNCC quando se refere particularmente às Ciências Humanas, destacando que um dos pontos centrais da área é o desafio de dialogar com as novas tecnologias, pois

(...) essa é uma das marcas mais características de nosso tempo, que atinge distintos grupos sociais, mas que é especialmente intensa entre os jovens estudantes. As tecnologias digitais apresentam apelos consumistas e simbólicos capazes de alterar suas formas de leitura de mundo, práticas de convívio, comunicação, participação política e produção de conhecimento, interferindo efetivamente no conjunto das relações sociais. Diante desse cenário, é necessário oportunizar o uso e a análise crítica das novas tecnologias, explorando suas potencialidades e evidenciando seus limites na configuração do mundo atual (BNCC, 2018, p.549).

Nitidamente há uma sinalização para a preocupação com as demandas produzidas pelo mundo digital e trazidas para o espaço escolar na atualidade, considerando que a

Cultura digital: envolve aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que supõe a compreensão dos impactos da revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea, a construção de uma atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, aos usos possíveis das diferentes tecnologias e aos conteúdos por elas veiculados, e, também, à fluência no uso da tecnologia digital para expressão de soluções e manifestações culturais de forma contextualizada e crítica (BNCC, 2018, p.474).

A proposta de construção de um e-book sobre a ditadura no Maranhão encontra correspondência no texto da BNCC, uma vez que entre as seis competências específicas das Ciências Humanas e Sociais aplicadas para o Ensino Médio, está aquela de

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BNCC, 2018, p.571).

Maria Aparecida de Toledo (2010) afirma que a História Local pode ser examinada como uma movimentação da localidade de uma específica população, com a existência de grupos sociais comuns e que construam um conhecimento de seu passado, enaltecendo sua memória local. Portanto, a História Local estabelece uma ruptura com a História Tradicional intensamente examinada nos livros didáticos. Neste sentido,

[...] pode-se afirmar que a história local tem sido compreendida como “história do lugar”, por vezes, ligada à abordagem da história regional e/ou micro-história. Mas também se encontra o entendimento de que se trata de estratégia ou método de ensino que permite articular; pedagogicamente, a História do Cotidiano ao espaço local e este ao nacional. No entanto, no campo da produção historiográfica, a “história do lugar” não está ainda suficientemente esclarecida, embora a localidade ou o lugar tenha se tornado objeto de investigação e ponto de partida para a produção de conhecimento sobre o passado (TOLEDO, 2010, p. 746).

Considerando essa leitura, surgem os seguintes questionamentos: quais medidas adotar em sala de aula quando os livros trabalhados não contemplam aspectos mais aprofundados da História do Maranhão? Qual o posicionamento da BNCC e do PNLD para solucionar tais dificuldades? As respostas podem ser encontradas na reestruturação curricular, na formulação de novas metodologias e ferramentas pedagógicas, assim como em uma reflexão aprofundada acerca do Ensino de História.

Este desempenha um papel fundamental na formação da consciência crítica dos cidadãos e na construção de uma memória coletiva. Em tempos autoritários, como o da ditadura civil-militar no Brasil, o ensino de História foi instrumentalizado como ferramenta de controle ideológico, por meio de práticas censórias e imposição de uma narrativa oficial que silenciava as vozes dissonantes. Durante tal contexto, o currículo escolar foi moldado por um projeto de silenciamento das lutas populares, da resistência política, da diversidade cultural e dos diversos conflitos sociais. A História ensinada nos livros didáticos ao longo da ditadura civil-militar era marcada por um conteúdo despolitizado, nacionalista e patriótico, evidenciando a tentativa de consolidar uma memória oficial, desprovida de pluralidade interpretativa.

O Ensino de História era baseado na ausência profunda de criticidade, sendo transformado em ferramenta de conservação da ordem, reproduzindo o discurso da modernização conservadora e do autoritarismo. O Estado de exceção construiu um silêncio institucional sobre suas violências, repercutindo no âmbito educacional, já que nas escolas os professores eram forçados a não debater temas considerados sensíveis ou subversivos. Deixavam de ser um local de formação cidadã e se tornava espaço de vigilância e conformismo. Deste modo, refletir sobre

as ditaduras e sobre as memórias silenciadas é um exercício necessário para o fortalecimento da luta pela justiça social e democracia.

Atualmente, em virtude do crescimento de forças políticas da extrema direita, da desinformação, do negacionismo histórico e do fortalecimento de pautas conservadoras, o Ensino de História novamente se torna alvo de ataques e questionamentos. Projetos de lei que tentam instituir censura ao debate político em sala de aula, bem como discursos que negam os crimes da ditadura, representam graves ameaças à educação democrática. Existe, portanto, por parte do Ensino de História, a urgência em se posicionar de forma clara em defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos, mesmo diante de pressões conservadoras. Ele deve assumir uma função ainda mais relevante: oferecer aos estudantes recursos para compreender o passado em suas múltiplas versões, identificar os mecanismos de opressão e enaltecer a memória dos que resistiram.

Promover uma reflexão crítica do mundo se torna ato de resistência, tendo em vista que o combate ao esquecimento e a reafirmação do compromisso com os direitos humanos e com a liberdade é sempre necessário. Acima de tudo, a História é campo de conhecimento fundamental para garantir que as gerações futuras reconheçam os perigos do autoritarismo e defendam, com consciência, os princípios democráticos. A escola constitui um espaço de encontros e aprendizados múltiplos e se configura como terreno fértil para a construção de memórias e consolidação de identidades.

Considerando essa realidade, a História Pública³ emerge como um campo dinâmico que extrapola os muros da academia, buscando interagir de maneiras mais ampla com a sociedade e, especificamente, com o ambiente educacional. Compreender a intrínseca relação entre História Pública, memória e identidade no âmbito escolar, é extremamente necessário para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel no mundo.

A escola acaba se tornando um ambiente de práticas pedagógicas que valorizam a participação ativa dos alunos não somente na construção do conhecimento histórico, mas também no incentivo à pesquisa, na análise de diferentes fontes e na elaboração de narrativas

³ A História Pública é uma área de reflexão e prática que objetiva ampliar os espaços de produção, circulação e apropriação do conhecimento histórico para além do âmbito acadêmico tradicional. Oriunda nos Estados Unidos na década de 1970, num contexto de transformações políticas, culturais e institucionais, a História Pública surge como uma necessidade de resposta à crise de legitimidade enfrentada pelas universidades e ao distanciamento entre historiadores e o público mais amplo. O objetivo central da História Pública é tornar a história colaborativa, socialmente engajada e acessível ao promover o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes produzidos em outras esferas sociais. No Brasil, a História Pública ganha força a partir dos anos 2000, impulsionada pelo debate sobre a democratização do conhecimento, políticas de reparação pós-ditadura e o direito à memória e à verdade.

que conectem passado e presente. Em vez de ser apenas uma transmissão unilateral de informações e conteúdos, a História Pública estimula o debate, a reflexão e a problematização de diferentes narrativas ou leituras históricas.

A memória, por sua vez, tem bastante importância na formação das identidades individuais e coletivas dentro da escola. A memória é processo que está em constante construção, viva e influenciada por um presente baseado em várias necessidades sociais. No espaço escolar, as memórias dos estudantes, de suas famílias e da comunidade local, se entrelaçam com as narrativas históricas ensinadas em sala de aula, desenvolvendo percepções sobre o passado, presente e projeções do futuro. A valorização dessas memórias plurais e a sua incorporação no currículo escolar são fundamentais na produção de identidades mais inclusivas e representativas.

A relação entre memória e identidade é inegável, pois a identidade social de um grupo ou indivíduo é construída em grande parte embasada em suas memórias coletivas. No âmbito escolar, ao se reconhecerem nas narrativas históricas, ao se identificarem com os personagens e os acontecimentos do passado, os estudantes fortalecem seu senso de pertencimento e constroem suas identidades. A ausência ou a invisibilidade de determinadas histórias e memórias exclui e desperta o sentimento de não pertencimento, impactando negativamente o desenvolvimento identitário dos alunos.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, p.09, 1989).

O estudo das memórias coletivas exige a análise de suas funções sociais e políticas. A memória, distante de um mero registro neutro do passado, exerce uma operação coletiva que elege acontecimentos e interpretações na intenção de salvaguardar narrativas que reforcem identidades. Portanto, a memória nacional não é apenas um repositório do passado, mas uma construção ativa com objetivo de promover a coesão social, justificar posições políticas e delimitar fronteiras simbólicas entre grupos.

Essa leitura é primordial para a compreensão dos usos da história e da memória no espaço escolar, onde se travam inúmeros embates de diferentes narrativas sobre o passado nacional. A

História ensinada nas escolas, firmada na memória oficial, frequentemente reforça visões homogêneas e excludentes, silenciando experiências de grupos marginalizados, como quilombolas, indígenas e mulheres. Desta forma, o trabalho com História Pública e Educação Histórica se torna fundamental para uma abordagem crítica da memória, reconhecendo as vozes, os silêncios e as disputas sobre o passado.

Portanto, a História Pública trabalhada nas escolas atua como poderoso instrumento de promoção da justiça social e da equidade. Ao trazer à tona vozes silenciadas, questionando narrativas hegemônicas e valorizando diferentes memórias presentes na comunidade escolar, ela contribui para moldar identidades mais plurais e para reconhecer a diversidade como um valor fundamental. Em resumo, a articulação entre História Pública, memória e identidade no espaço escolar é condição basilar na formação de cidadãos críticos, reflexivos e engajados com a realidade social. Ao promover práticas pedagógicas que valorizam a participação dos alunos, que incorporam as diferentes memórias e que questionam as narrativas dominantes, a escola se torna um espaço de respeito à diversidade cultural e à pluralidade de experiências históricas.

Considerando essa realidade, cada vez mais a área do Ensino de História se amplia no sentido da utilização de diferentes linguagens para auxiliar nos variados processos de ensino e aprendizagem existentes no cotidiano escolar. O uso da linguagem cinematográfica, das redes sociais e virtuais, da televisão e da música são exemplos claros do leque de possibilidades que podem existir na relação entre historiografia, linguagens e saber escolar. Conceber a linguagem como algo resultante das múltiplas interações histórico-sociais corroboram com o fato de que é primordial examinar as relações entre escrita e conceitos de História e Historiografia. A existência de amplo repertório de materiais didáticos e produtos educacionais oriundos da construção do conhecimento histórico, a partir de díspares níveis tecnológicos, possibilitam a pluralização de várias narrativas históricas.

Dentro do processo de construção do conhecimento histórico deve sempre existir o exercício de reconhecimento das diferenças entre o que é pesquisa histórica, seus critérios de definição e constituição, e a historiografia, que se apresenta como um ato cognitivo próprio, que, segundo Rusen (2010)⁴, se distingue fundamentalmente da experiência histórica, elemento basilar da pesquisa histórica. No entanto, por mais que pesquisa histórica e historiografia sejam coisas distintas, elas se relacionam diretamente a partir do momento em que aquela, enquanto experiência histórica metodicamente regulada mediante significação do processo histórico se

⁴ RÜSEN, Jörn. Horizontes. A plenitude da pesquisa na historiografia. In _____. Reconstrução do passado. Brasília: Editora UNB, 2010, p. 169-172.

configura como produto desta. A historiografia supera a ideia de ser um simples resultado da pesquisa histórica, ela vai além ao se apresentar no terreno das novas experiências que possam surgir do passado. Portanto, qualquer pesquisa histórica, independente de orientação teórica, campo de atuação, arcabouço documental e opção metodológica

torna-se um momento desse narrar quando a orientação a ser fornecida vincula-se às condições de plausibilidade científica. Ela também é um momento da constituição histórica de sentido, especificamente científica e por conseguinte organizada narrativamente em sua regulação metódica. Isso fica claro quando se tem presente que ela não pode subsistir, como pesquisa, se não se transformar em historiografia como em um outro dela mesma (RUSEN, 2010, p. 170).

A elaboração de pesquisas voltadas ao campo do Ensino de História não deve ser compreendida distante dessa lógica, tendo em vista que tais trabalhos também se estabelecem como constructos fundamentais na conexão entre pesquisa historiográfica e linguagens. O saber escolar também se apresenta como resultado da experiência histórica através da orientação do tempo e constituição da identidade. Dessa maneira, a História Política do Maranhão Contemporâneo, direcionada ao processo de transposição didática⁵, em que o saber acadêmico se transforma em saber escolar, se mostra como um produto em que reúne a teoria da história, metodologicamente estabelecida, a pesquisa histórica e a utilização de diferentes linguagens no processo de concepção de diversas narrativas.

A feitura de um produto educacional, dentro da perspectiva da transposição didática, se desenvolve em duas etapas: a externa, inserida no currículo formal e nos livros didáticos; e a interna, localizada no decorrer do currículo, ou seja, na sala de aula. A passagem do saber científico para o saber escolar não constitui simplificação do conhecimento, e sim a produção de novos saberes nesse processo a partir da transformação de “objetos de conhecimento” em “objetos de ensino e aprendizagem”. O resultado desse movimento é a reflexão acerca dos mecanismos e dos interesses dos participantes desse processo, que no caso são os professores e estudantes (CHEVALLARD, 1991)⁶.

Isto posto, qual a relação entre transposição didática, conhecimento e linguagens? A primeira resposta para tal questionamento está no entendimento que conhecimentos didáticos e

⁵ O termo Transposição Didática foi introduzido pela primeira vez no meio acadêmico em 1975 pelo sociólogo francês Michel Verret, associado à ideia de um instrumento que liga o saber científico ao saber escolar. Posteriormente, foi rediscutido pelo matemático francês Yves Chevallard, cuja análise é uma das mais conhecidas até então e se refere ao processo de transformações adaptativas que modificam um “objeto de saber a ensinar” em um “objeto de ensino”.

⁶ CHEVALLARD, Y. La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1991.

científicos não são iguais, mas se relacionam sem qualquer espécie de sobreposição. Para que todo conhecimento seja ensinado, ele precisa passar por uma transformação, tendo em vista que não foi feito primariamente para ser ensinado. Existe a necessidade de adequar o conhecimento acadêmico às possibilidades cognitivas dos alunos de acordo com a realidade circundante. É neste processo que entram as diferentes linguagens, sejam elas orais, escritas ou imagéticas que devem considerar realidades e contextos vividas pelos estudantes e de suas escolas.

Não é segredo que a linguagem apresenta uma essência totalmente social, tanto na perspectiva dos usos e significados que se modificam de acordo com o tempo, os espaços e os sujeitos, sejam eles coletivos ou individuais. Ela se apresenta como a principal estrada de acesso a qualquer tipo de análise do social, considerando a ideia de que o dito se mostra a partir de uma série de representações, classificações e hierarquizações.

Especificamente no que se refere ao campo da história, a utilização da linguagem por parte do historiador expõe uma série de dificuldades dentro da produção do conhecimento histórico. O século XX marca um retorno às preocupações ligadas a questão da linguagem, que por muito tempo foi secundarizada em comparação a elementos documentais, seriais e quantitativos. Dessa maneira, a linguagem, dentro da escrita da história, adquire importante centralidade, pois:

Como se sabe – ou deveria saber -, uma das vias mais produtivas de entrada à análise de uma sociedade, e uma das formas mais eficazes de luta contra o etnocentrismo e o anacronismo, está dada pelo reconhecimento do caráter específico da linguagem com a qual a sociedade nomeia e classifica seus objetos, mediante a reconstrução da linguagem em que designa as relações, os grupos sociais e as formas de interação que a caracterizam. E isso não porque a linguagem seja simplesmente, em cada momento da vida social, um reflexo da sociedade, como às vezes se diz, mas porque a linguagem de uma época determinada, normalmente presente seus testemunhos escritos, é uma das primeiras superfícies com que nos encontramos para quando queremos conhecer uma sociedade (SILVA, 2015, p. 78).

A linguagem não deve ser concebida como um reflexo direto da sociedade, mas sim como uma ferramenta de percepção de símbolos, enigmas, tradições, representações e relações. Neste sentido, a semântica histórica, entendida como linguagem efetiva de época, determina, como afirma Silva (2015)⁷, um instrumento inegociável do ofício de historiador, seja no que se refere ao campo acadêmico-científico ou do cotidiano escolar.

⁷ SILVA, Renán. O problema da linguagem. In: _____. Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica. Trad. de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 75-93 (Coleção História e Historiografia).

A elaboração de um produto educacional, seja em formato impresso ou digital, como é o caso do objeto de pesquisa aqui discutido⁸, compreende a utilização de diferentes linguagens (cinema, música, jornais, literatura e etc.) que possam fundamentar empiricamente tal trabalho de doutorado. Em consonância com este produto educacional, exige-se também a escrita de uma tese em que se examinam aspectos teóricos, metodológicos e historiográficos que constituem tal e-book.

O gênero textual popularmente é conhecido por diferentes linguagens empregadas em forma de texto, podendo ser formais ou informais. Dentro deste segmento, podemos identificar o romance, o artigo de opinião, conto, notícia, e até mesmo os debates, aulas e palestras, sob a forma oral. Partindo desta leitura, infere-se que a imprensa, através do texto escrito nos jornais, também se enquadra como uma importante linguagem textual, desde a sua invenção até os dias atuais.

A linguagem textual proveniente dos jornais impressos se configura como uma das inúmeras possibilidades de fonte documental que podem ser utilizadas na investigação histórica, na produção historiográfica e no Ensino de História. Portanto, o projeto de pesquisa de doutorado, citado anteriormente e que tem como tema principal a História Política do Maranhão Contemporâneo, tem relação direta com a importância dos periódicos como documento para elaboração de um produto educacional. E, para isso, Michel de Certeau (1982)⁹ disserta:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 1982, p. 81).

O ato de definir um documento específico como fonte para uma pesquisa, através de ações concatenadas, mediante um delineamento temporal e temático, exige por parte do historiador uma operação de caráter técnico. Nos dias de hoje, isso requer um cuidado ainda maior, tendo em vista que, nos tempos passados, e atualmente, o estabelecimento de um arquivo enquanto fonte é reflexo de uma combinação de lugar (biblioteca, arquivo e etc), aparelho e técnica.

⁸ O projeto de pesquisa vigente tem como objetivo a elaboração de um livro didático em formato e-book sobre a História Política do Maranhão Contemporâneo com recorte cronológico estabelecido entre os anos de 1945-2014.

⁹ CERTEAU, Michel de. A Escrita da história/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes: revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Os produtos educacionais compõem uma série de recursos ou materiais didáticos que servem de instrumento de trabalho para alunos e professores e são fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem. Convém destacar a necessidade de examinar os produtos educacionais sob a perspectiva da relação entre produção didática, indústria cultural e usos dos materiais didáticos.

No que se refere aos materiais didáticos, devemos examiná-los sob olhar mais amplo, tendo como ponto de partida o entendimento destes como mediadores no processo de aquisição de conhecimento e da sua utilidade como ferramenta que facilita a compreensão de conceitos, categorias e informações específicas de cada campo de conhecimento dos diferentes componentes curriculares existentes.

Em *Ensino de História: fundamentos e métodos*, Circe Bittencourt (2018) apresenta uma relevante diferenciação que o Instituto Nacional de Pesquisa Pedagógica da França elaborou acerca dos materiais didáticos. De maneira geral, eles se dividem em dois tipos: os suportes informativos, que correspondem a todo discurso produzido com a intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares (Bittencourt, 2018, p.243); e os documentos, que se estabelecem como todo conjunto de signos, visuais ou textuais, que são construídos sob um prisma diferente dos saberes escolares, mas que posteriormente passam a ser utilizados com finalidade didática.

Acerca dos suportes informativos, temos como principais exemplos os livros didáticos, paradidáticos, e-books, dicionários, atlas, apostilas, vídeos e outros. Enquanto os documentos, ao terem como objetivo atingir publicados mais extensos e para além do espaço escolar, podemos apontar os filmes, documentários, músicas, contos, poemas, artigos e matérias jornalísticas, cartas, leis etc.

Estes, por mediação do docente, podem se transformar em materiais didáticos ou produtos educacionais, tendo em vista que nem sempre são oriundos da indústria cultural e podem ser manuseados de formas diferentes de acordo com a intenção de cada professor. Portanto, a escolha de um material didático, assim como a elaboração de qualquer produto educacional, se torna uma opção política e estratégica diretamente ligada a visão de mundo e de educação que o professor tem, como afirma Bittencourt:

A escolha dos materiais depende, portanto, de nossas concepções sobre o conhecimento, de como o aluno vai aprendê-lo e do tipo de formação que lhe estamos oferecendo. O método para a utilização dos diversos materiais didáticos decorre de tais concepções e não pode ser confundido com o simples domínio de determinadas técnicas para a obtenção dos resultados satisfatórios (BITTENCOURT, 2018, p.245).

Essas questões exigem uma ressignificação dos materiais didáticos dentro da configuração do saber escolar e especialmente do ensino de história. Os materiais didáticos são recursos frequentes no cotidiano escolar há muito tempo, pois se tratam de um objeto cultural de profunda complexidade de definição, tendo em vista suas diversas tipologias. A elaboração dessas ferramentas é objeto de atenção de autoridades governamentais, profissionais da educação e consumidores de maneira geral.

A produção de materiais didáticos é uma temática polêmica por considerar diferentes contextos, aspectos educacionais, realidades sociais e interesses comerciais que se caracterizam por uma ampla variedade de produtos que resultam diretamente das contantes mudanças em seus elementos formais e suas diversas possibilidades de uso por parte de estudantes e professores. Sendo assim, consideramos que não somente os livros didáticos, mas também quaisquer outros produtos educacionais, apresentam muitas dimensões a serem avaliadas em seu processo de fabricação e aplicação no âmbito escolar.

Objeto cultural de difícil definição, o livro didático é uma obra que sofre interferência de vários sujeitos desde a sua produção, passando pela circulação e terminando no consumo. Ele pode ter diferentes funções no que se refere à época em que foi produzido, bem como suas condições e o lugar em que será utilizado. Isso tudo caracteriza o livro didático como uma ferramenta de múltiplas singularidades, e na sua concepção é passível de ingerência.

Compreendido pelo viés material, o livro didático é uma mercadoria vinculada ao campo editorial e uma lógica industrial capitalista, ou seja, um elemento cultural a serviço de interesses comerciais. Além disso, também é suporte de conhecimentos escolares alinhados aos diferentes currículos educacionais de cada contexto histórico específico. O estado age diretamente na construção do currículo, na avaliação do produto, circulação e consumo deste.

No entanto, o livro didático ainda pode ser examinado pela natureza pedagógica, pois é uma obra que associa conteúdo e método de ensino. Isso se explica pelo fato de grande parte desses materiais apresentarem atividades, textos, imagens, sugestões de trabalhos e exercícios, assim como formas de avaliação do grau de conhecimento dos estudantes. Porém, a compreensão do livro didático não se esgota nesses critérios, pois, ele também é analisado como um veículo que transporta uma série de valores ideológicos e culturais de determinada época e sociedade.

Considerando os aspectos analisados acima, o livro didático de história é um dos materiais pesquisados do ponto de vista de sua inserção nessa dinâmica de objeto cultural a serviço de uma lógica de mercado e suscetível aos interesses e interferências do Estado. Dentro e fora do

Brasil, a história sempre foi um campo importante de construção de uma identidade nacional a partir de uma memória que contribuisse para a consolidação de estados e regimes de governo, pois

Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva (DE LUCA; MIRANDA, 2004, p.125).

Prevalecem atualmente as preocupações com a problemática das relações entre memória, História escolar e constituição de identidades – estas entendidas em seu sentido mais plural, tendo em vista, inclusive, a atual política da união dos países europeus. Enquanto isso, no Brasil, abordagens ideológicas foram sendo acrescentadas de outros aspectos referentes aos conteúdos, como defasagens ou clivagens entre a produção acadêmica e a escolar, ou ausências, ou estereótipos de grupos étnicos ou minoritários da sociedade brasileira (Bittencourt, 2018. P.249). Diante disso, Alan Choppin (2000) compreende que os livros didáticos, além de serem instrumentos pedagógicos, constituem-se uma série de suportes de seleções culturais variáveis a partir de informações e conteúdos transmitidos às gerações futuras.

Sabemos da impossibilidade de se estabelecer critérios consensuais para avaliar a qualidade de um livro didático de História, tendo em vista que ele sempre será uma expressão resultado de uma cultura histórica que forneça materialidade ao modo de produção do sentido por meio da rememoração e narração dos fatos históricos. Sendo assim, tal material é entendido como instrumento para a construção de uma cultura histórica fundamentada na potencialização das capacidades mentais mediante aquisição de informações que municiem os alunos no processo de formação de uma identidade.

Levando em consideração o contexto atual de consolidação da internet e o mundo digital totalmente ligados às diversas interações humanas, e da variedade tipológica de produtos educacionais, temos nos livros digitais uma ferramenta tecnológica de fácil compartilhamento para o uso escolar. Os e-books possuem vasta utilidade, como a de apresentação de resultados de pesquisas educacionais diversas, assim como material didático na educação básica, profissional e tecnológica. Outro aspecto relevante é o seu cunho sustentável, considerando que em seu processo de elaboração não se utiliza papel, recurso extraído da natureza.

No processo de uma análise mais aprofundada sobre a definição e construção de livros digitais Silva e col (2022) examinaram o escopo conceitual dos e-books a partir de uma revisão

bibliográfica que mesclava pesquisas de autores estrangeiros e brasileiros. Diante disso, podemos compreender que

os e-books podem ser considerados como textos em formato digital dispostos em formato eletrônico, composto por palavras e figuras. Os materiais correspondentes aos e-books são arquivos de computador. Costumeiramente, estes arquivos são apresentados no formato PDF, que é a sigla de Portable Document Format (TURRÓ, 2008). A quantidade de laudas por e-book influencia diretamente no tamanho do arquivo: livretos de volume menor são leves, enquanto que livros completos ou coletâneas com muitos conteúdos inclusos se caracterizam por serem mais pesados em megabytes. Com base na ótica de Jenkins (2008), a definição de Dlodlo e Tolmay (2012) se assemelha a de Lam e colaboradores (2009), e em adição a isso elenca os dispositivos através dos quais os e-books podem ser acessados. Dentre estes dispositivos, os desktops, notebooks e demais aparatos tecnológicos cuja funcionalidade contempla a exibição dos livros digitais em uma tela são considerados meios de acesso. De posse destas informações, infere-se que os e-books se caracterizam por serem facilmente armazenados e acessados, o que ajuda a explicar o porquê este formato é bem aceito pelos leitores no mundo atual (SILVA e col, 2022, p.162).

A inserção dos e-books no cotidiano escolar apresenta uma série de benefícios aos estudantes e professores no que se refere ao fácil acesso de um determinado conteúdo em formato digital. O primeiro se dá pela facilidade do acesso direto de informações que o estudante quer estudar, uma vez que o conteúdo já está ali disponível. Por si só, isso justifica sua ampla popularidade entre os discentes, pois seu simples manuseio se adequa às necessidades de uma sociedade informatizada como a de hoje.

Por serem rapidamente baixados pela internet, e compartilhados por uma série de aplicativos e redes sociais, os e-books, de certa forma, solucionam um obstáculo frequente que é o da circulação dos livros impressos que, muitas vezes, por conta de uma série de entraves políticos, econômicos e de logística, não chegam aos seus consumidores. Essa realidade indica que a sua utilização se relaciona a um movimento importante de democratização do conhecimento, a partir de seu fácil acesso em computadores, tablets, smartphones e em televisores.

No que se refere ao seu layout, Fensterseifer (2016) classifica os e-books em dois tipos: o primeiro fluido, de formato mais comum, e caracterizado por se ajustar ao formato de tela, dispensando uso do zoom ou similares; enquanto o segundo, conhecido como fixo, confere menos espaço para customização, conferindo maior controle sobre a diagramação e disposição de textos e imagens. Independentemente do tipo, ambos otimizam a leitura do texto em diferentes formatos e plataformas, contribuindo diretamente para sua grande receptividade e popularidade.

Logo, o e-book se configura como um produto educacional tecnológico, pois pode ser compreendido como uma ferramenta de aplicabilidade de uma série de conhecimentos e saberes provenientes de determinados estudos científicos inseridos em dispositivos de tecnologia. Conseqüentemente, todo e qualquer produto educacional deve se destacar por sua utilidade em diferentes contextos, apresentando soluções que justifiquem seu desenvolvimento e aplicação.

Pensando a realidade de aplicação de um método científico e tecnológico de construção de um produto educacional, Silva e col (2022) aponta que tal metodologia é constituída de duas dimensões: a primeira, de perfil científico, visa a coleta de informações que servirão de base para a construção de um determinado item. E o espaço para isso são os programas de pós-graduação profissionais, tendo em vista a obrigatoriedade da criação de um artefato tecnológico (Silva e col, 2022, p.165). Enquanto isso, a segunda dimensão

É tecnológica e é nela que o artefato físico é materializado. É imperioso apontar que a primeira versão do item produzido a partir dos conhecimentos científicos chama-se protótipo (ROGERS; SHARP; PREECE, 2013; NASCIMENTO-E-SILVA, 2019). De maneira sintetizada, um protótipo é uma versão a mais próxima possível do produto (SILVA et al., 2019), a qual também pode ser chamada de piloto. A partir do momento que o protótipo (ROGERS; SHARP; PREECE, 2013; NASCIMENTO-E-SILVA, 2019) é submetido e posteriormente aprovado nos testes de desempenho, o artefato pode ser considerado como produto (GONÇALVES et al., 2019; SILVA et al., 2019). Finalizada a fase de testes, o item produzido pode então ser divulgado junto ao seu público-alvo (SILVA e col, 2022, p.166).

Conclui-se, portanto, que tal método científico é baseado na problematização da pesquisa, do mapeamento de informações, da organização e análise desses dados colhidos, da formulação de respostas que atendam às demandas dos objetivos do produto. Somente assim será possível construir o protótipo, piloto ou esboço, como queiram classificar, que será testado, avaliado e ajustado com finalidade de divulgação completa do produto educacional.

A ditadura civil-militar (1964 a 1985)¹⁰ foi um período tenebroso da história brasileira, marcado pela instauração de um regime autoritário que se estabeleceu no poder após a destituição do então presidente João Goulart. Tal articulação golpista contou com apoio e

¹⁰ Para melhor entendimento do debate historiográfico acerca do período de duração da ditadura civil-militar no Brasil, ler o trabalho de Carla Luciana Silva, intitulado *Imprensa e construção social da "Ditabranda"*.

participação não somente dos setores militares, mas também de grupos conservadores, empresários¹¹ e da influência externa do governo dos Estados Unidos¹².

Nessa época, em todas as esferas da sociedade, houve acentuada violação dos direitos humanos, repressão política, censura e perseguição sistemática aos opositores do regime. A suspensão de garantias constitucionais, maior exemplo o habeas corpus, consequência da implementação do ato institucional nº5, dispositivo jurídico mais autoritário da ditadura, deu ao governo plenos poderes para silenciar e perseguir todo tipo de oposição no país.

No entanto, a ditadura não teve somente o estigma do extremo autoritarismo político. Aliado a isso, existia uma política econômica baseada num projeto de modernização conservadora,¹³ que teve como foco o alto crescimento econômico caracterizado pela forte concentração de renda que acentuou as desigualdades sociais, os custos ambientais e a precarização das relações de trabalho¹⁴. É deste momento o conhecido “milagre econômico”, fase em que o país registrou elevados índices de crescimento econômico, principalmente entre os anos de 1968 e 1973, que existiu incentivo à industrialização, criação de estatais, investimentos na construção civil, sendo fortemente caracterizado pela ampla exploração da classe trabalhadora.

No entanto, com o passar dos anos, deflagrou-se no seio da sociedade civil diversos movimentos de resistência à ditadura. Sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, grupos de intelectuais, entidades estudantis e outras frações de classes se mobilizaram em busca da redemocratização do país. Consequência disso, a abertura política iniciada no final da década de 1970 consolidou-se com a eleição indireta da chapa Tancredo Neves e José Sarney em 1985, marcando a volta dos civis ao poder no Brasil.

¹¹ Para melhor compreensão do caráter de classe e da atuação do setor empresarial na conspiração golpista consolidada em 1964, ler a obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe* de René Armand Dreifuss.

¹² Para melhor compreender a operação Brother Sam, ler Moniz Bandeira - O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978: E a obra do historiador Carlos Fico intitulada O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.

¹³ O termo “modernização conservadora” foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários (PIRES, Murilo José de; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. Revista Econômica do Nordeste, Volume 40 | Nº 03 | Julho - Setembro | 2009).

¹⁴ Tomamos como referência teórica o conceito de Consciência Histórica desenvolvido pelo historiador alemão Jorn Rusen (2001), no qual ele destaca que a consciência histórica é a capacidade que os indivíduos e as sociedades têm de compreender o passado e de dar sentido a ele. Ela é uma parte fundamental da experiência humana e desempenha um papel crucial na formação da identidade e na orientação das ações presentes e futuras.

Em vista disso, qualquer estudo sobre a ditadura não é apenas um olhar para o passado, pois, revisitar os diversos processos históricos daquela época reforçam na atualidade um movimento de consciência histórica fundamental para a construção de uma sociedade democrática, tornando-se uma dimensão fundamental da experiência humana indo além do mero conhecimento histórico, envolvendo a compreensão, interpretação e utilização do passado para dar sentido à vida e à sociedade. É uma ferramenta essencial para a reflexão crítica, a formação da identidade e a orientação ética das ações humanas.

O tema da ditadura é um conteúdo bem delicado a ser trabalhado em sala de aula. Por se configurar um evento histórico inserido na História do Tempo Presente¹⁵, existe ainda na atualidade um terreno fértil para disputas de narrativas e construções de memórias individuais e coletivas sobre uma época tão marcante para a história de nosso país. Não podemos dissociar do trabalho de professores e professoras a necessidade de discutir a ditadura na educação básica não somente como parte de um componente curricular em si, mas também como ferramenta para a construção de uma sociedade democrática comprometida com a defesa dos direitos humanos.

Logo, a História do Tempo Presente, na qual inserimos o contexto da ditadura civil-militar brasileira, é um domínio que fornece conteúdos e métodos de análise de eventos mais recentes, nos quais muitos sujeitos ainda estão vivos e combativos no campo da luta de narrativas e da memória. Sendo assim, a construção de uma sociedade mais democrática, comprometida com sua memória e os direitos humanos, está diretamente ligada ao exercício dos estudos sobre o tempo presente.

A sala de aula pode se tornar um espaço promissor para uma reflexão acerca das disputas pela memória sobre a ditadura. A utilização de fontes históricas, a elaboração e manuseio de produtos educacionais, além de auxiliarem o professor, contribuem para que os estudantes da educação básica compreendam as ações dos sujeitos e classes que atuaram no contexto da ditadura. A noção de historicidade se torna um importante recurso para que os alunos entendam a complexidade das relações entre passado e presente.

¹⁵ A História do Tempo Presente é um campo de estudo que suscita muitos questionamentos ligados à sua legitimação a partir da delimitação dos marcos históricos e sua relação com o passado a partir das relações entre memória e história. Para melhor compreensão ler Lucília de Almeida; FERREIRA, M. M. . História do tempo presente e ensino de História. Revista História Hoje, v. 2, p. 19-34, 2013.

Todo esse esforço de compreensão sobre o passado da ditadura é ainda mais necessário quando nos damos conta de que existem poucos espaços de memória destinados ao resgate histórico dos anos de autoritarismo vividos. Sobre tal realidade, afirma Verena Alberti

No Brasil, é possível que muitos jovens tenham, na memória, mais registros das violações cometidas pelo nazismo do que daquelas que foram cometidas pelo Estado durante nossa ditadura militar (1964-1985). Aqui, até o momento só temos uma instituição de memória voltada ao período, o Memorial da Resistência de São Paulo, inaugurado nos anos 2000 nas instalações do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), local de encarceramento durante as duas ditaduras de nossa história republicana: o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar. O trabalho de memória, verdade e justiça que fizemos após o fim da ditadura se mostra tardio e modesto em comparação ao de outros países da América Latina (ALBERTI, 2021, p.03).

A conjuntura mais recente da última década aponta uma intensificação dos embates pela memória da ditadura assim como da discussão em torno do papel do professor em sala de aula. A Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, foi fundamental para elucidar questões e crimes que foram cometidos durante a ditadura, despertando movimentos de apoio e crítica em diferentes espaços da sociedade.

Dentro desse contexto, temos também a associação do Escola Sem Partido¹⁶, que se configurou num movimento de forte viés conservador de sistemática ameaça e intimidação de professores dentro do âmbito de sua prática pedagógica, principalmente daqueles do campo das Ciências Humanas. Outra variável primordial a ser considerada nesse panorama recente é, sem sombra de dúvidas, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada de forma bastante nebulosa e sem a devida avaliação e aprovação da sociedade civil e principalmente dos profissionais da educação.

No entanto, desconsiderando o contexto de aplicação, a BNCC, junto das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos vinculadas ao Conselho Nacional de Educação, constitui-se normativa fundamental para o exercício de um ensino preocupado com as questões ligadas à memória, aos movimentos de luta e resistência de povos originários, como também análise dos aspectos democráticos e autoritários presentes na cultura política brasileira, como podemos identificar em algumas habilidades apresentadas no texto

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

¹⁶ Para melhor compreensão acerca do debate sobre o movimento Escola Sem Partido ler *Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual. (BRASIL, [2018], p. 579).

Muitas percepções equivocadas sobre a ditadura persistem atualmente e o ensino de história sempre será uma ferramenta de combate a tais narrativas. Refutar interpretações que privilegiem leituras que deslegitimam os movimentos de resistência à repressão e da urgência em compreender que o Estado e seus agentes não podem atentar contra os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas.

Importante considerar que esta tese tem por papel estabelecer as fundamentações teóricas, metodológicas e historiográficas de materialidade do produto educacional. Diante disso, o primeiro capítulo será destinado a um balanço historiográfico referente ao contexto histórico da ditadura civil-militar trazendo algumas particularidades históricas do Maranhão relativas ao período.

Para isso, exige-se o domínio da natureza específica do conhecimento histórico sobre o tema, além do rigor com a introdução de conceitos e categorias históricas importantes. Segundo Henri Moniot (1984), o conhecimento histórico escolar é produzido mediante aquisição de informações, valores e conceitos estritamente ligados à formação da cidadania. A história possui um conteúdo escolar que necessita estar articulado com fundamentos teóricos a fim de evitar conotações meramente morais e de sedimentação de dogmas (Bittencourt, 2018, P.167).

2. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL: DO NACIONAL-ESTATISMO À DITADURA CIVIL-MILITAR.

2.1. Modernização Conservadora: fundamentos teóricos e desdobramentos no contexto brasileiro.

O conceito de modernização conservadora nasce como categoria analítica para compreender processos de transformação econômica e social que, embora promovam o desenvolvimento do capitalismo em determinadas regiões, preservam as estruturas sociais tradicionais e antigas relações de poder. O termo surge a partir dos estudos de Barrington Moore Jr., que, em sua obra clássica *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1966), aponta que certas trajetórias de modernização, particularmente em sociedades agrárias, ocorrem sem grandes rupturas com elites tradicionais, mantendo o autoritarismo como regra de desenvolvimento. Moore identificou essa forma de modernização em países que viveram experiências de industrialização sem ampliação de práticas democráticas, aliando crescimento econômico e estruturas políticas excludentes.

A modernização conservadora esteve historicamente vinculada a uma experiência sociopolítica com efeitos econômicos promovida a partir de um pacto político conservador perpetrado por setores das classes dominantes de países como a Alemanha e o Japão, com destaque para a fração de classe burguesa. Portanto, tal fenômeno político-econômico foi fundamental para a reorganização da acumulação capitalista de forte teor totalitário e autocrático que se disseminou por outros lugares do mundo, tendo implicações particulares no Brasil, pois

Já no caso brasileiro, este pacto político entre a burguesia nascente e os terratenentes condicionou a formação de uma burguesia dependente, que não conseguiu apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais: subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática. (PIRES; RAMOS, 2009, p. 412).

Examinando a perspectiva de desenvolvimento de vários países que passaram da etapa pré-industrial ao estágio contemporâneo, Moore Junior (1975, p.13) compreende esse movimento a partir de três caminhos históricos principais. O primeiro está relacionado à formação de sociedades capitalistas democráticas como Inglaterra, França e Estados Unidos, que passaram por surtos revolucionários burgueses. O segundo, também de teor capitalista, formado a partir de fortes estruturas políticas reacionárias desprovidas de caráter

revolucionário, culminando em regimes autoritários, casos do Japão e Alemanha. Enquanto a terceira vertente é caracterizada pelo comunismo, com destaque para Rússia e China.

Na reflexão sobre todas essas experiências, sustenta-se a centralidade da compreensão da herança rural pré-moderna, considerando a contribuição dos setores rurais fundamentados nos senhores de terras e no campesinato para o processo de modernização de algumas sociedades. Defende-se a tese de que as coalizões de classe na etapa de modernização da agricultura influenciaram no tipo de estrutura política, econômica e social de cada lugar. A partir disso, levando em consideração o contexto brasileiro durante a ditadura civil-militar, podemos afirmar que diferentes regimes políticos são desdobramentos de realidades sociais e econômicas muito particulares.

Existem diferentes terminologias para conceituar essas experiências históricas similares. “Via prussiana” (Lênin), “Revolução passiva” (Gramsci), “Revolução vinda de cima” (Moore Junior) são expressões frequentes quando o objetivo é analisar o processo de modernização de sociedades economicamente capitalistas e politicamente não democráticas. Lênin (1982) acreditava que o caminho a ser trilhado pela Rússia ao capitalismo perpassava por um programa de modernização conservadora no sentido de evitar a eclosão de insurgências populares que pudessem ameaçar as estruturas sociais e políticas dominantes a partir da aliança entre aristocracia, czarismo e burguesia. Pensando a realidade italiana do início do século XX, Antonio Gramsci examina o processo de estruturação do capitalismo a partir do conceito de “revolução passiva”, que pode ser compreendido

Na dinâmica da reflexão gramsciana, o conceito de revolução passiva revela uma peculiar e complexa articulação: de uma primeira intuição, nutrida de energia moral, em Cuoco (do qual G. parte, mas também toma distância), o conceito passa a “programa político” do bloco moderado do Risorgimento, a critério de interpretação (“em ausência de outros elementos ativos de modo dominante”: Q 15, 62, 1.827 [CC, 5, 331]) dos processos de formação dos Estados modernos (Europa- Itália) e, por fim, a forma histórico-teórica do presente e eixo portador de uma “ciência da política”. Não se trata de uma articulação e de um desenvolvimento puramente temporal ou lógico-conceitual, mas de elementos e momentos de tensão frequentemente entrelaçados, mesmo quando isso não é explícito (a trama das relações entre os textos de primeira e segunda redação pode oferecer uma prova e uma confirmação desse entrelaçamento) (LA PORTA, 2017, p.1383).

O conceito gramsciano de revolução passiva tem sua origem ligada à historiografia italiana do século XIX, e não à perspectiva materialista histórica marxista, como muitos pensam. Tal conceito teve, segundo Guido Liguori (2022), uma formulação crítica tardia,

fazendo parte do vocabulário gramsciano décadas depois de sua elaboração nos Cadernos do Cárcere, o que conferiu, neste sentido, uma série de interpretações diferentes dentro deste campo teórico.

Compreende-se na leitura de Gramsci que o conceito de revolução passiva ajuda a explicar os processos revolucionários existentes na história sob os quais a liderança dos movimentos não eram as classes subalternas, distinguindo-se das chamadas “revoluções ativas”. A partir da referência de Vincenzo Cuoco, um dos intelectuais da historiografia italiana do século XIX, Gramsci alarga a compreensão do conceito de revolução passiva a partir de um olhar que supera a experiência italiana diante das guerras napoleônicas, podendo ser aplicado a outros países que modernizaram seus estados através de guerra ou reformas diferentes do que aconteceu na França jacobina.

O termo “revolução” pressupõe o fato de que “as classes dominantes não podem continuar a governar só conservando o existente, mas devem tornar-se promotoras de inovação”, e as demandas absorvidas atendem esta necessidade. Nesse sentido, o conceito de revolução passiva é alongado para examinar as tentativas de superar as crises orgânicas de reestruturação do capitalismo no século XX, especialmente o fascismo italiano e o americanismo/fordismo estadunidense.

O regime fascista é entendido, nesse aspecto, como a forma pela qual se empreendeu, no campo político, “uma revolução passiva”, enquanto a “ideologia serviria como elemento de uma ‘guerra de posição’ no campo econômico (Gramsci, 2014, pp. 1228-1229 [Q 10 I, §9]). A partir dessa leitura, pode-se inferir que o fascismo se constituiu como solução burguesa para as crises provenientes da primeira guerra mundial, reorganizando as bases políticas e econômicas, distanciando as classes subalternas da possibilidade histórica aberta pela Revolução Bolchevique de 1917.

Levando em consideração a realidade histórica do Brasil, especialmente no contexto da ditadura civil-militar, Carlos Nelson Coutinho (1992) utiliza o conceito de revolução passiva para a aproximá-lo do fascismo clássico, destacando semelhanças, como no caso da intervenção do Estado na economia, que fez desenvolver as forças produtivas “com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista”. Consequentemente, as classes latifundiárias, embora mantidas, transformaram seu modo de produção em propriamente capitalista (*idem*, p.124).

Dito isso, compreender as particularidades históricas brasileiras, examinando o contexto da ditadura civil-militar a partir da perspectiva de um período de modernização conservadora

no Brasil, exige um processo de mediação não somente histórica, como também teórica. As especificidades econômicas e sociais do Brasil estão inseridas num prisma de introdução das relações capitalistas numa estrutura econômica em que moderno convive diretamente com o arcaico.

O subdesenvolvimento brasileiro, segundo Celso Furtado (1965), é resultado da penetração de empresas capitalistas em estruturas obsoletas, ou seja, as classes dominantes brasileiras produziram obstáculos que impediam o acesso dos trabalhadores à democracia e cidadania, sejam estas historicamente excluídas socialmente, politicamente e economicamente dos proventos da modernização capitalista. Construindo uma análise estritamente concentrada no aspecto econômico do Brasil, Alberto Guimarães (1977), pioneiro na introdução do conceito de modernização conservadora aplicado à realidade nacional, conclui que a inserção do progresso técnico na exploração agrícola não modificou a estrutura fundiária brasileira. O objetivo, portanto, era expandir as fronteiras agrícolas a partir de avanços tecnológicos sem que se transformasse a estrutura agrária do país.

Cabe enfatizar a necessidade de problematizar não apenas os fatores econômicos da modernização conservadora no Brasil da ditadura civil-militar, mas também os elementos políticos e históricos, como faz Fernando Antonio Azevedo (1982). Ao estabelecer como centro de análise o papel do Estado no empreendimento desse programa de modernização no país, Azevedo compreende que é na esfera estatal que se desenvolvem as bases de uma aliança entre as novas e antigas classes dominantes. Os setores populares são alijados do poder, da posse da terra e do acesso ao crédito a partir da permanência dos privilégios oligárquicos relacionados à manutenção do monopólio da terra, que se converte na ampliação do capital investido no espaço rural. Considerando tal contexto, esse processo de modernização conservadora está diretamente ligado a outra importante questão social, que é o êxodo rural, pois

[...] modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde¹⁷, em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores. (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 61).

¹⁷ A Revolução Verde foi um movimento agrícola que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 e que teve um impacto significativo na agricultura e na produção de alimentos em todo o mundo. Essa revolução foi impulsionada por uma série de avanços tecnológicos, práticas agrícolas inovadoras e programas de desenvolvimento agrícola que visavam aumentar a produção de alimentos e melhorar a segurança alimentar, especialmente em países em desenvolvimento. Para melhor compreensão de seus impactos, ler OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. Com Ciência [online]. 2010, n.120, pp. 0-0. ISSN 1519-7654.

Importante ressaltar que a origem desse projeto de modernização conservadora brasileira não nasce com o golpe de 1964, pois esse é um programa gestado ainda na década de 1930, que sofre direta influência das novas relações entre Estado e sociedade civil. Essa conjuntura ainda se explica pela intensificação das contradições de classes existentes no país, com a consolidação do novo padrão de acumulação capitalista de caráter intervencionista e de, certa forma, distante dos limites da democracia liberal, tendo em vista que

Eram frágeis e heterogêneas as forças que impulsionavam simultaneamente pela rapidez da industrialização, pela autonomia nacional e pelo progresso social, numa equação que se concretize pela trilha democrática. A assimetria entre elas fica clara ao longo do período que vai de 1930 a década de 1950. Ainda assim, como foram essas as forças em embate, a forma estatal não pôde ultrapassar certos limites e mostrou, no seu próprio perfil, a natureza social do Estado (DRAIBE, 1985, p.116).

Florestan Fernandes (1991) compreende que nesse período a revolução burguesa conduziu o Brasil a um capitalismo dependente e caracterizado pela hegemonia das classes dominantes, no que se refere ao processo de concentração de riqueza, poder e privilégios sociais com forte viés autocrático. Além disso, Fernandes aponta a influência externa no processo de modernização conservadora no país a partir da ação intervencionista do capital monopolista ligado às grandes nações capitalistas que estendem seus tentáculos às economias periféricas.

Portanto, o movimento de desenvolvimento econômico brasileiro é resultado de uma articulação entre a burguesia nacional, as antigas elites agrárias e o capital monopolista estrangeiro, que gestou um padrão de capitalismo dependente sem alterar radicalmente a estrutura fundiária e social do país, fundamentando-se em interesses conservadores e por vezes antidemocráticos. Uma das principais consequências disso se deu no acesso ao mercado de trabalho, que

não aconteceu de forma democrática entre as classes sociais, pois aqueles produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre. Como não conseguiram arrumar nenhum tipo de colocação, isto é, como colonos, agregados e moradores, foram para os principais centros urbanos e industriais do país em busca de novos postos de trabalho (PIRES; RAMOS, 2009, p. 420).

Modernização conservadora e desenvolvimentismo caminham lado a lado no processo de consolidação do capitalismo brasileiro ao longo do século XX. Este, historicamente está relacionado a um conjunto de políticas públicas voltadas para a superação do

subdesenvolvimento no Brasil. Além disso, constitui-se ideologia no sentido de pensar estratégias e técnicas de planejamento e racionalização dos investimentos públicos na indústria, agricultura e prestação de serviços.

No âmbito historiográfico brasileiro, tal conceito foi adaptado para examinar transformações vivenciadas ao longo do século XX, especialmente durante a ditadura civil-militar. A modernização conservadora no Brasil implicou a reconfiguração do Estado e da economia sob hegemonia empresarial, que defendia a industrialização e o crescimento econômico sem proporcionar significativas alterações sociais ou o aumento da participação política das classes subalternas. Logo, trata-se de um projeto que modernizou setores produtivos e urbanos, ao mesmo tempo em que aprofundou mecanismos de repressão, censura e exclusão dos brasileiros mais pobres.

No Maranhão, essa dinâmica assumiu contornos específicos. A ditadura se articulou com as oligarquias locais, especialmente com o grupo liderado por José Sarney, consolidando um padrão de desenvolvimento que intensificava as hierarquias sociais históricas no estado. Iniciativas como o Programa Grande Carajás e a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara foram exemplos de políticas de modernização associadas à expansão do capital e ao controle autoritário do território, causando efeitos sobre populações tradicionais, com deslocamentos forçados, degradação ambiental e exclusão socioeconômica. Assim, no Maranhão, a modernização conservadora agiu como um elo entre o autoritarismo militar e as elites regionais, conservando a concentração de riqueza e poder, em conjunto com a promoção de um progresso e integração ao projeto nacional desenvolvimentista.

Deste modo, o estudo do conceito de modernização conservadora no Brasil, especialmente, denota a contradição entre crescimento econômico e exclusão social. O modelo autoritário implantado após 1964 não findou com os arranjos oligárquicos regionais, mas os adaptou às imposições de uma nova ordem capitalista dependente, tecnocrática e autoritária. Com isso, torna-se necessário, no campo da História, entender essas dinâmicas para examinar criticamente os legados autoritários que ainda delineiam o presente.

Conseqüentemente, apresentaremos uma reflexão acerca da implementação do Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara, dois importantes projetos com vistas a desenvolver economicamente, e tecnologicamente, as regiões norte e nordeste do país. Objetiva-se aqui estabelecer uma conexão entre esses empreendimentos e a modernização conservadora decorrente da realidade brasileira. Os desdobramentos desses processos também serão avaliados a partir da luta e resistência de grupos sociais diretamente afetados por esses

projetos, bem como compreender como os aparelhos de repressão da ditadura foram fundamentais para cercear quaisquer formas de manifestação política e social das diversas comunidades locais vítimas das consequências negativas desses projetos.

2.2. Do Nacional-Estatismo à Ditadura Civil-Militar: História e Historiografia.

Os anos 1960 do século XX foram marcados pela intensificação das contradições e tensões de classes oriundas do colapso do modelo nacional-estatista, popularmente conhecido como populismo. Nesses trinta anos de industrialização sustentada por um pacto de conciliação de classes, o Brasil alterava o seu perfil socioeconômico – de caráter até então agrário-exportador – para uma essência urbana e industrial. Essa importante modificação foi reflexo da perda de hegemonia do setor oligárquico-cafeicultor, que viu na ascensão getulista o momento de consolidação da fração industrial burguesa no comando do Estado restrito¹⁸.

A implantação de um setor estatal fundamentado na indústria de base acabou desenvolvendo um mercado interno cada vez mais amplo, e sendo cada vez mais atrativo ao capital estrangeiro. Para isso, era necessário um regime que associasse a nova divisão do trabalho com o processo de industrialização acelerado. Nesse sentido, o historiador Jacob Gorender classifica essa hegemonia ideológica como:

O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse entre burgueses e operários. O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou - e obteve um elevado grau - o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de construção de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Não a sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social. (GORENDER, 1987, p.16)

¹⁸ De acordo com as elaborações teóricas do filósofo marxista Antonio Gramsci, as sociedades ocidentais apresentam um Estado em sentido amplo, ou seja, a superestrutura é o conjunto de duas esferas: a) sociedade política (ou Estado em sentido restrito): formada pelo conjunto de elementos utilizados pelas classes dominantes como substrato de detenção do poder através do monopólio do aparato coercitivo; b) sociedade civil: organismos responsáveis pela difusão de ideologias, exemplos disso são: sistema escolar, igrejas, partidos políticos, associações de classe, veículos de comunicação. Este é o espaço que as classes exercem sua hegemonia, quando dominantes, e a contra hegemonia, quando dominadas. GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

A “ilusão” do populismo, retratada pela ação de Estado como mediador dos interesses conflituosos entre classes e frações de classes, logo se tornou perceptível a partir do processo intenso de conscientização ideológica por parte dos trabalhadores brasileiros. A trajetória de lutas e reivindicações das massas subalternas na década de 1960 estava em conflito direto com os ideais burgueses. O desaquecimento das economias centrais incentivou, por parte de muitos países periféricos, a busca por alternativas autônomas de desenvolvimento, logo, objetivava-se superar a dependência tanto econômica quanto política em relação às grandes potências do mundo. Na América Latina, esse programa tornou-se conhecido como "nacional- estatismo", tendo suas variações nacionais representadas pelo cardenismo no México, peronismo na Argentina e o trabalhismo no Brasil.

Esse projeto se baseava no estabelecimento de um Estado forte, centralizado, interventor e planejador, além de organizar a vontade coletiva em prol de uma ideologia alicerçada num partido político de dimensão nacional que, através de uma liderança carismática, pudesse atender aos interesses tanto de empresários quanto de trabalhadores. Especificamente no Brasil, revelou-se nacional por conta do financiamento estatal do setor industrial e estatista, pois, através da criação de empresas estatais, visava-se fortalecer o setor público em detrimento da esfera privada. O nacional-estatismo ganha terreno na política brasileira num momento em que "as ideias dominantes na Primeira República não reconheciam o valor do trabalho e do trabalhador. Não havia relação entre trabalho e riqueza. O trabalhador era pobre e era bom que permanecesse nesse estado, pois somente assim ele trabalharia" (Ferreira, 2012, p.298).

Após Revolução de 1930, com a ascensão do trabalhismo, capitaneado por Getúlio Vargas, a leitura acerca do trabalho foi sendo modificada e dissociada da noção escravocrata, muito por intermédio do próprio Estado. Agora valorizado como atividade merecedora de recompensa material, o trabalho passou a ser cada vez mais bem reconhecido dentro da sociedade como um todo. A noção de "justiça social" estava agora muito presente em todas as relações entre Estado e classes trabalhadoras. Um dos principais reflexos dessa conjuntura foi à criação das leis trabalhistas.

A regulamentação da atividade laboral infantil e feminina, a criação das férias, horas extras, pensões e aposentadorias, bem como a redução da jornada de trabalho, e outras benesses, acabaram por incentivar a elaboração da Justiça do Trabalho, mecanismo estatal responsável pela mediação das relações trabalhistas entre patrões e empregados, algo antes inexistente no Brasil. Com o passar do tempo, o termo trabalhismo foi perdendo espaço para uma

nomenclatura que se tornou conhecida até os dias atuais, o populismo. O historiador Jorge Ferreira identifica o momento que em ocorre essa mudança na leitura histórica do período:

Formulada muito lentamente nos anos 1950, foi após o golpe militar de 1964 que a teoria do populismo começou a tomar corpo e forma. De início, tratava-se de um conjunto de insultos que a direita civil-militar, vitoriosa com o golpe, dedicou aos trabalhistas: demagogia, manipulação, corrupção, entre outros. Ao mesmo tempo, as esquerdas revolucionárias igualmente passaram a desqualificar o passado anterior ao golpe: sindicatos atrelados ao Estado, manipulação de líderes burgueses de massa, falta de consciência de classe etc. Foi à publicação do livro *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort, porém, que deu a consistência acadêmica que faltava ao conceito. Assim, a teoria do populismo, pelo menos até meados dos anos 1980, tornou-se hegemônica para os estudos da política brasileiro período (FERREIRA, 2012, p.311).

Trazendo uma perspectiva materialista histórica para a análise da experiência "populista" no Brasil, o historiador uruguaio René Armand Dreifuss enfatiza que:

Sob a égide do Estado Novo teve início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo. O Estado tornou-se importante produtor de bens e serviços de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil (DREIFUSS, 2008, p. 31).

A crise de hegemonia¹⁹ envolvendo as frações de classes dominantes no início do século XX no Brasil foi parcialmente solucionada com o estabelecimento do Estado Novo, no qual tanto o setor agrário-exportador, quanto o urbano-industrial, se beneficiaram das benesses da máquina estatal. Isso somente foi possível por conta de algumas concessões²⁰ às classes trabalhadoras.

¹⁹ A noção de hegemonia se consolida no seio da literatura marxista com propósito de refletir as diversas configurações sociais existentes nos diferentes tempos e espaços. Oriundo do berço social-democrata russo, e que ganha força teórica com Lênin, o conceito de hegemonia toma outras proporções a partir das elaborações de Antonio Gramsci. Superando as limitações inerentes ao materialismo vulgar, o filósofo italiano sugere uma nova relação entre estrutura e superestrutura, distanciando-se do pensamento que preconiza a primeira em detrimento da segunda. Para Gramsci, a sociedade civil, representada por seus aparelhos privados de hegemonia (associações de classe, partidos políticos, sistema educacional, meios de comunicação, Igreja, dentre outros), adquire centralidade no processo de tomada de poder e formação de um novo bloco histórico. Portanto, as classes sociais, ou frações e coalizões de classe que queriam chegar ao controle do Estado restrito (Sociedade Política) precisam exercer sua hegemonia ideológica no campo da sociedade civil.

²⁰ Getúlio Vargas estabelece medidas que propiciaram a ampliação da participação política da classe trabalhadora, marca característica do período nacional-estatista. Dentre elas, temos: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criação da carteira de trabalho, redução da jornada de trabalho para oito horários, direito a férias e descanso semanal remunerado, proteção ao trabalho do menor e da mulher e etc.

A destituição de Vargas em 1945 marca o fim do Estado Novo, mas não o encerramento das políticas trabalhistas. Seu sucessor, Marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do próprio Getúlio Vargas anos antes, liderando a chapa formada pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chega ao poder sob a égide da democracia liberal. Porém, cabe ressaltar que algumas posturas populistas permaneceram, dentre elas o privilégio à fração industrial dentro da esfera estatal, assim como a relação extremamente autoritária com a classe trabalhadora.

Algumas medidas representam bem essa faceta, como a formação de um ministério com quadros da União Democrática Nacional (UDN), partido de forte teor liberal; a intensa repressão aos sindicatos, partidos de esquerda e movimento sociais diversos; e a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um reduto de militares e de empresários conservadores que anos depois fomentará as bases do golpe empresarial- militar⁸ de 1964.

Na recondução de Vargas ao executivo federal em 1950, mediante aliança populista alicerçada por membros do empresariado nacional, bem como por setores da elite agrária e por grande parcela do operariado urbano, seu governo ficou marcado por intensos conflitos de interesses, como destaca Dreifuss:

Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a Segunda Guerra Mundial seriam deixados nesse arranjo sem adequada representação nos canais formuladores de diretrizes políticas. Os interesses multinacionais tentariam agressivamente mudar essa situação, justamente com interesses locais que temiam a ascendência política de Getúlio Vargas e com forças reacionárias acuadas com as medidas socio democráticas com as quais Getúlio parecia ameaçá-las. Derrotado por outro golpe militar em 1954, Getúlio Vargas recusou-se a renunciar e suicidou-se. Agindo dessa forma, ele explicitamente condenou, na sua carta- testamento, o que percebeu ser uma conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas (DREIFUSS, 2008, p.42).

Acreditava-se que com a morte de Getúlio Vargas morreria também o projeto trabalhista, no entanto, não foi o que se viu com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder. O que pôde ser notado a partir de 1955 foi uma remodelagem das diretrizes estatizantes através do projeto "50 anos em 5". Dentro dessa proposta foi estabelecido o Plano de Metas, que tinha o objetivo de modernizar aceleradamente o país. Os principais símbolos deste programa foram: a construção da nova capital Brasília e a abertura do mercado brasileiro para ampla entrada de capital estrangeiro, com destaque para as indústrias automobilísticas.

A reabertura do Congresso nacional, o estabelecimento de novas relações de trabalho, com o desenvolvimento do setor terciário de bens e serviços, e a formação de novos segmentos laborais trouxe, segundo René Dreifuss, "características clientelistas, cartoriais, paternalistas

que serviram por um breve período para reproduzir ideologicamente e recriar politicamente a ideia de um Estado neutro e benevolente, mito que seria destruído em princípios da década de 1960" (DREIFUSS, 2008, p.36).

Em 1960, a UDN, partido político com ideais liberais dentro do país, havia chegado ao poder máximo através da figura de Jânio Quadros, político oriundo do Estado de São Paulo, que tinha como tarefa principal “varrer” a corrupção do Brasil. Seu vice-presidente, em eleição separada, foi João Goulart, do PTB, partido varguista de agenda política oposta à do então presidente eleito.

Gestão marcada por peculiaridades, como a política de distribuição de bilhetinhos; o flerte com a esquerda através da condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, maior honraria que se poderia conferir a um estrangeiro; implantação de programa econômico de viés austero; e relação extremamente conturbada com base aliada e o Congresso nacional, constituíram elementos suficientes para gerar uma crise institucional no governo de Jânio, levando, meses depois, à sua renúncia, trazendo espanto a um país inteiro, como afirma Thomas Skidmore:

Seu gesto caiu como uma bomba sobre a nação. Os milhões de brasileiros que lhe deram o voto ficaram perplexos vendo frustradas suas melhores esperanças. Embora possa ter pensado que o Congresso o chamaria de volta dando-lhe poderes para governar ao estilo de um De Gaulle (o que aparentemente desejava), Jânio abandonou Brasília no mesmo dia e se foi incógnito (SKIDMORE, 1988, p.29).

A chegada de João Goulart à presidência da República representava a real possibilidade da liderança executiva do país ser novamente ocupada por um político trabalhista, algo que amedrontava as classes dominantes e os setores mais conservadores da sociedade da época. Estava muito presente no imaginário popular a lembrança de João Goulart como ministro do trabalho de Getúlio Vargas.

Dessa forma, após a renúncia de Jânio Quadros, membros das Forças Armadas (Ministros militares) foram contrários à assunção do político gaúcho ao governo. Isso muito se deve ao fato do político gaúcho à época ser comumente associado ao ideário comunista, tendo em vista sua militância política estar estreitamente atrelada à ampliação da participação política dos trabalhadores dentro da sociedade. Sendo assim, Jango se constituía um novo fôlego ao projeto nacional-estatista gestado e desenvolvido na Era Vargas. Uma das principais objeções do próprio Goulart, como também do PTB e das diversas denominações no âmbito das esquerdas,

às reformas de base²¹, um conjunto de políticas públicas que objetivavam a transformação estrutural da economia, sociedade e política do país, surgem como principal agenda de governo.

Bandeira tradicional dos setores trabalhistas, nacionalistas e de esquerda do país, as reformas de base não eram bem-vistas pelos setores liberais e conservadores de nossa sociedade. Essa negativa de segmentos à direita do espectro político nacional às propostas reformistas de João Goulart vai justificar ações conspiratórias e golpistas que irão destituí-lo do poder em 1964, evento que daremos melhor destaque no próximo tópico.

Aquilo que queremos ensinar neste espaço é justamente o fato de que Jango teve um papel direto na atualização do projeto nacional-estatista de Getúlio Vargas para a década de 1960, por meio principalmente das inúmeras ações de governo em prol da ampliação da cidadania para parcelas da sociedade antes alijadas. Os altos investimentos na indústria de base, a execução do Plano Nacional de Educação – que representou a ampliação do acesso à educação escolar –, o financiamento público para construção de conjuntos habitacionais, hospitais, além da concessão de benefícios previdenciários e sindicais ao trabalhador rural constituíram a nova roupagem do projeto trabalhista²².

Após uma breve revisão do projeto nacional-estatista, que teve em sua vertente brasileira o nome de trabalhismo, cabe-nos neste momento discutir o processo de transição conceitual desse projeto de políticas públicas que marcou a primeira metade do século em nosso país. Portanto, vamos examinar em que momento da nossa história o trabalhismo começou a ser classificado como populismo, conceito até hoje tão usado para se referir a certas condutas políticas. Jorge Ferreira ressalta a importância de separarmos o trabalhismo do populismo como elemento elucidativo e explicativo de uma determinada temporalidade da história política brasileira:

Trabalhismo, por sua vez, surge historicamente, a partir de 1942, traduzindo um conjunto de ideias, crenças, valores e maneiras de fazer política que passaram a integrar a cultura política no Brasil. Um processo, portanto, histórico. Trata-se, nesse caso, de compreender a classe trabalhadora como sujeito de sua história, com suas escolhas, cuja atuação nos partidos e sindicatos excedia o personalismo (FERREIRA, 2012, p.318).

²¹ Conjunto de reformas estruturais propostas pelo governo do presidente João Goulart. Essa agenda reformista tinha como objetivo promover significativas alterações nos setores econômicos, educacional, político e agrário, visando à diminuição da desigualdade social no país.

²² Para melhor leitura das realizações do governo João Goulart, ler Marieta de Moraes Ferreira em “João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006”.

Corroborando com esse pensamento, temos a contribuição de Maria Capelato no sentido de pontuar a origem do trabalhismo:

O que importa ressaltar é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele propõe manter com a classe trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942 (CAPELATO, 1987, p.16).

Enquanto isso, o populismo, por sua vez, surge como um mito, como algo para ser acreditado e não discutido, que resiste às "provas empíricas" (FERREIRA, 2012, p.318). Portanto, concordamos como entendimento de que existia a necessidade de localizarmos tais conceitos (nacional-estatismo, trabalhismo e populismo) a fim de melhor problematizarmos o período de 1930 a 1964. Compreendermos essa conjuntura política, econômica e social na qual o Brasil se localizava em meados do século XX, como condição relevante para entendermos os eventos inerentes ao governo João Goulart e aos aspectos condicionantes que levaram ao rompimento democrático em 1964.

Em qualquer processo de pesquisa voltada para a análise e interpretações de acontecimentos históricos, se apresenta ao historiador o desafio de trabalhar conceitos e categorias que possam dar sustentação teórico-metodológica aos estudos. Diante disso, uma tarefa imprescindível a esse profissional é a seleção, contextualização e organização sistemática dos seus dados empíricos a partir desse processo. Muitos termos, conceitos e categorias foram criados e se consolidaram nas diversas historiografias amplamente utilizadas pela comunidade de historiadores, e até mesmo se tornando conteúdos programáticos e capítulos de livros didáticos dentro do campo da História Escolar. Nossa proposta de produto educacional é a elaboração de um e-book sobre a história da ditadura civil-militar no Maranhão com enfoque nas implicações que o projeto de modernização conservadora implementado pelos militares teve em terras maranhenses.

O produto educacional digital em formato e-book, intitulado *Ditadura e Modernização Conservadora no Maranhão: desenvolvimento, repressão e resistência*, apresenta como eixo principal de análise o contexto histórico em que os grandes empreendimentos econômicos (Projeto Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara) implementados no Maranhão durante a ditadura trouxeram, por um lado, desenvolvimento econômico, e por outro, custos ambientais, exploração do trabalhador e expropriação violenta de terras historicamente pertencentes a povos tradicionais como os quilombolas e quebradeiras de coco.

Para isso, é fundamental discutir a origem e aplicação do termo “modernização conservadora”, tendo em vista a necessidade de compreensão de tal conceito para caracterizar o projeto econômico de desenvolvimento que se consolidou durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil. Sabemos que muitos historiadores se utilizam de conceitos e categorias de outros campos científicos, como até mesmo de alguns oriundos do senso comum²³. Por isso, é primordial que se forneça uma reflexão sobre tais.

Cabe enfatizar que esse Estado desenvolvimentista não é homogêneo e sofre direta influência das diversas conjunturas políticas que perpassam a trajetória republicana brasileira no século XX. Destacam-se dois importantes períodos: o primeiro como nacional-desenvolvimentista (1950-1960) e o segundo a partir do autoritarismo da ditadura civil-militar entre as décadas de 1960 e 1980.

Para alguns historiadores²⁴, a década de 1980 demarca um período de crise da hegemonia²⁵ burguesa no Brasil e do florescimento de tentativas de contra hegemonia na sociedade brasileira. Recuperando aspectos fundamentais sobre o debate da “Questão Nacional”²⁶, Carla Luciana Silva (2016) afirma que o modo de produção capitalista no Brasil se desenvolveu, a partir da década de 1930, por meio da “via prussiana” ou “modernização conservadora”, conceitos já problematizados anteriormente.

Tal modernização se caracterizou pela aliança entre as classes dominantes rurais e industriais, que mesmo dentro de uma tímida realidade de avanços sociais, como por exemplo a Consolidação das Leis Trabalhistas e o direito de voto para as mulheres, ainda preservou de maneira intensa a divisão entre o campo e a cidade no que se refere à perspectiva do trabalho,

²³ Reflexão desenvolvida por Circe Bittencourt em seu livro *Ensino de História: fundamentos e métodos*, em sua quinta edição publicada no ano de 2018.

²⁴ Para aprofundar mais sobre tal temática, ler *Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*, livro organizado por Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil e Marco Antônio Both da Silva, disponível em: <https://grupohistoriaeopoder.com.br/wp-content/uploads/2019/12/dittrandem.pdf>.

²⁵ Compreendemos os conceitos de hegemonia e contra hegemonia a partir da leitura de Antonio Gramsci. A hegemonia refere-se à dominação cultural e ideológica exercida por uma classe social sobre as demais. Enfatiza-se que a hegemonia não se impõe apenas pela força, mas por meio da construção de consenso e aceitação das ideias da classe dominante. Para isso, envolve a liderança moral e intelectual, onde a classe hegemônica consegue difundir suas ideias como se fossem universais e naturais. Consequentemente, a contra hegemonia é o esforço de grupos subalternos para desafiar e contestar a hegemonia estabelecida. É um movimento que busca criar uma forma de entendimento e práticas sociais que contraponham a visão dominante. Para aprofundar a leitura sobre o tema, leia *Cadernos do Cárcere* (Caderno 13, intitulado “Notas sobre Maquiavel, sobre política e sobre o Estado moderno”, e Caderno 19, intitulado “Relações entre estrutura e superestrutura”).

²⁶ A *Questão Nacional Brasileira* refere-se ao debate histórico e político sobre a construção da identidade nacional e o papel do Estado na unificação e desenvolvimento do Brasil enquanto nação. Esse debate envolve diferentes interpretações e projetos para o país, levando em consideração aspectos como diversidade cultural, desigualdades regionais, desenvolvimento econômico e integração social.

preservando relações no campo relações bem próximas da realidade escravista. Contra os primeiros movimentos organizados das classes trabalhadoras rurais e urbanas brasileiras no início do século XX, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro, o Bloco Operário Camponês e a Aliança Nacional Libertadora, insurgiram o golpe de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, e, posteriormente, à implementação do Estado Novo em 1937. Posteriormente, no contexto pós segunda guerra mundial, o Brasil viveu relativa fase de avanços democráticos durante o período da República Liberal, entre os anos de 1946 e 1964. Observou-se uma rica fase de lutas sociais, de conscientização de classe e de uma crescente articulação entre os trabalhadores brasileiros que passavam a reivindicar direitos sociais (saúde, educação e moradia) e maior participação política. Frente a isso, veio o golpe civil-militar que implementou uma

Modernização acelerada do campo, o que traduzido quer dizer: expulsão dos trabalhadores, grilagem acobertada, impossibilidade de organização autônoma, manutenção da concentração fundiária legal ou ilegal, e sua ampliação para os territórios de fronteira crescentemente ‘anexados’, onde se repetia o processo de expropriação das populações locais e da remontagem da grande propriedade. Financiamento para uns, repressão para os demais. Arrocho salarial nas cidades, desmontagem desse longo trabalho de autonomização dos sindicatos, repressão, prisão, vida humana sem valor (SILVA, p.166-67, 2016).

É dentro dessa lógica que se compreende a inserção do Programa Grande Carajás e do Centro Espacial de Alcântara como dois projetos de modernização conservadora que se consolidaram a partir das expropriações das terras de populações locais, da exploração da classe trabalhadora e da promoção de profundos danos ambientais. Ações estas tuteladas pelo Estado brasileiro a serviço dos interesses das classes dirigentes do país. Esses projetos buscaram explorar os recursos naturais e expandir a infraestrutura em regiões periféricas, como a Amazônia e o Maranhão, promovendo modernização e desenvolvimento tecnológico. No entanto, eles também perpetuaram desigualdades sociais e regionais, desalojando comunidades tradicionais e indígenas, e beneficiando principalmente grandes grupos econômicos e interesses estratégicos do Estado, sem incluir a população local nos benefícios gerados.

Passado mais de meio século do golpe de 1964 e da implementação da ditadura civil-militar no Brasil, a historiografia sobre o tema apresenta um amplo painel de interpretações clássicas e recentes que revigoram as análises referentes a um período tão importante da história brasileira, convertido atualmente em arena de disputas de narrativas e embates no campo da memória. Os primeiros estudos sobre a ditadura brasileira se desenvolveram ainda na vigência do regime, que acabava por se tornar um exercício cheio de obstáculos, em virtude de vários

elementos. Isto pode ser explicado pelo cuidado que importantes atores políticos tiveram de manter sigilo sobre seus atos, refletindo àquela época em uma carência de fontes em comparação com a realidade atual.

O fortalecimento da historiografia sobre a ditadura se dá a partir do rompimento com a hegemonia dos estudos históricos sobre a colônia e império, que por muito tempo foram predominantes nas universidades brasileiras. Tal movimento tem como ponto de partida as décadas de 1960 e 1970, e dois fatores explicam essa quebra de paradigma. O primeiro foi o grande processo de profissionalização das pesquisas históricas a partir da reforma universitária implementada na década de 1960, enquanto o segundo se deu pela inserção em grande escala de investigações que tomavam como eixo teórico o marxismo e os estudos da *Escola dos Annales*.

A ciência política foi o ponto de partida para os primeiros trabalhos acadêmicos sobre a ditadura civil-militar brasileira ainda nas décadas de 1970 e 1980, período em que tal campo de conhecimento estava sendo diretamente influenciadas pela ciência política norte-americana. Notava-se tal hegemonia na grande quantidade de estudos que enfatizavam principalmente os aspectos políticos-institucionais e suas variáveis²⁷. Wanderley Guilherme dos Santos em “*O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira em 1979*” destaca que a ruptura democrática em 1964 foi fruto da incapacidade de ação do então presidente João Goulart, que ele classificou como “paralisia decisória”²⁸. Nota-se tamanha centralidade no fato de que os atores radicalizados não estariam dispostos a renunciar às suas convicções ideológicas e que o presidente João Goulart ficou inerte em meio a tal conjuntura.

Com objetivo de problematizar as relações entre Estado e oposição, levando em consideração os complexos mecanismos de dominação política e social, Maria Helena Moreira Alves (1985) examina o contexto da ditadura. Ela afirma que o governo de Jango foi o período mais fecundo para a organização proletária no país, pois o então presidente buscava o apoio dos trabalhadores. Naquele momento, o clima político fomentava o desenvolvimento de formas de organizações mais profundas e efetivas.

No entanto, parte da sociedade brasileira não via aquela politização das massas com bons olhos, pois, a rápida organização da classe trabalhadora urbana e rural assustou as classes

²⁷ Parte dessa divisão historiográfica tem inspiração no trabalho desenvolvido pelo historiador Carlos Fico. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em operação historiográfica presente no livro *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre o Golpe e a Ditadura Militar*.

²⁸ Conceito utilizado por Wanderley Guilherme dos Santos em *O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira em 1979*.

mais altas, que nunca haviam sido forçadas a dar mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo organização sindical (Moreira Alves, 1989, p.22). Compreende-se que para "designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra." Sendo assim, seu objetivo é esclarecer que o Estado foi instituído e desenvolvido em consonância com ações de uma oposição organizada no Brasil.

Além dessas explicações, temos também interpretações voltadas para as grandes estruturas que compreendem o regime enquanto consequência do colapso dos governos anteriores à ditadura. Seus principais representantes são Octávio Ianni (1968), Guilherme O'Donnel e Fernando Henrique Cardoso. Eles defendiam que a ruptura democrática resultou da crise do modelo agroexportador e de desenvolvimento nacionalista em aliança. Existiu a aproximação entre industrialização e autoritarismo, assim como a necessidade por parte das classes dominantes de apoiarem o regime autoritário que gerisse esse processo de acumulação de capital.

Entende-se esse momento como fruto de uma complexa trama política, envolvendo velhos e novos conspiradores, inimigos declarados do trabalhismo janguista que vociferavam contra o suposto fantasma comunista que as reformas representavam. Tal articulação

Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores. (NAPOLITANO, 2014, p.43)

As consequências desse pensamento conservador são de imediato ao início da ditadura, considerando que

As primeiras cassações indicavam o foco a ser "saneado" - as lideranças civis e militares alinhadas com as reformas e com o governo deposto - e apontaram um significado claro do golpismo de 1964. Destruir uma parcela da elite que aderiu ao reformismo, desarticular as forças de esquerda e reprimir os movimentos sociais. (NAPOLITANO, 2014, p.65)

A utilização do marxismo como recurso teórico de pesquisas ganhou muita força durante as décadas de 1960 e 1970 nas universidades brasileiras. Um dos principais motivos, claro, era a opção por uma teoria que priorizasse a luta de classes, uma postura bastante partidária dentro do contexto da ditadura. Para muitos, era uma forma de marcar posição e se apresentar enquanto resistência ao regime. Três obras muito influentes desta área foram *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss; e *O Combate nas Trevas. A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*

(1987), de Jacob Gorender, historiador e membro do Partido Comunista Brasileiro na época da ditadura; e *História Militar do Brasil* (2010) de Nelson Werneck Sodré.

Dreifuss, sustentado por uma vasta documentação, analisa a luta por hegemonia desencadeada pela grande burguesia em associação com o capital multinacional, apontando a atuação de membros desses segmentos civis na composição de postos administrativos dos governos ditatoriais a partir de 1964. Com o exame das organizações empresariais existentes na década de 1960 no Brasil, com destaque para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), denota-se o caráter classista do regime, tendo em vista que essas instituições agiam como aparelhos privados de hegemonia ao elaborarem um projeto de tomada de poder e remodelação do Estado. Existe claro propósito de mostrar que o capital multinacional e associado não encontrava correspondente liderança política na figura de João Goulart. Sendo assim, essa nova classe empresarial construiria uma hegemonia no seio da sociedade civil para endossar seu projeto de político.

Logo, com intuito de contrapor-se ao "populismo" político e com ele à burguesia tradicional e às oligarquias, este bloco de classes passa a formar grupos de pressão baseados em federações de classe, escritórios técnicos em prol de satisfazer seus interesses em expansão. Neste momento, na ótica de Gramsci, acontece a nacionalização de um projeto de classe, ou melhor dizendo, de fração de classe, falando especificamente do capital multinacional e associado. O complexo IPES/IBAD se tornava Estado-Maior da burguesia multinacional, pois esta passa a planejar e desenvolver um projeto de condução ao poder do Estado.

Para isso, amplas campanhas de desestabilização do presidente João Goulart foram realizadas, envolvendo atividades de instrução anticomunista e de profunda crítica ao "atraso" das oligarquias rurais, do intervencionismo estatal e da corrupção desenfreada incrustada, segundo eles, na essência política "populista". No entanto, essa doutrinação ideológica não era suficiente para que o capital multinacional e associado chegasse ao controle do Estado por vias democráticas e eleitorais, seria preciso buscar uma aliança com os setores militares.

Gorender foca no espectro da atuação das esquerdas e na crítica ao presidente João Goulart que, acima de sua condição política pessoal, preferiu manter a ordem burguesa como tal, sem responder ao golpe. Para ele, Jango evitou um confronto por medo de perder o controle político. O historiador vai mais além ao falar de uma literatura corrente sobre esse momento da história recente do Brasil.

Tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que, no pré 64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador (GORENDER, 1987, p.66).

Em contraposição a essa tendência, Gorender afirma que essa conclusão se trata de mero positivismo superficial. Contrário à interpretação baseada na condição estática das coisas, ele classifica o período entre 1960 e 1964 como o momento auge da luta de classes no Brasil do século XX. A politização dos trabalhadores se transformou em consistente ameaça à estabilidade institucional da ordem burguesa no país. Pautados no interesse de manutenção da propriedade privada e da força coercitiva do Estado, a ditadura foi o freio conservador para uma possível situação revolucionária, agindo em prol das classes dominantes e do imperialismo, realizando uma ação contrarrevolucionária preventiva que gradativamente vai se configurando em estado de exceção nos anos 1970 e 1980.

Para Nelson Werneck Sodré, à medida que João Goulart acenava para o alargamento da democracia no Brasil, a partir das reformas de base, o grupo de conspiradores passou a ganhar numerosos adeptos de todas as classes. O fantasma do comunismo, as acusações de corrupção no governo, a inabilidade administrativa do presidente e a radicalização dos trabalhadores foram argumentos utilizados para justificar o

O radicalismo pós golpe de 1964 foi bem maior do que o radicalismo do processo político brasileiro anterior ao 31 de março. Os expurgos, prisões e torturas foram mais agressivos que os discursos, agitações, comícios e outras demonstrações anteriores ao golpe vitorioso (WERNECK SODRÉ, 2010, p.467)

Chamando esses segmentos conservadores brasileiros de "componentes do atraso", Werneck Sodré afirma que as reformas trariam mudanças significativas à estrutura brasileira, e que a ditadura que seguiu pós golpe se constituiu num período de desenvolvimento de uma modernização conservadora que custou as liberdades democráticas e os direitos humanos. Identificar como grandes grupos econômicos, sejam na construção civil (Odebrecht, Camargo G, Andrade Gutierrez), indústria pesada (Gerdau e Votorantin), setor financeiro (Itaú e Bradesco) e das comunicações (Globo, Grupo Folha, Veja), enriqueceram como nunca no período do "milagre econômico" (coincidentemente o auge da repressão ditatorial) é muito importante para compreendermos as particularidades da ditadura brasileira.

O processo de privatização, iniciado ainda no governo do ditador João Batista Figueiredo²⁹, e a presença de membros da Escola Superior de Guerra no processo de condução política para a democracia são mais do que provas de que existe importância em qualificar a

²⁹ Para mais informações sobre o processo de privatização no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar, ver PICCOLO, Monica, 2010, cap. 2.

parcela civil de sustentação do regime. Banqueiros, ruralistas, industriais, grandes conglomerados das comunicações que participaram da elaboração de um projeto político-ideológico, conduziram o país dentro do que se chama de insurreição contrarrevolucionária dos setores dominantes da sociedade brasileira.

No bojo desta análise temos a expansão do capital-imperialismo³⁰ no Brasil a partir da primeira metade do século XX. Naquele momento se presenciava a mudança da fração de classe dirigente dentro das classes dominantes brasileiras. As grandes oligarquias do nordeste estavam perdendo espaço para os industriais do centro-sul, em especial do Estado de São Paulo. Tal movimento foi uma reação à politização dos setores subalternos da sociedade brasileira que poderia ser um entrave à intensificação de expropriações primárias e secundárias, como também para enorme concentração de capitais, elementos necessários para o sucesso do capital-imperialismo no Brasil.

A opção pela truculência é vista neste sentido como um estado autoritário, um regime que admitia "apenas escassos elementos de incorporação subalterna das grandes massas de população". Logo, para a grande burguesia nacional, em associação ao capital externo, fazia-se necessário interromper a forte inserção política dos segmentos populares do país. Renato Luís do Couto e Lemos, em artigo intitulado "*Contrarrevolução e Ditadura: ensaio sobre o processo político pós-1964*", versa sobre o processo político brasileiro de 1964. Alicerçado na perspectiva das temporalidades de Fernand Braudel e da noção de contrarrevolução, Lemos reflete sobre as condições para que uma ditadura fosse instaurada no Brasil em 1964, e compreendida por ele como um projeto burguês-militar que apresenta suas origens no início do século XX e que perduraria até o final da década de 1980.

A abordagem braudeliana dos "três tempos" (longo: estruturas; médio: conjunturas; curto: acontecimentos), para Renato Lemos, é recurso pontual para o entendimento das diferentes dinâmicas do processo histórico. Neste sentido, a ditadura civil-militar brasileira pode ser compreendida através da "longa duração", tendo em vista que, após Primeira Guerra Mundial, reconfigurou-se o padrão de acumulação capitalista no mundo, que seria ainda mais

³⁰ A noção de *capital-imperialismo* adotada pela historiadora brasileira Virgínia Fontes busca evidenciar um salto de qualidade do imperialismo. Ao dialogar com o conceito de *imperialismo* formulado por Lênin, em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Virgínia Fontes destaca que a partir dos anos 1990 passou a existir uma remodelagem do sistema capitalista, levando em consideração o seu caráter financeiro. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

acentuado na dinâmica bipolar da Guerra Fria influenciado diretamente na política interna brasileira levando em consideração, paralelamente, a internacionalização das lutas de classes.

Para o historiador, a contrarrevolução é o elemento que conecta os tempos, ou seja, percebendo a história política brasileira (história da luta de classes) na "longa duração", a crise da democracia no país, o golpe de estado e o regime autoritário seguinte estão articulados às lutas de classes no âmbito do sistema capitalista mundial. Assim, a partir da revolução russa de 1917, passou a existir uma forte tendência à preservação dos privilégios do capital.

Importante verificar que o avanço do capital-imperialismo³¹ no Brasil e o surgimento da sociedade burguesa se deram em grande parte sob o signo da ascensão do socialismo como alternativa real ao capitalismo. Em consequência, a tarefa de construir as estruturas capitalistas se combinou com a de prevenir a revolução socialista. O golpe de 1964 foi contrarrevolucionário-preventivo, na visão dos mais moderados, e reativo, no olhar daqueles que suspeitavam e acreditavam em golpe esquerdista. A fração dominante da classe dominante, falando aqui dos empresários e industriais urbanos, deu um golpe de estado em parceria com o capital estrangeiro.

Na visão de Fábio Konder Comparato (2014), a ditadura brasileira tem origem na profunda cisão dos dois grandes grupos oligárquicos brasileiros: a classe dos grandes empresários e os proprietários de terras. Os arranjos conciliatórios, marca registrada da tradição política brasileira desde os tempos de colônia, não foram suficientes devido ao agravamento das disputas políticas entre direita e esquerda no contexto da Guerra Fria. Setores consideráveis das classes médias haviam se posicionado à esquerda do espectro político, passando a apoiar as reformas de base propostas por Goulart. Com isso, os grandes empresários temiam que suas posições privilegiadas na ordem social do país fossem mudadas. Com isso, estabeleceu-se uma aliança com as Forças Armadas na retirada dos governantes em exercício, substituindo-os por outros, ligados aos potentados privados

Era natural, nessas circunstâncias, que os grandes proprietários e empresários, nacionais e estrangeiros, temessem pelo seu futuro em nosso país e se voltassem, agora decididamente, para o lado das Forças Armadas, a fim de que

³¹ A noção de *capital-imperialismo* adotada pela historiadora brasileira Virgínia Fontes busca evidenciar um salto de qualidade do imperialismo. Ao dialogar com o conceito de *imperialismo* formulado por Lênin, em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Virgínia Fontes destaca que a partir dos anos 1990 passou a existir uma remodelagem do sistema capitalista, levando em consideração o seu caráter financeiro. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

estas depusessem os governantes em exercício, substituindo-os por outros, associados aos potentados privados, segundo a velha herança histórica (COMPARATO, 2014, p.8).

O processo político que destituiu João Goulart do poder e que implantou um Estado de exceção no Brasil se caracterizou como uma intervenção militar contra um governo constitucionalmente eleito. Foram implantadas políticas econômicas que aceleraram a acumulação de capital através da superexploração das classes trabalhadores. Conseqüentemente, homogeneizar as responsabilidades da "sociedade" e dos "autoritários" não é a melhor opção para que as reflexões e análises históricas vindas da academia contribuam de forma positiva para a sociedade brasileira. Cabe identificar o teor classista do movimento, seja de adesão ou resistência, assim como identificar as rupturas e continuidades entre os períodos de democracia que foram intercalados por décadas de autoritarismo de ditadura.

Sabemos que muitos profissionais da área, por diversas intercorrências pessoais e profissionais, acabam por se distanciar de tais debates teórico-metodológicos. Neste sentido, aproximar o docente de tais discussões propicia a possibilidade de qualificação do Ensino de História sobre o tema, estabelecendo um rico processo de ensino-aprendizagem que beneficia alunos e professores, não somente no espaço acadêmico, como também no âmbito escolar.

No que se refere a uma historiografia maranhense mais recente sobre o contexto da ditadura, temos uma leva de historiadores que desenvolveram uma série de pesquisas voltadas para entender os processos políticos, econômicos, sociais e culturais da ditadura civil-militar no Maranhão. Parte considerável desses pesquisadores está vinculada ao Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), do qual faço parte e que foi apresentado anteriormente no texto introdutório.

Dentre as principais pesquisas que possuem como centralidade de análise a imprensa local, temos *A ditadura em quadros e quadrinhos: Aplicação escolar do paradidático —Piada Pronta a partir da linguagem iconográfica da crítica ilustrada sobre a ditadura empresarial-militar brasileira (1975-1985)*, dissertação de mestrado de Adriano Negreiros da Silva que apresenta como hipótese central a ideia de que a crítica ilustrada da imprensa alternativa ludovicense expressava um conteúdo crítico local estendido ao contexto nacional (A Folha de São Luís e Baú de Cartuns) e o humor gráfico da grande imprensa ludovicense (O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno) detinha traços amistosos, apologistas e/ou eventualmente questionadores sobre o cenário político nacional à conveniência do momento (SILVA, 2018).

Em trabalho intitulado *História política, biografia e imprensa: uma nova ferramenta para Ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da Trajetória Política de José Sarney (1950-1970)*, Drielle Souza Bittencourt (2019) analisa a imprensa maranhense, a partir dos jornais *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia*, com relação ao posicionamento institucional desses periódicos mediante a ascensão política de José Sarney entre as décadas de 1950 e 1970, destacando como essa imprensa atuou como aparelho privado de hegemonia na construção de consenso em torno do projeto de poder sarneysta.

Na pesquisa *Ensino de História, ciberespaço e novas tecnologias de informação: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do “Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão”*, Leonardo Leal Chaves (2018), a partir da hipótese de que em grande parte dos livros didáticos de história utilizados na rede pública estadual do Maranhão predomina a concepção da anistia como um instrumento de pacificação e conciliação, desconsiderando outras variáveis. Neste sentido, ele desenvolve um Acervo Digital da Luta Pela Anistia com repositório que inclui exemplares do Jornal O Estado do Maranhão que noticiavam informações e opiniões sobre a Lei da Anistia de 1979.

Manoel Afonso Ferreira Cunha (2018), em *História, Historiografia e Imprensa: revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar*, desenvolve uma investigação a partir do posicionamento institucional dos jornais O Imparcial e Jornal Pequeno sobre os principais processos políticos, econômicos e sociais durante o governo do então presidente João Goulart e toda a conjuntura pré e pós golpe de 1964. A materialidade dessa pesquisa se converteu em produto educacional utilizado para o ensino de história dentro do espaço escolar da educação básica.

Em *O Ensino de História do Maranhão na educação básica: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”*, Raíssa Caroline Macau Mendes (2020) apresenta e examina os principais aspectos e a trajetória da principal oligarquia atuante no Estado, a Sarneísta, e os resquícios de sua política nos setores sociais no território maranhense.

Déborah Rachel Ribeiro dos Santos (2020), em pesquisa intitulada *Projeto Grande Carajás: desenvolvimentismo e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980)*, faz uma reflexão acerca das implicações do projeto desenvolvimentista do governo militar no Maranhão, com o objetivo de compreender como o Programa Carajás perpassou a esfera político-econômica nacional e principalmente estadual, priorizando o estudo sobre a região estado do

Maranhão. Assim, analisa-se a importância dos jornais neste processo desenvolvimentista, buscando compreender o discurso modernizador veiculado por grandes grupos hegemônicos.

Hegemonia e Poder: concessões para veículos de radiodifusão no Maranhão 1978-1990, pesquisa de Jadielson Railson Ferreira Ribeiro (2018), estabelece um diagnóstico sobre o processo de liberação de concessões públicas para os veículos de radiodifusão maranhense, relacionando-os com o fortalecimento do grupo Sarney no Maranhão, identificando aliados e demonstrando os resultados eleitorais do grupo.

“No interesse da paz e da honra nacional”: a “Operação Limpeza” nas páginas do *Jornal Pequeno*, trabalho de conclusão de curso de Jefferson Maciel Lira (2016), tem como principal objetivo de análise do posicionamento do *Jornal Pequeno*, nos primeiros seis meses após o Golpe de 31 de março de 1964, tendo como foco de investigação o decreto do Ato Institucional Nº1 que se desdobrou no que ficou conhecido como a “Operação Limpeza”

História Econômica e o Ensino de História: Dicionário de Conceitos e Temas Econômicos para Jovens como ferramenta de análise das relações econômicas no ensino básico, trabalho do historiador Werbeth Serejo Belo (2018), tem como objetivo criar um "Dicionário de Conceitos e Temas Econômicos para Jovens" para auxiliar no ensino da história econômica nas escolas. Além disso, há um objetivo secundário de analisar como os temas econômicos são abordados nos livros didáticos, partindo da hipótese de que são frequentemente apresentados de forma acrítica e desconectada do modelo de Estado capitalista contemporâneo.

A pesquisa busca mostrar que esses temas são muitas vezes retratados como diretrizes naturalizadas, ou seja, como decisões governamentais que não estão relacionadas com a defesa de interesses de classe ou frações de classe. Em resumo, o trabalho visa aprimorar a educação econômica, promovendo uma compreensão crítica e contextualizada desses temas entre os jovens.

Ditadura empresarial-militar no Maranhão e ensino: O Dicionário Histórico-biográfico como ferramenta pedagógica, de Paulo Leandro da Costa Moraes Mendes (2021), é uma pesquisa voltada para as conexões entre as produções historiográficas nacionais sobre o golpe de 1964 e a criação de um Estado alinhado com os interesses de capitais multinacionais e nacionais associados. Além disso, busca-se comparar essas interpretações com as produções regionais, destacando semelhanças e diferenças. O propósito final é desenvolver um dicionário histórico-biográfico que contenha conceitos, informações históricas e biografias relevantes para apoiar o ensino do 9º ano do ensino fundamental, particularmente nas aulas de História do

Maranhão. Esse dicionário deve servir como uma ferramenta que integra o currículo básico com a história do estado.

Além dessas, existem uma série de outras pesquisas que engloba o contexto da história do Maranhão contemporâneo, com enfoque predominante em trabalhos sobre o período da ditadura, estabelecendo o exame do posicionamento da imprensa local. Cabe destacar também que parcela importante desses projetos se desdobraram em produtos educacionais voltados para o cotidiano escolar, proposta semelhante à desta pesquisa vigente.

2.3. O “Maranhão Novo” na ditadura: a ascensão política de José Sarney sob tutela dos militares.

A década de 1960 representou, para muitos pesquisadores do período, o momento de maior efervescência da história política nacional. Naquele período, o Brasil vivia um estágio de intensos debates e disputas em torno de um projeto de desenvolvimento mais nacionalista ou mais dependente do capital internacional, tendo em vista o contexto da Guerra Fria. No entanto, dentro da dinâmica econômica e social do país, conflitos e contradições de classe se tornavam mais fortes.

Como já vimos anteriormente, a primeira metade do século XX se configurou numa época de gênese e consolidação de um projeto nacional-estatista, tendência em muitas regiões, e que, no Brasil, era conhecido como Populismo, que para muitos pesquisadores melhor se definiria como trabalhismo. Esse ciclo de projeção de um aparato estatal cada vez mais forte e centralizado trouxe consequências não somente para uma reorganização da política nacional, mas também nos ditames das governanças locais, como no caso do estado do Maranhão, objeto de nossa reflexão a partir de agora.

É de extrema relevância que discutamos a dinâmica política maranhense durante a ditadura civil-militar, assim como as relações entre os processos políticos, econômicos e sociais nacionais que estendiam seus tentáculos na conjuntura estadual. A construção de um produto educacional voltado para o exame de determinados fatos históricos da política local não pode estar desvinculada da discussão paralela a respeito da conjuntura nacional.

O exame da realidade histórica maranhense durante a ditadura está diretamente ligado ao desenvolvimento de relações políticas pautadas numa estrutura oligárquica de poder, algo tão presente na história republicana de nosso país. Essa tradição de fazer política em nossa região não é peculiar apenas ao século XX, mas traz uma herança do fim do período imperial. Portanto, é fundamental relacionar os aspectos da política do Maranhão à formação do Estado brasileiro,

no sentido de entender que considerar os laços entre poder executivo central e instâncias governativas regionais, que sempre estiveram pautadas em relações patrimonialistas, como afirma Flávio Reis:

No caso brasileiro, a cooperação a partir das instâncias centrais de governo tornou-se um dos elementos nucleares da formação da estrutura moderna de poder, submetendo as áreas periféricas ou decadentes, mais afeitas à dominação patrimonialista, em contraponto a uma área dinâmica baseada em eixos de representação de basecontratual (REIS, 2007, p. 20).

Entender o contexto político maranhense é compreender que o Estado brasileiro conseguiu se expandir mediante estabelecimento de ligações com os setores oligárquicos regionais. Para isso, era essencial o apoio desses poderes privados, representados pelas autoridades locais, que se tornavam fortes a partir do momento que ganhavam significação no bojo da utilização das benesses do poder público, considerando que

A categoria dos políticos que exercem as funções de mediação entre província (Estado) e governo central e de organizações da disputa política no âmbito regional, analisando a constituição desse tipo de ator através de um estudo centrado no caso do Maranhão, uma província (Estado) periférica do nascente Estado Nacional (REIS, 2007, p.22).

Essa consideração nos leva a perceber que a maneira como o Brasil se organizou administrativamente, na transição do Império para República, alicerçada numa essência federalista, se baseou muito mais num compromisso entre grupos oligárquicos locais e o poder executivo central. Estas relações construídas até então ajudam a explicar a forte tradição oligárquica da política maranhense, herança presente até os dias atuais. Resgatar as especificidades da política maranhense é primordial para a compreensão desse período histórico a partir da dinâmica relação entre interesses privados e públicos nos âmbitos central e regional.

Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas terminava também o período de gestão dos interventores nos estados. Essa mudança obviamente trouxe consideráveis mudanças nos ditames administrativos regionais, e no Maranhão esse processo não foi diferente. Existe na historiografia maranhense uma leitura hegemônica de que durante o período de redemocratização, pós-1945, o interventor Paulo Ramos não manteve sua influência política nos anos seguintes, como afirma o historiador Wagner Cabral:

Com efeito, Paulo Ramos não foi bem-sucedido na montagem de uma engrenagem que lhe desse sustentação política após a queda do Estado Novo, tendo renunciado ao cargo e ingressado no PTB, legenda pouco expressiva a nível regional, pela qual foi eleito para um único mandato parlamentar (deputado federal, 1950/1954) (CABRAL, 2006, p.35).

Reforçando essa tese, Flávio Reis aprofunda no sentido de apontar a decadência política do interventor Paulo Ramos e destacar a ascensão de Victorino Freire, estudante de direito pernambucano que faria carreira política no Estado do Maranhão:

No Maranhão, Paulo Ramos, ao contrário de outros interventores do Nordeste, não conseguiu comandar o processo eleitoral na saída do Estado Novo. Pediu demissão quando percebeu que se desenhava a influência decisiva do pernambucano Victorino Freire na política estadual, devido a sua proximidade com Gaspar Dutra, o candidato indicado para a presidência por Vargas (REIS, 2007, p.214).

Figura mais representativa do PSD, legenda partidária de grande projeção nacional e responsável pela sustentação dos mandonismos locais, Victorino Freire se tornara personagem hegemônica na política maranhense até a primeira metade dos anos de 1960, quando José Sarney se elege Governador do Maranhão. Nesse ínterim (1945 a 1965), Victorino ganha projeção ao reorganizar as bases locais do PSD para as eleições de 1945, logrando êxito nas mesmas ao eleger dois senadores, seis deputados federais, além de ser primordial na escolha do então novo interventor no Maranhão, Saturnino Bello³².

A supremacia política vitorinista nem de longe navegou por águas tranquilas, sua dominação era contestada constantemente através de sistemáticas ações de oposição. Dentro do próprio partido enfrentava resistência, o que posteriormente acabou influenciando em sua saída momentânea para uma legenda de aluguel (Partido Proletário Brasileiro). O resultado dessa crise é relatado na fala de Flávio Reis:

Depois da vitória em 1951, ele recuperou a sigla do PSD, montando uma máquina política famosa pelos atos de violência e manipulação das eleições, capaz de assegurar uma cadeira senatorial ao conhecido empresário das comunicações Assis Chateaubriand, derrotado na terra natal, a Paraíba, mas imprescindível para os políticos nacionais do PSD, às voltas com a costura da candidatura de Juscelino Kubitschek. (REIS, 2007, p.218).

³² Saturnino Bello, conhecido como "Satu", foi um político brasileiro nascido em São Luís, Maranhão, em 8 de outubro de 1890, e faleceu em 16 de janeiro de 1951. Ele desempenhou um papel importante na política maranhense, tendo sido governador do estado do Maranhão de 16 de fevereiro de 1946 a 10 de abril de 1947. Satu também teve uma presença política na década de 1950, quando se candidatou novamente ao cargo de governador do Maranhão. Nesse período, rompeu com Vitorino Freire, uma figura política influente no Estado. No entanto, a eleição em que se envolveu foi marcada por controvérsias e denúncias de fraude, e ele acabou sendo derrotado. Faleceu em 16 de janeiro de 1951 devido a um ataque cardíaco súbito. Sua trajetória política e sua participação nas eleições e governança do Maranhão são parte da história política do estado e do Brasil (Fonte: <https://peoplepill.com/i/saturnino-bello/> Acessado em 16.09.23).

No entanto, esse não foi o único momento que Victorino Freire enfrentou resistência política. Os arranjos partidários de oposição se movimentavam a todo instante no sentido de retirar forças e cargos do político pernambucano. As chamadas Oposições Coligadas, frente política de contestação à hegemonia vitorinista, aglutinavam diferentes quadros políticos locais, desde os mais tradicionais, aliados do poder, até os mais novos, como o então advogado e escritor José Sarney.

As Oposições Coligadas se apresentaram em todos os pleitos ocorridos no período 1950/1965, tendo uma composição partidária variável segundo as conjunturas. Conforme definição elaborada por Neiva Moreira, a coligação não era de esquerda, porém “representava um passo à frente no quadro político e social do estado, dominado pelas oligarquias rurais”. Era “inegavelmente um movimento progressista”, apoiado virtualmente por todos os sindicatos de São Luís (“inclusive os mais atuantes, como o dos Estivadores e Comerciantes”), desfrutando de “uma grande simpatia no seio da classe média e das populações marginalizadas dos subúrbios”(CABRAL, 2006, p. 38).

No seio das Oposições Coligadas estava o Partido Social Progressista (PSP), segunda maior legenda estadual e capitã do movimento oposicionista. Vale pontuar o papel de destaque de Adhemar de Barros no processo de financiamento do partido, governador paulista que era sua a maior referência nacional. Embora jamais tivesse alçado ao cargo de maior poder político do estado, as Oposições Coligadas conseguiram eleger vários nomes para os cargos do legislativo.

Porém, o feito de maior projeção histórica dessa frente de oposição a Victorino Freire foi articular a famosa Greve de 1951. Esse movimento grevista se deu em protesto à posse do então novo governador Eugenio Barros do PSD, e apadrinhado político de Victorino. Apontada pelos jornais da época como a “Rebelião do Maranhão”, alçando a cidade de São Luís ao patamar de “Ilha Rebelde”, a greve de 1951 paralisou a capital maranhense em dois momentos: fevereiro/março (por volta de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias).

A grande mobilização de pessoas contra ações do grupo político de Victorino Freire gerou confrontos que resultaram em depredações, prisões e mortes. A repercussão foi das maiores, o desgaste da oligarquia vitorinista também. No entanto, o protesto liderado pela frente oposicionista foi derrotado após dias de conflito. Posterior à revolta, Eugenio Barros continuou seu mandato. Logo depois o Estado do Maranhão foi governado por Alderico Novaes Machado, Eurico Ribeiro e José de Matos Carvalho, todos com curtos mandatos de pouca relevância histórica, a não ser o fato de que estes eram também ligados a Victorino Freire.

A última mostra de poder por parte de Victorino Freire na política maranhense foi arquitetar a chegada de Newton de Barros Belo ao governo do Maranhão em 1961. Sobre este período Flávio Reis nos traz importante contribuição:

O domínio de Victorino Freire na política maranhense esteve marcado por uma sucessão de crises políticas, enfrentando constantes dissidências dentro do PSD e conseguindo contornar o cerco ao Palácio dos Leões graças a manobras quase inacreditáveis na Assembleia Legislativa e no Judiciário, sempre referendadas nos altos escalões da República. A conjunção do enfraquecimento no plano nacional, devido à crise do esquema de sustentação do PSD, e orompimento com o governador Newton Bello, um dos vários que surgiram à sua sombra, formam o quadro de derrocada do vitorinismo (REIS, 2007, p.218).

Como podemos perceber, o período em que se inicia o processo de decadência política de Victorino Freire, figura hegemônica e de maior representação domandonismo oligárquico local nas décadas de 1950 e 1960, auge da experiência trabalhista nacional, se dá paralelamente ao momento em que ascende à presidência da República João Goulart do PTB, evento que vai mudar e reorganizar a política como um todo no Brasil.

É nesse contexto que José Sarney surge como figura política ligada à chamada “geração de 45”, formada por jovens não só do campo da política, mas também da literatura, do jornalismo, direito e classe estudantil. Tal movimento era considerado uma renovação em relação à cultura maranhense, pois participavam outras figuras influentes como Domingos Vieira Filho, Ferreira Gullar, Bandeira Tribuzzi, Nascimento de Moraes Filho e outros. Dentro da política-partidária, José Sarney ascendeu em vinculação ao apadrinhamento político por Victorino Freire, que o havia indicado ao cargo de assessor do governador Eugênio Barros. Sobre esse fato, relata Joan Botelho:

Sua trajetória política se inicia pelas mãos de Victorino Freire, que o indicou ao cargo de assessor do então governador Eugênio Barros, atendendo ao pedido de seu pai, o Desembargador Sarney Costa. Sua filiação inicial foi no PSD do oligarca Victorino, porém fez carreira na UDN ao se eleger Deputador Federal em 1958, pelas Oposições Coligadas. Em 1954, candidatara-se ao cargo de Deputado Federal, ficando apenas com a quarta suplência, assumindo porém, o mandato no ano seguinte (BOTELHO, 2019, p.293).

José Sarney, cujo nome completo é José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa, nasceu em 24 de abril de 1930, na cidade de Pinheiro, localizada na região da Baixada Maranhense, no nordeste do Brasil. Veio de uma família com algumas influências e conexões na sociedade maranhense, especialmente devido ao fato do pai ser desembargador. Iniciou sua trajetória

educacional no Liceu Maranhense, uma instituição de ensino importante em São Luís, a capital do estado do Maranhão. Posteriormente, ingressou na Faculdade de Direito do Maranhão, onde cursou Direito e se formou bacharel em 1954.

No entanto, foi na esfera política que José Sarney se destacaria. Sua entrada na política ocorreu através de uma rede de relações familiares e políticas. Seu pai, também conhecido por sua influência na região, tinha amizade de longa data com o senador Vitorino Freire, uma figura política proeminente no Maranhão na época. No início dos anos 1950, seu pai solicitou a Vitorino Freire que intercedesse junto ao então governador do Maranhão, Eugenio Barros, para que José Sarney conseguisse uma posição dentro do governo estadual. Essa solicitação foi atendida, e Sarney começou sua carreira política no governo do Maranhão.

Essa oportunidade, proporcionada por Vitorino Freire, marcou o início da carreira política de José Sarney. A partir desse ponto, ele começou a construir sua trajetória política, ocupando vários cargos ao longo dos anos, incluindo deputado estadual, prefeito de São Luís, governador do Maranhão, senador e, talvez o ponto mais alto de sua carreira política, a presidência da República. Eleito para as legislaturas seguintes, Sarney se projeta como oposição ao então padrinho político Vitorino Freire.

José Sarney compôs por alguns anos o quadro partidário da União Democrática Nacional (UDN), importante legenda do quadro político da época e símbolo de um ferrenho antigetulismo. Como em vários partidos do passado e presente, a UDN também tinha suas linhas ideológicas e divergências em programas e projetos. É justamente nessa seara de disputa intrapartidária que surgiu a ala “bossa nova” da qual fazia parte José Sarney.

Os primeiros passos da facção, segundo Maria Benevides (1980), datam do final do governo de Juscelino Kubitschek, quando o grupo ainda se nomeava de “movimento renovador” e adotava clara posição de alinhamento à candidatura de Jânio Quadros para Presidente da República nas eleições de 1960. Lideravam o grupo José Sarney (MA), José Aparecido de Oliveira (MG), João Seixas Dória (SE), e Clóvis Ferro Costa (PA), que defendiam uma linha política mais ligada às demandas populares. A consolidação do grupo se deu na convenção partidária em 1961 quando

se apresentou como defensor de uma linha de “centro-esquerda”, inspirada no “programa de desenvolvimento com justiça social da doutrina social da Igreja”. Em termos políticos, isso significava o apoio às propostas reformistas do então presidente Jânio Quadros, consideradas “nacionalistas” e de “interesse popular”, entre as quais se incluíam a Lei Antitruste e de Remessa de Lucros, a defesa das riquezas minerais, o combate à inflação, a reforma da Lei do Imposto de Renda e a extinção das ações ao portador (Benevides, 1980, p.83).

Mesmo com a renúncia de Jânio Quadros, a “Bossa Nova” manteve seu posicionamento alinhado ao governo federal e com um programa reformista de poder, tanto que alguns compuseram a Frente Parlamentar Nacionalista em aliança com setores progressistas de outros partidos como o PSD, PTB e PDC, reforçando o apoio as propostas reformistas de João Goulart. Tal posicionamento se tornou mais efetivo quando, em convenção partidária no ano de 1963, a “Bossa Nova” rompeu em definitivo com a ala tradicional da UDN, conhecida como os “bacharéis” da “Banda de Música”, liderados por Carlos Lacerda.

Ao defender a reforma agrária com emenda à constituição e a aprovação do projeto do governo de alteração da lei de remessa de lucros, os bossanovistas demonstravam total distanciamento da ala tradicional da UDN. As disputas eleitorais de 1965, num contexto pós golpe civil-militar, acirraram os ânimos entre a “Bossa Nova” e a “Banda da Música”. Enquanto a primeira decidiu apoiar a candidatura da chapa Magalhães Pinto e Seixas Dória, a segunda fechou apoiou em Carlos Lacerda. No entanto, um duro golpe findou com as disputas dentro da UDN quando a extinção dos partidos e o prolongamento do mandato do presidente Castelo Branco por força do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, não apenas liquidaram a candidatura de Lacerda, como também dissolveram as principais razões das divergências entre os grupos rivais “Bossa Nova” e “Banda de Música” (Benevides, 1980, p.83).

Membros dos dois grupos participaram, indistintamente, dos movimentos de oposição ou de apoio ao novo regime, e dos dois lados houve cassações de mandatos parlamentares. Antigos adversários uniram-se na Frente Ampla (Carlos Lacerda e José Aparecido) ou na direção da Aliança Renovadora Nacional (Arena). O contexto de polarização política nacional em virtude da forte crise institucional, econômica e política durante o governo do presidente João Goulart coloca a UDN como a principal força de oposição no país³³.

Essa capilaridade da força partidária vai estabelecendo seus tentáculos nos estados, dentre eles o Maranhão. Isso se reflete em 1962, quando José Sarney se torna o deputado federal mais votado do estado. Diante desse contexto, sua hegemonia política no Maranhão se constrói a partir do profundo alinhamento com os militares, culminando na eleição de Sarney ao governo do Maranhão. A vitória eleitoral em 1965 foi marcante por dois pontos importantes: o primeiro se deve ao fato de ter sido uma grande derrota do grupo político

³³ Para mais detalhes, acessar o verbete União Democrática Nacional, disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7796>.

vitorinista, que tinha lançado a candidatura de Renato Archer³⁴; e o segundo, diretamente ligado à perseguição implementada pela ditadura aos políticos de esquerda no estado do Maranhão, com destaque para Neiva Moreira³⁵. Sobre esse contexto podemos inferir que

[...] de fato, para se processar a inserção do Maranhão dentro daquele projeto, a ação do Governo Central foi mais ou menos clara e ostensiva. Essa sua interveniência seguiu em síntese, os seguintes passos: promoveu a revisão eleitoral [...], assegurou a eleição do seu candidato ao Governo do Estado e, no plano federal, esvaziou o poder de influência política de algumas lideranças políticas pertencentes ao PSD (CALDEIRA, 1976, pp. 66-67).

Diante disso, a figura de Sarney era blindada pelo regime militar, excluindo às oposições não somente da esquerda, mas de outros espectros político-partidários que não fossem aliadas dele. Além disso, a cisão dentro da facção vitorinista por conta das candidaturas de Renato Archer – indicação de Victorino – e de Costa Rodrigues³⁶, preferência de Newton Bello³⁷, este último importante quadro político do PDS local.

A ascensão política de Sarney para o governo do Maranhão começou a ser trilhada ainda na legislatura de deputado federal durante o governo de João Goulart, mesmo a despeito de sua eleição pela UDN, e de seu papel na liderança do partido. A sua, vinculada ao grupo “Bossa Nova”, acabou por aproximar seus posicionamentos políticos, como indicado anteriormente, às chamadas “Reforma de Base”²⁰. Tal posicionamento traduziu-se, em termos da dinâmica eleitoral estadual, em apoio de João Goulart à candidatura Sarney (PICCOLO, 2017).

O golpe civil-militar de 1964 foi fundamental para os anseios políticos de José Sarney, concretizados por meio da formação de um novo grupo oligárquico liderado por ele. Os expurgos políticos implementados pelo “Comando Supremo da Revolução”, a partir do Ato Institucional número 1 (AI-1) do dia 9 de abril, conhecido como “Operação Limpeza”, facilitou a caminhada de Sarney, tendo em vista que

³⁴ Para mais informações sobre Renato Archer, ver <https://www.camara.leg.br/deputados/131356/biografia>; e <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/renato-archer>.

³⁵ Nordestino de Nova Iorque (MA), o pedetista teve sua trajetória política marcada pela luta por justiça social antes, durante e após a ditadura militar brasileira (1964 a 1985). Neiva Moreira era jornalista e foi deputado federal por sete mandatos. Cassado e expulso do país em 1964, deu continuidade a agenda progressista em outros países da América do Sul. Em 1980, ajudou Leonel Brizola a fundar o PDT. Neiva Moreira tornou-se jornalista ainda muito jovem e atuou em veículos como o periódico Pacotilha, os jornais Diário da Noite e O Jornal, e a revista O Cruzeiro. Em 1950, entrou para a política, sendo eleito deputado à Assembleia Legislativa do Maranhão. Lá, mostra sua veia nacionalista defendendo a criação da Petrobrás e da Eletrobrás (<https://pdt.org.br/index.php/o-revolucionario-maranhense-neiva-moreira/>).

³⁶ Para mais informações sobre Costa Rodrigues, acessar <https://www.camara.leg.br/deputados/130523/biografia>.

³⁷ Para mais informações sobre Newton Bello, acessar <https://www.camara.leg.br/deputados/130847/biografia>.

Militantes da esquerda foram perseguidos no Maranhão, abrindo espaço e fornecendo os meios para o êxito do mandato de Sarney. Assim, pelo AI-1, a médica Maria José Aragão e o poeta Bandeira Tribuzzi foram perseguidos, presos e torturados, sendo que o Deputado Neiva Moreira foi cassado e exilado. Sarney, além de escapar ileso, passou a ter tutela dos militares, consolidando uma aliança duradoura com o regime que se estabeleceu em 1964 (BOTELHO, 2019, p.294).

O governo estadual de José Sarney (1966-1970) inicia baseado no discurso ideológico do “novo”. Ao falar de libertar o Maranhão do atraso, do caciquismo e da corrupção, ventila-se frequentemente o lema do “Maranhão Novo”, que se baseava na perspectiva de construir um Maranhão desenvolvido, moderno e no caminho do progresso. Esse teor salvacionista de modernidade e ruptura ficou apenas no campo da teoria, ou seja, na prática, Sarney representava o continuísmo de tudo aquilo que ele criticava nos seus rivais políticos. Seu governo estava comprometido com a reestruturação do sistema oligárquico e patrimonial de dominação local e, no âmbito nacional, uma peça na grande engrenagem do projeto de modernização conservadora desenvolvido pela ditadura civil-militar brasileira.

Considerando as relações políticas e econômicas que se consolidaram entre o governo de José Sarney e o regime militar, podemos identificar que o projeto do “Maranhão Novo” se fundamentava em elementos bastante importantes. O primeiro deles é o contexto do “milagre econômico”, com a abertura da economia nacional para o capital estrangeiro; e, posteriormente, a importância que a Lei de Terras de 1969 contribuiu para o processo de concentração de terras e para o desenvolvimento da mecanização no campo. Estas questões apontam de quais formas o movimento de modernização conservadora se implantou dentro do Maranhão a partir da década de 1960.

A primeira metade da década de 1960 foi marcada por profunda crise econômica que se constituiu fator importante de desgaste do governo João Goulart, sendo um elemento que contribuiu para a conjuntura do golpe de 1964. Tendo fracassado o Plano Trienal³⁸, implementado no governo Jango como tentativa de solucionar tal crise, os militares, assim que assumiram o poder, implementaram o Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG), que apresentava como eixo central de recuperação econômica que

³⁸ Para melhor compreensão acerca do Plano Trienal e do PAEG, ver BASTIAN, Eduardo F. *O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo*. Est. Econ., São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013.

Diante da crise econômica que acometia o país, Castello Branco nomeou Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos para os cargos de ministro da Fazenda e do Planejamento, respectivamente. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) seria então lançado oficialmente em novembro de 1964, contendo as principais políticas e reformas pretendidas pela equipe econômica. O diagnóstico sobre as causas da inflação contido no PAEG apontava para três fatores: 1) os déficits públicos; 2) a expansão do crédito às empresas; 3) os aumentos salariais por cima dos ganhos de produtividade (BASTIAN, 2013, p.146)

Portanto, a inserção de projetos econômicos no Maranhão durante o governo Sarney era resultado de uma realidade de desenvolvimento de uma política econômica voltada para atrair recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, que pudessem alavancar todos os indicadores do Estado. O apoio dos militares foi essencial para que as políticas econômicas adentrassem ao estado, concretizando as novas possibilidades de investimentos e infraestrutura do Maranhão. Sendo assim, a hegemonia do “Milagre Maranhense” seria um fator significativo para o início da implantação da oligarquia sarneísta (MENDES, 2017). Isso aponta um elemento conclusivo relevante para entender a projeção política de Sarney que vai ampliar bastante após a sua eleição, pois

Ter conquistado o governo estadual em 1965 possibilitou a Sarney dar início a um processo de enriquecimento e fortalecimento político que viabilizou cinquenta anos de protagonismo não só em terras maranhenses como no Brasil. A partir de então, solidificam as áreas que, por excelência, sustentam política e economicamente a longevidade do sarneísmo: a reestruturação da legislação agrária no Maranhão, o controle sobre o setor elétrico, e, por fim, mas não menos importante, o monopólio sobre os meios de comunicação no Maranhão (PICCOLO, 2017).

Outra questão fundamental para o processo de hegemonia política de José Sarney no Maranhão durante a ditadura foi a questão agrária. É de seu governo uma das principais legislações referentes ao uso da terra que promoveu desdobramentos permanentes para entender os conflitos sociais, econômicos e políticos em torno da terra atualmente. A aprovação da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, batizada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras, propiciou os contornos próprios e específicos da questão agrária maranhense, insuflando, acelerando e legitimando a grilagem, a violência no campo e a concentração fundiária (NETO, 2019, p.4).

Como resposta a isso, diversos movimentos sociais passaram a reagir a tal realidade de opressão, exclusão e expropriação. O favorecimento que a legislação proporcionou ao grande

capital, e às classes dominantes locais, fez insurgir um forte movimento de enfrentamento desse paradigma, como podemos notar abaixo

A resistência camponesa atuava em todos os espaços. Ou seja, as matas, fazendas, posses, vilas e cidades foram palcos de lutas intensas entre latifundiários e camponeses, os quais defendiam visões sociais e econômicas distintas. Embora as lutas mais intensas se dessem no limite das cercas que separavam posses e latifúndios, outros espaços como sindicatos, fóruns, delegacias, prefeituras foram igualmente importantes, pois dinamizavam o significado e o sentido das lutas camponesas, tendo como importante marco a conquista, no começo da década de 1980, de vários assentamentos agrícolas no atual município de Buriticupu para trabalhadores sem-terra, o que evidencia a as conexões profundas dos diferentes espaços da luta, onde as sociabilidades se manifestam de variadas formas ajudando a compor o tecido denso das lutas de classes (NETO, 2019, p.9-10).

O ano de 1965 marcou um momento significativo durante a ditadura militar no Brasil. A derrota nas eleições para governador nos principais estados, Guanabara (atual Rio de Janeiro) e Minas Gerais, levou os militares a tomarem medidas mais autoritárias, resultando no lançamento do Ato Institucional nº 2 (AI-2). Esse ato dissolveu todos os partidos políticos existentes na época e estabeleceu um sistema de bipartidarismo. Os dois partidos criados foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que formava a oposição. No entanto, o bipartidarismo serviu principalmente para disfarçar o domínio do regime, pois a ARENA quase sempre prevalecia nas disputas dentro do Congresso Nacional, especialmente quando se tratava dos interesses dos militares.

No contexto das eleições desse período, os militares apoiaram José Sarney, no Maranhão, em detrimento da candidatura de Costa Rodrigues, que era apoiado por Vitorino Freire, um político que exercia influência na política maranhense desde a década de 1940. O objetivo dos militares nessas eleições era eliminar do poder políticos que haviam dominado as regiões periféricas por muito tempo. José Sarney, um jovem deputado federal com conexões no governo federal, recebeu o apoio dos militares e contou com medidas como o envio de tropas militares para o estado durante as eleições e a recontagem de eleitores para combater fraudes eleitorais.

A partir de 1967, com a presidência do General Costa e Silva, o regime militar se tornou mais autoritário. O AI-5, promulgado durante seu governo, ampliou os poderes do presidente da República, permitindo a cassação de mandatos, intervenção nos estados, suspensão dos direitos políticos por dez anos e o fechamento do Congresso Nacional a qualquer momento. O Congresso ficou fechado até 1969. Durante o governo de Costa e Silva, aumentaram os

protestos e movimentos de repúdio à ditadura militar. Diversos setores da sociedade, incluindo estudantes, trabalhadores, políticos, artistas e membros da Igreja, manifestaram-se contra o regime. Isso levou os militares a intensificarem a repressão.

Somente a partir de 1974, com o governo do General Ernesto Geisel, houve uma abertura política gradual, em resposta ao desgaste do regime e à pressão da oposição e de diferentes setores da sociedade. Essa abertura foi marcada por uma série de reformas políticas e pela promessa de uma transição gradual para a democracia, embora a ditadura militar tenha continuado até 1985. Durante esse período, as Forças Armadas enfrentaram contradições internas e pressões crescentes para a restauração da democracia no Brasil.

O estudo *A construção midiática do político José Sarney: 1962-1970*, de Alan Kardec Pacheco Filho (2001), analisa a eleição de José Sarney em 1965. O autor observa que a participação das camadas populares não se alterou significativamente em relação a eventos anteriores, como a Greve de 1951. Nesses eventos, o povo foi chamado apenas para legitimar as decisões tomadas pelas elites políticas, permanecendo à margem do governo.

Na eleição de 1965, houve a anulação de 87 urnas durante a apuração dos votos, totalizando 16 mil votos anulados. Esse fato levou Eugenio Barros a ultrapassar Saturnino Belo, que liderava a contagem de votos até então, e vencer as eleições. As Oposições Coligadas tentaram contestar esse resultado por meio de recursos legais. No entanto, a morte súbita de Saturnino Belo, vítima de um infarto, alterou drasticamente o cenário político. Benedito Buzar (2014) descreve essa situação afirmando que o candidato vencedor foi diplomado com base no atestado de óbito de seu concorrente.

A população, liderada pelas Oposições Coligadas, reagiu a essa situação e organizou uma das maiores manifestações populares do estado, a chamada Greve de 1951. Essa greve foi predominantemente um fenômeno urbano, principalmente em São Luís, e foi liderada por grupos de oposição oligárquica. Embora tenha havido tentativas de mobilizar o campesinato nas regiões rurais, o sucesso desses esforços foi limitado.

A análise sugere que, ao longo desse período, a participação popular nas decisões políticas continuou sendo controlada pelas elites, com as massas populares sendo convocadas apenas para legitimar as ações das classes dominantes. A mobilização popular, como a Greve de 1951, ocorria principalmente em áreas urbanas e tinha liderança oposicionista. A dinâmica política do Maranhão nesse período era complexa, com tensões entre diferentes grupos políticos e sociais em jogo.

O período pós-governo de José Sarney, no Maranhão, é marcado por uma sucessão de governadores que geralmente tinham algum tipo de ligação ou influência com Sarney. No entanto, um governador que se destacou por não ter uma ligação direta com José Sarney foi Osvaldo da Costa Nunes Freire. Este político tinha fortes vínculos com Vitorino Freire, que ainda mantinha uma considerável influência política no estado e na esfera federal. Na década de 1970, houve um período de transição política no Maranhão. Tanto José Sarney quanto Vitorino Freire indicaram nomes para o cargo de governador nas eleições de 1978, e Osvaldo Nunes Freire emergiu como um nome que se aproximou do consenso entre as forças políticas do estado. No entanto, ele não esteve sob a influência direta de José Sarney, diferenciando-se dos governadores anteriores.

A década de 1970 é vista como um momento de transição política no Maranhão, com o início do fortalecimento político de José Sarney como a principal liderança local. Esse fortalecimento se consolidou ainda mais quando Sarney assumiu a presidência da República na década de 1980. Vale mencionar que, em 1986, apesar de ser adversário político de José Sarney naquele momento, Eptácio Cafeteira foi apoiado para o governo do Maranhão pelo PMDB nacional. A década de 1990 foi um período relativamente mais tranquilo em termos de domínio político de José Sarney sobre o Maranhão, embora sua influência ainda fosse significativa na política estadual. Como mostra desse poderio regional, Elthon Aragão (2016) destaca:

De todos os governadores do Maranhão após ter saído do cargo, o único que não era ligado a José Sarney foi Osvaldo da Costa Nunes Freire. O mesmo tinha fortes vínculos com Vitorino Freire. Convém destacar que esse último ainda tinha força política no estado e na esfera federal. Tanto ele como José Sarney indicaram nomes para o cargo de governador do Maranhão em 1978, sendo Nunes Freire o nome que mais se aproximou do consenso. Entretanto, o então governador não esteve sob influência do à época senador da república como os outros. A década de 1970, nesse sentido, é sintomática no sentido de ser um período de transição política. Era o começo do fortalecimento político de José Sarney enquanto principal liderança local, que se solidificou com sua ida para a presidência da república na década de 1980, ainda que pese o apoio para Eptácio Cafeteira ao governo do Maranhão em 1986 ter sido alinhavado pelo PMDB nacional, uma vez que o mesmo era adversário político de José Sarney no momento³⁶. A seguinte, 1990, foi o decênio mais tranquilo no que diz respeito ao domínio político de José Sarney sobre o Maranhão (ARAGÃO, 2016, p.71).

O período pós-governo de José Sarney no Maranhão foi marcado por uma série de governadores que geralmente tinham alguma ligação com Sarney, exceto por Osvaldo da Costa Nunes Freire, que tinha fortes vínculos com Vitorino Freire. Vitorino Freire era uma figura

política influente tanto no estado do Maranhão quanto na esfera federal na época. Na eleição de 1978, tanto José Sarney quanto Vitorino Freire indicaram nomes para o cargo de governador do Maranhão, e Nunes Freire emergiu como um nome que se aproximou do consenso entre as forças políticas do estado. No entanto, ao contrário dos outros governadores que haviam estado sob a influência de José Sarney, Nunes Freire não estava sob sua influência direta.

A década de 1970 foi um período de transição política no Maranhão. Foi nesse período que José Sarney começou a fortalecer sua liderança política, um processo que se solidificou quando ele se tornou presidente da República na década de 1980. Vale mencionar que, em 1986, apesar de ser adversário político de José Sarney naquele momento, Epitácio Cafeteira foi apoiado para o governo do Maranhão pelo PMDB nacional. A década de 1990 foi um período relativamente mais tranquilo em termos de domínio político de José Sarney sobre o Maranhão, embora sua influência ainda fosse significativa na política estadual. Essa fase marcou uma estabilização na liderança política de Sarney no Estado.

3. PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E CENTRO DE LANÇAMENTO AEROSPACIAL: FACES DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO MARANHÃO.

3.1. Programa Grande Carajás: industrialização periférica e dependência externa

O Programa Grande Carajás é um projeto de desenvolvimento econômico e social que foi lançado pelo governo brasileiro na década de 1980. Recebeu esse nome devido à região de Carajás, no estado do Pará, que é rica em recursos naturais, incluindo minério de ferro, manganês, ouro e outros minerais. O objetivo principal do Programa Grande Carajás era promover o desenvolvimento da região aproveitando seus recursos naturais.

Para alcançar esse objetivo, o programa incluiu várias iniciativas, como a mineração, visando a exploração e exportação de minérios, principalmente minério de ferro e manganês. A Vale S.A., uma das maiores empresas de mineração do mundo, desempenhou um papel importante nesse aspecto; no campo da siderurgia, temos a criação de uma indústria siderúrgica como parte integrante do Programa Grande Carajás, com o objetivo de agregar valor aos minérios extraídos da região;

Na área de infraestrutura, objetivava-se viabilizar a exploração dos recursos naturais. Para isso, foram realizados investimentos significativos na construção de estradas, ferrovias, portos e instalações elétricas. No âmbito do desenvolvimento social, o programa também incluiu ações voltadas para a melhoria da educação, saúde e da condição de vida das populações locais. Por fim, o campo de zoneamento econômico e ecológico tinha a intenção de estabelecer o desenvolvimento sustentável da região a partir de estudos técnicos que melhor orientassem o uso do território.

O Programa Grande Carajás tem sido objeto de debate ao longo dos anos, com algumas críticas relacionadas aos impactos ambientais da exploração de recursos naturais e às questões sociais das comunidades locais. No entanto, também é visto como um dos principais impulsionadores do crescimento econômico na região amazônica e do desenvolvimento industrial no Brasil. A implementação do PGC está inserida no contexto de penetração do grande capital nacional e internacional a partir de uma política econômica desenvolvimentista que promoveu transformações na infraestrutura de diversas regiões do país. Foram construídas ferrovias, rodovias, siderurgias e usinas hidrelétricas que pudessem estabelecer uma estrutura de logística, transporte e energia necessárias para a implementação de grandes empreendimentos econômicos e demais obras públicas e privadas.

O Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, institui um regime especial de incentivos tributários e financeiros voltados para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás (PGC). Esse programa tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico em uma área específica do Brasil, localizada ao norte do paralelo de 8 graus, abrangendo partes dos estados do Pará, Goiás e Maranhão, além de municípios definidos pela legislação complementar. O decreto estabelece que os incentivos concedidos serão regulamentados pela legislação federal e direcionados a atividades estratégicas para o desenvolvimento da região.

26/01/2025, 06:01

Del1813



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 1.813, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980.

Regulamento

Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

~~Art. 1º Fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido na área localizada ao norte do paralelo de 8º (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão.~~

~~Parágrafo único. Os incentivos a que se refere este artigo são os instituídos pela legislação federal e serão concedidos nos termos, limites e condições estabelecidos em regulamento.~~

Art. 1º Fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido na área localizada ao norte do paralelo de 8º (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, bem como, em toda a sua extensão, os seguintes Municípios cortados pelo referido paralelo: /Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.904, de 1980/

I - no Estado do Pará: Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu; /Incluído pelo Decreto-lei nº 1.904, de 1980/

II - no Estado de Goiás: Colina de Goiás, Colméia, Filadélfia, Goiatins e Itaporã de Goiás; /Incluído pelo Decreto-lei nº 1.904, de 1980/

III - no Estado do Maranhão: Balsas, Carolina, Riachão, Sambaíba e Tasso Fragoso. /Incluído pelo Decreto-lei nº 1.904, de 1980/

Art. 2º Os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás compreendem:

I - serviços de infra-estrutura, com prioridade para:

a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís;

Entre os empreendimentos contemplados, destacam-se o de infraestrutura, que contempla prioritariamente a construção da Ferrovia Serra de Carajás, a ampliação portuária e hidroviária para transporte de grandes volumes e aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas.

Esses investimentos se relacionam diretamente a uma série de incentivos em áreas de pesquisa, extração e beneficiamento de minérios, bem como em atividades voltadas para a agricultura, pecuária, pesca e agroindústria. Para coordenar as ações do programa, foi criado um Conselho Interministerial vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com incumbência de integrar as medidas necessárias à implementação do PGC e também a concessão dos incentivos previstos no decreto.

Sua estrutura e funcionamento serão definidos por regulamento específico. O decreto entrou em vigor na data de sua publicação, revogando normas anteriores que fossem incompatíveis com suas disposições. Trata-se de uma medida estratégica para promover o crescimento econômico sustentável em uma região rica em recursos naturais e com grande potencial produtivo.

Posteriormente, o governo federal redigiu novo decreto especificando os municípios beneficiados com a política de incentivos tributários, com objetivo de criar um ambiente favorável nessas regiões para os devidos investimentos voltados para a exploração dos recursos minerais. O Decreto-Lei nº 1.904, promulgado em 23 de dezembro de 1981, altera a redação do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, que estabelece um regime especial de incentivos tributários e financeiros para empreendimentos no âmbito do Programa Grande Carajás (PGC).

Esse programa visa o desenvolvimento econômico em uma região específica do Brasil, situada ao norte do paralelo de 8 graus e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo partes dos estados do Pará, Goiás e Maranhão. A implementação desse regime especial é esperada para estimular investimentos em infraestrutura e atividades econômicas sustentáveis na região, promovendo um desenvolvimento equilibrado e integrando as economias locais ao mercado nacional. O decreto também revoga disposições anteriores que possam ser incompatíveis com suas novas diretrizes.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 1.904, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1981.

Altera a redação do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, Item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, mantido o parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido na área localizada ao norte do paralelo de 8º (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, bem como, em toda a sua extensão, os seguintes Municípios cortados pelo referido paralelo:

I - no Estado do Pará: Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu;

II - no Estado de Goiás: Colina de Goiás, Colméia, Filadélfia, Goiatins e Itaporã de Goiás;

III - no Estado do Maranhão: Balsas, Carolina, Riachão, Sambaíba e Tasso Fragoso.

Art. 2º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Delfim Netto

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.1981

O principal objetivo do Decreto-Lei nº 1.904 é clarificar e expandir os parâmetros para a concessão de incentivos a projetos que contribuam para o desenvolvimento regional. A nova redação mantém a essência do regime anterior, mas especifica os municípios que serão beneficiados. No Pará, as cidades contempladas são Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu; no caso do Maranhão, temos Balsas, Riachão, Carolina, Sambaíba e Tasso Fragoso; enquanto isso, em Goiás, tem os municípios de Colina de Goiás, Colmeia, Goiatins, Itaporã de Goiás e Filadélfia.

Este decreto representou significativa mudança na política de incentivos fiscais e financeiros do governo brasileiro para a região afetada pelo Programa Grande Carajás. Busca-se promover um ambiente propício para investimentos que visem a exploração sustentável dos recursos naturais da área, em teoria.

Historicamente, a primeira metade do século XX marca a consolidação dos interesses econômicos, políticos e culturais internacionais dentro do Brasil. Uma das áreas de maior

atenção foi o de recursos minerais. A criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, foi um aceno em busca do controle e autonomia de suas atividades e reservas minerais. No entanto, o contexto pós segunda guerra modifica essa conjuntura considerando que

Apesar de muitas conquistas nesse campo, os interesses dos Estados Unidos e da Inglaterra na Segunda Guerra Mundial foram assegurados com prioridade. E ao final da guerra, os países ocidentais sentiram necessidade de recuperar suas indústrias siderúrgicas, e os minérios brasileiros foram importantes nesse intento. Nos governos militares essa política de aproximação com os estrangeiros chega ao ápice. No início da década de 1970, o Estado aprovou uma ação conhecida por Projeto Radam, radar da Amazônia. Um dos principais objetivos foi mapear praticamente toda a Amazônia, com especial atenção, naquele momento, para a existência dos minérios. A partir desse “novo” conhecimento em relação às jazidas minerais nacionais, grupos estrangeiros se sentiram mais seguros para realizar uma nova empreitada de exploração mineral (SANTOS, 2009, p.3).

Com a efetivação do projeto Radam, surgem pesquisas mais detalhadas com relação aos solos, recursos minerais e potencial florestal da Amazônia, ou seja, desde a década de 1960 já se tinha ciência da existência de importantes reservas de minério de ferro na região da Serra dos Carajás, no sul do Pará. O que acelerou a implementação do Programa Grande Carajás por parte do governo militar foi a profunda crise econômica que o país passava após o período conhecido como “milagre econômico”³⁹, gerando a necessidade de atrair investimentos de todo tipo.

Dentro desse grande projeto econômico, o papel do Estado brasileiro se concentrou em dois campos: fornecer a infraestrutura básica para a efetivação do programa, a partir da construção de portos, aeroportos, estradas, rodovias e outras obras afins; e conceder incentivos tributários e financeiros na intenção de seduzir investimentos do capital estrangeiro, sendo grande que grande parte disso

foi bancado pela Companhia Vale do Rio Doce mas os benefícios foram fracionados com empresas estrangeiras. Seus objetivos gerais seriam favorecer o crescimento industrial, a siderurgia e, especialmente, a exploração mineral; ocupar o que se denominou de “espaços vazios”, e substituir a economia tradicional camponesa e indígena por uma economia de mercado;

³⁹ O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos. Para compreensão mais aprofundada do período, ver Veloso, Fernando; Villela, André; Giambiagi, Fabio. *Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968 - 1973): Uma Análise Empírica*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, RBE Rio de Janeiro v. 62 n. 2 / p. 221–246 Abr-Jun 2008.

gerar riqueza, emprego e renda para tirar o país da crise e a pagar a dívida externa; descentralizar a economia nacional (SANTOS, 2009, p.5).

A robustez de um projeto dessa dimensão traz inúmeras consequências relacionadas aos aspectos econômicos e sociais – como a transformação da infraestrutura – modificando de maneira direta o cotidiano dos moradores da região. Estradas e ferrovias foram fundamentais no transporte de recursos minerais, produtos diversos e no deslocamento de pessoas. No caso dos portos, facilitou a ligação do Brasil com outros países a partir do transporte de produtos dentro e fora do Brasil.

Como consequência econômica relevante, pode-se apontar o recolhimento de quantias substanciais para os cofres públicos paraenses na casa de 67 milhões de dólares somente em tributos estaduais e municipais, o que representa 20% da receita tributária do Estado [...] Atualmente, a Companhia repassa 8% do seu lucro líquido aos municípios onde exerce atividades (GOMES, 1996, 25). Cabe destacar a conjuntura econômica externa favorável para ampliação de atuação do capital estrangeiro no país devido aos termos de troca favoráveis, forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo (VELOSO e col, 2008, p.226).

Diante dessas variáveis, podemos compreender a efetivação de uma modernização de caráter conservador no Brasil, a partir de aspectos básicos importantes como a articulação de capital internacional e nacional – público e privado – dentro de uma conjuntura política de autoritarismo por conta da ditadura-militar, que conduziu tais empreendimentos em diversas regiões do país, com destaque para o programa Grande Carajás na região da floresta amazônica.

Em mapeamento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fundação atualmente vinculada ao Ministério de Planejamento e Orçamento, coordenada por Sérgio Margulis⁴⁰, podemos ter uma real noção dos investimentos diretos em infraestrutura:

⁴⁰ PhD em Economia Ambiental - Imperial College London (1988), Mestrado em Estatística pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA (1981) e Graduação em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977). Foi Secretário de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República (2013-2015); Assessor Especial da Ministra do Meio Ambiente (2012-2013); Economista de Meio Ambiente do Banco Mundial em Washington DC entre 1990 e 2012, Presidente da FEEMA (atual INEA, Rio de Janeiro) e Pesquisador de Economia de Meio Ambiente do IPEA-RJ (1980-1990). Atualmente é consultor autônomo da S MARGULIS LTDA), Professor do Mestrado Profissional em Ciências da Sustentabilidade do Departamento de Geografia da PUC-Rio de Janeiro, Economista Líder da Convergência pelo Brasil e Pesquisador Sênior Associado da WayCarbon, do Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS) e do Instituto Clima e Sociedade.

Quadro 1

INVESTIMENTOS DIRETOS E EM INFRA-ESTRUTURA

Segmento	US\$ bilhões
Mínero-Metalúrgico	28.1
Reflorestamento	1.3
Agricultura	8.1
Pecuária	1.7
Infra-Estrutura	
Mínero-Metalúrgico	6.8
Agricultura/Pecuária/Reflorestamento	13.3
Outros	2.4
Total	61.7

FONTE: CVRD (1981).

Imagem 1: Fonte: IPEA – RJ (1993)

As regiões nordeste, centro-oeste e norte se tornaram foco desses investimentos e, no caso do Maranhão, diversos projetos agropecuários e de mineração receberam numerosos financiamentos públicos via SUDAM⁴¹, SUDENE⁴², FINOR⁴³, FINAM⁴⁴ E BNDES⁴⁵. Para entender a projeção do Programa Grande Carajás, é necessário estabelecer um ponto de partida no ano de 1942, quando, no governo de Getúlio Vargas, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce. Tal estatal à época foi a empresa executora do projeto, por ser uma das maiores mineradoras do mundo. Diante disso, podemos compreender que o Maranhão foi inserido no corredor de exportação do PGC, atuando nas áreas de minério, alumínio, celulose e papel, sendo também o centro corporativo. Toda a riqueza produzida nas jazidas do Pará era transportada pela Ferrovia

⁴¹ A Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede em Belém (PA). Mais do que um negócio, nosso compromisso é levar desenvolvimento incluyente e sustentável para os mais de 23 milhões de habitantes da Amazônia Legal, buscando oferecer igualdade de oportunidades e autonomia para a população por meio do planejamento, articulação e fomento de políticas públicas alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. Para isso, atuamos em praticamente 59% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, considerando as riquezas naturais com diferentes biomas, a diversidade econômica, sociocultural, étnica e o potencial geopolítico e estratégico da região (Fonte: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/ministro>).

⁴² A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007. Integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, a autarquia tem sede na cidade de Recife (PE) e é vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Segundo o texto, é função da superintendência promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional (Fonte: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias-e-organograma>).

⁴³ Fundo de investimentos vinculado ao Banco do Nordeste com objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de ser um investimento atrativo para as empresas contribuintes do imposto de renda de todo o país. Os recursos do Finor são oriundos, principalmente, de opções feitas por empresas de todo o país, contribuintes do imposto de renda incidente sobre o lucro real, que podem deduzir parte desse imposto como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos aprovados por seu órgão gestor. A administração dos recursos do Finor está a cargo do Departamento de Instrumentos Financeiro e Inovação, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional, e também a cargo do Banco do Nordeste. A aplicação pode ser realizada em projetos incentivados ou em projetos próprios (Fonte: <https://www.bnb.gov.br/finor>).

⁴⁴ O Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM foi instituído com a missão fundamental de assegurar os recursos necessários à implantação de projetos considerados pelo Ministério da Integração Nacional, como de interesse para o desenvolvimento da Amazônia Legal, que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°). Tal fundo é vinculado ao Banco da Amazônia (Fonte: <https://www.bancoamazonia.com.br/o-banco/finam>).

⁴⁵ Fundado em 20 de junho de 1952, uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, sendo o principal instrumento do Governo Federal, nosso único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos (Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>).

Carajás e exportada pelo Porto da Ponta da Madeira⁴⁶⁴⁷. Este porto é um dos maiores em movimentação do país e apresenta uma grande vantagem, que é sua localização geográfica aproximada dos mercados norte-americano e europeu.

Os governos do período da ditadura civil-militar foram importantes promotores do reposicionamento do Brasil na dinâmica internacional capitalista como fornecedores de matérias-primas, e dentro desse processo de desenvolvimento industrial o país se especializou na função minério-exportadora. Tadzio Peters Coelho (2014) analisa tal realidade a partir do imenso aporte de grandes projetos que podem ser examinados na imagem seguinte:

Tadzio Peters Coelho

Tabela 1: Grandes Projetos do Regime Civil-Militar

Grupo	Vetor	Projetos
I	Amazônia Oriental	Mínero-Metalúrgicos, Agroflorestal e Infraestrutura
II	Programas Energéticos	Programa Nuclear, Proálcool, Procarvão, energia elétrica (dentre eles está Itaipu), produção de petróleo e gasoduto Bolívia-Brasil
III	Infraestrutura Básica	Ferrovias, portos, construção naval e telecomunicações
IV	Infraestrutura Social	Planasa e Promorar
V	Agricultura	Programas dos Cerrados, irrigação das várzeas e Polonoroeste
VI	Siderurgia	Expansão de siderúrgicas como CSN, Usminas, Cosipa e outras.
VII	Outros	Cimento e Petroquímica

Fonte: Ibase, 1983.

Imagem 2: Ibase, 1983.

Mesmo se tratando de um dos maiores projetos econômicos do país e com alto grau de investimento em tecnologia, segurança, pesquisa e treinamento, a VALE e o PGC sofrem até hoje duras críticas da sociedade no que se refere ao processo de ocupação da terra, dos problemas ambientais, da favelização de diversas regiões, bem como da precarização da mão-de-obra utilizada nos diversos serviços, como podemos notar no trecho abaixo:

As regiões cortadas pela rodovia são hipervalorizadas e ocupadas por grandes projetos agropecuários, nem sempre efetivados, que ocupam terras devolutas,

⁴⁶ Para melhor compreensão do histórico e operação do Porto da Ponta Madeira, acessar <https://www.vale.com/pt/w/terminal-mar%C3%ADtimo-ponta-da-madeira-completa-35-anos-com-novo-patamar-de-embarque>.

reservas indígenas e as propriedades de pequenos agricultores. A população periférica ou próxima às regiões de grandes projetos constituirá em mão de obra no período da implantação (peões), como assalariados nas fazendas ou vivendo do subemprego (biscates), os empreendimentos ficam com extensas regiões. Os pequenos proprietários vão ter os seus terrenos comprados ou vão migrar para outras zonas de colonização, irão constituir-se em um problema, uma vez que deixarão de produzir alimentos e terão que buscar outras alternativas de sobrevivência (GISTELINK, 1988, *apud* BOTELHO, 2019, p.330).

Claramente o projeto de desenvolvimento econômico da Amazônia não incluía as populações nativas e os trabalhadores pobres de modo geral. Essa articulação entre governo militar, capital nacional e estrangeiro não pensou na expansão econômica da região através da promoção de qualidade de vida e trabalho, acesso à terra, distribuição de renda e proteção ambiental. Sobre essa realidade, Congilio e Ikeda (2013) afirmam que

Sob o controle do Estado brasileiro e com o discurso de integração, o território amazônico foi invadido pelos interesses de uma fração da burguesia brasileira e, sobretudo, pelo capital internacional, o que nos leva a concluir que o processo de desenvolvimento econômico da Amazônia não se deu para integrar as populações aos benefícios do chamado progresso, mas para garantir os interesses dos grandes polos industriais nacionais e internacionais. Na atualidade, em meio à pobreza que aumenta em escala progressiva, há bairros que surgem de ocupações desestruturadas e ausentes de poder público (CONGILIO E IKEDA, 2013, p. 7).

Essa realidade marcada por profundas desigualdades, pobreza, favelização, urbanização desordenada, violência, exploração da mão-de-obra e problemas ambientais, fez emergir forças de resistência e contestação dessa situação. Dialogando com o conceito de modernização conservadora de Moore, que foi problematizado anteriormente no texto, Francisco Dominguez, em *A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil* (2002), destaca que as classes dominantes rurais do país, originadas no período da colonização, mantiveram sua hegemonia política durante o Império e a República por meio da construção de um consenso em torno do processo de modernização brasileiro no século XX.

Dominguez (2002) compreende essa hegemonia a partir de importantes elementos. O primeiro ligado a uma forte rejeição de qualquer tentativa de transformação das relações sociais do campo e da propriedade terra; o segundo estreitamente ligado à forma como as tradições agrárias condicionaram a formação de uma burguesia totalmente relutante a processos de democratização da sociedade. Sendo assim, o presente o contexto nos indica que a modernidade chega ao Brasil dissociada de qualquer perspectiva de liberdade.

No entanto, a eficácia desse projeto de modernização conservadora no Brasil, mesmo fundamentado no cerceamento de liberdades, na concentração de renda e na forte repressão contra os trabalhadores do campo e da cidade, não impediu que florescesse no seio da sociedade civil brasileira diversas formas de subjetividade e resistência, tendo em vista que

O sucesso do programa de modernização conservadoramente dirigido minou as próprias bases do conservadorismo à medida que emergia um país cada vez mais moderno, com indivíduos e subjetividades coletivas mais livres, menos propensos a ser manipulados. As duas ditaduras que marcaram o século XX brasileiro foram expressão das dificuldades dos núcleos dirigentes da modernização conservadora em controlar esse processo. Durante a segunda delas, que abarca o período de 1964 a 1986, este parece se ter, todavia, esgotado. A modernização havia ido tão longe que não era mais possível manter o controle sobre as novas subjetividades coletivas modernas e “desencaixadas” que se consolidaram durante a vigência da ditadura militar (DOMINGUEZ, 2002, p. 462).

O projeto econômico implementado pela ditadura empresarial-militar contou com a inserção de grandes empreendimentos direcionados ao mercado externo com base na exploração dos trabalhadores, na destruição ambiental e na forte repressão às vozes e ações dissonantes. Ao analisar as violações de direitos dos trabalhadores vinculados à ARACRUZ CELULOSE S/A, Joana Ferraz destaca o importante papel que é examinar os diversos atentados aos direitos humanos exercidos, pois

A Ditadura de 1964 se valeu do contexto de hipertrofia do executivo, para promover seu projeto de modernização, considerando a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, o que significa a criação de políticas de governo para subsidiar a construção de um parque industrial, bem como a infraestrutura e o fomento necessários à sua instalação, desconsiderando assim, os impactos sociais e ambientais, e superestimando potenciais investidores externos, nesse aporte de abertura ao capital internacional (FERRAZ, 2023, p.03).

Além de questões ligadas aos direitos trabalhistas, a socióloga aponta a necessidade de resgate de uma “memória marginalizada”, que contrapõe a memória coletiva, de caráter oficial, que negligencia essas inúmeras violências e que enfatiza prioritariamente o aspecto do desenvolvimento ligado ao sucesso do empreendimento econômico instalado no Espírito Santo, que subjugou e violentou diversos trabalhadores, comunidades indígenas e quilombolas.

Um aspecto central do Projeto Grande Carajás (PGC) foi a concessão de generosos incentivos fiscais e benefícios econômicos para empresas que se instalassem na área do projeto. Esses incentivos, que representaram significativa renúncia fiscal por parte do Estado

brasileiro, foram justificados como necessários para atrair investimentos privados para a região e promover seu desenvolvimento econômico. No entanto, uma análise crítica revela como esses mecanismos favoreceram principalmente grandes empresas e grupos econômicos, aprofundando desigualdades e gerando questionáveis retornos sociais. O Decreto-Lei nº 1.825/1980 afirma que

Art. 1º Poderá ser concedida às pessoas jurídicas que, nos termos dos [artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980](#), instalarem, ampliarem ou modernizarem, até 31 de dezembro de 1985, na área do Programa Grande Carajás, empreendimentos dele integrantes, isenção, pelo prazo de dez anos, do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativamente aos resultados obtidos nos referidos empreendimentos.

Parágrafo único. A isenção será concedida por ato do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, que deverá ser comunicado à Secretaria da Receita Federal. Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da isenção de que trata o artigo anterior não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que deverá ser utilizado para investimento no mesmo ou em outro empreendimento integrante do Programa Grande Carajás.

Neste sentido, entende-se, por meio do decreto, que o Conselho Interministerial é responsável pelo ato de isenção e pela comunicação à Secretaria da Receita Federal. Além disso, determinou-se que os valores de impostos não recolhidos não poderiam ser distribuídos aos sócios devendo constituir reserva de capital para as respectivas pessoas jurídicas. Ou seja, o capital seria investido em empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás. Entre os principais incentivos, estavam a isenção ou redução do Imposto de Renda por até 10 anos; a isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para máquinas, equipamentos e insumos; a isenção ou redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de câmbio e crédito relacionadas ao projeto; e a depreciação acelerada de bens para efeitos de cálculo do Imposto de Renda.

Além desses incentivos tributários federais, os estados e municípios da região também ofereceram benefícios adicionais, como isenção ou redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS), doação ou cessão de terrenos a preços simbólicos, e investimentos em infraestrutura específica para atender às necessidades das empresas. Esses incentivos foram complementados por linhas de crédito subsidiadas oferecidas por bancos públicos como o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas de juros abaixo do mercado, prazos de carência e amortização favoráveis, e garantias facilitadas. Além disso,

recursos dos fundos constitucionais, como o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), foram direcionados para projetos incluídos no PGC.

Os principais beneficiários desses incentivos foram grandes empresas nacionais e multinacionais dos setores de mineração, siderurgia, agropecuária e florestal. A Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A.), então estatal brasileira, foi a principal beneficiária, recebendo incentivos para a exploração das minas de Carajás e para a construção da Estrada de Ferro Carajás. Empresas siderúrgicas como a Companhia Siderúrgica do Maranhão (COSIMA), a Viena Siderúrgica e a Gusa Nordeste também receberam significativos incentivos para se instalarem ao longo da ferrovia.

No setor agropecuário e florestal, grandes grupos, como a Companhia Vale do Rio Cristalino (subsidiária da CVRD), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Pará (CODEPARÁ) e a Maranhão Reflorestadora (MARFLORA), foram beneficiados com incentivos para projetos de pecuária, cultivo de grãos e reflorestamento. Muitos desses projetos ocuparam vastas extensões de terra, frequentemente em áreas anteriormente ocupadas por populações tradicionais.

É importante ressaltar que a concessão desses incentivos ocorreu em um contexto de fragilidade dos mecanismos de controle e transparência, característico da ditadura civil-militar. As decisões sobre quais empresas e projetos seriam beneficiados eram tomadas por tecnocratas e militares, com limitada participação da sociedade civil e pouca consideração pelos impactos sociais e ambientais. Além disso, os critérios para concessão dos incentivos frequentemente privilegiavam aspectos econômicos e técnicos, em detrimento de considerações sociais e ambientais.

A efetividade desses incentivos em promover o desenvolvimento regional é questionável. Embora tenham contribuído para atrair investimentos e gerar crescimento econômico em termos agregados, seus benefícios foram distribuídos de forma extremamente desigual. Grandes empresas e grupos econômicos foram os principais beneficiários, enquanto as populações locais, especialmente as mais vulneráveis, frequentemente arcaram com os custos sociais e ambientais dos projetos incentivados.

Além disso, muitos dos empreendimentos beneficiados pelos incentivos caracterizaram-se por limitada integração com a economia local, baixa geração de empregos qualificados e reduzida agregação de valor no território. No caso da mineração, por exemplo, a maior parte do minério extraído era exportado sem processamento significativo, gerando poucos encadeamentos produtivos na região. No caso da siderurgia, embora houvesse algum

processamento local, a produção era predominantemente de ferro-gusa, um produto de baixo valor agregado e limitado potencial de geração de empregos qualificados.

A política de incentivos fiscais do PGC também resultou em significativa renúncia fiscal por parte do Estado brasileiro, reduzindo sua capacidade de investir em serviços públicos essenciais como saúde, educação e saneamento básico. Essa renúncia fiscal foi particularmente problemática no contexto da crise econômica e fiscal dos anos 1980, quando o país enfrentava graves dificuldades para financiar políticas sociais e investimentos em infraestrutura.

A análise dos incentivos fiscais e benefícios econômicos concedidos no âmbito do PGC é fundamental para uma compreensão crítica do projeto e de seus legados. Esses mecanismos, longe de representarem instrumentos neutros de promoção do desenvolvimento regional, refletem escolhas políticas e econômicas específicas, que favoreceram determinados grupos e interesses em detrimento de outros, aprofundando desigualdades e gerando questionáveis retornos sociais.

O Programa Grande Carajás foi concebido a partir de um desenvolvimento marcado pela modernização tecnológica, integração nacional e crescimento econômico. Esse projeto se apresentava pela lógica de um progresso linear e universal, baseado em etapas pré-estabelecidas que levariam a população a melhores condições de vida. Porém, qualquer análise crítica sobre o PGC aponta uma série de impactos e contradições de caráter econômico, social e ambiental.

Primeiramente, temos que refletir sobre essa associação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento, tendo em vista que existiu evolução em termos agregados como aumento dos investimentos, exportações e do produto interno bruto. Sabe-se que isso não se traduziu em melhores condições de vida para grande parte da população local. O que vemos são deslocamentos forçados, violação de direitos, degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades, comprometendo negativamente a qualidade de vida de muitas comunidades.

Outra questão pertinente é o perfil tecnocrático e autoritário que orientou o PGC. Uma série de decisões tomadas tinham a restrita participação de militares e empresários do capital nacional e estrangeiro sem qualquer participação popular. O desenvolvimento é entendido apenas pelo olhar técnico, especializado, e não de forma mais ampla envolvendo diferentes perspectivas, valores e interesses. Tal imposição autoritária não apenas violou direitos democráticos básicos, mas também resultou em projetos desconectados das realidades e

necessidades das populações e comunidades locais das 27 cidades atingidas pela Estrada de Ferro Carajás.

Além do mais, é fundamental problematizarmos a perspectiva eurocêntrica e/ou estadunidense do Programa Grande Carajás, projetado alicerçado em uma visão pragmática de desenvolvimento aos moldes dos países industrializados do Norte global, desconsiderando as particularidades sociais, políticas, econômicas e até mesmo culturais do Brasil. Os modos de vida e as formas de organização econômica e social das populações tradicionais da Amazônia eram vistos como "atrasados" ou "primitivos", devendo ser superados pela modernização capitalista. Essa leitura é nefasta pois não valoriza os conhecimentos e práticas tradicionais, além de legitimar modelos exógenos de desenvolvimento, reconhecidamente inadequados às realidades ecológicas e culturais do nosso país.

Também prevalece uma concepção economicista e despolitizada do desenvolvimento que orientou o Programa Grande Carajás. Ao priorizar aspectos técnicos e econômicos como competitividade, produtividade e eficiência, deixa-se de lado a dimensão sociocultural e o compromisso com a sustentabilidade e o meio ambiente. No que se refere à visão despolitizada do projeto, compreendemos a existência de um olhar a-histórico da questão, podendo ser notado pela narrativa de desenvolvimento e crescimento econômico dissociada dos embates sociais e conflitos de interesses entre setores dicotômicos da sociedade brasileira. Essa leitura naturaliza uma série de injustiças e desigualdades, dificultando a responsabilização dos sujeitos envolvidos nos desdobramentos negativos do projeto para as comunidades tradicionais.

Considerando essa realidade, o estudo e a reflexão crítica sobre o que compreendemos por desenvolvimento, seus objetivos e quem se beneficia dele torna-se não apenas uma atividade acadêmica, mas uma questão de ética e de luta política. Esse exame tem que envolver especialistas, tomadores de decisão e populações diretamente afetadas por tais iniciativas. Deve-se reconhecer o direito de participação de indígenas, ribeirinhos, quebradeiras, quilombolas e outros na definição dos caminhos para seu próprio futuro.

Encontramos, assim, uma convergência com o presente estudo referente à implementação do Projeto Grande Carajás e do Centro de Lançamento de Alcântara, que podem ser entendidos sob esse mesmo olhar do debate sobre memórias e identidades, bem como pela dicotomia entre desenvolvimento/ violência imposto pela ditadura brasileira, pois

Se nos valermos da memória oficial, legada pelos militares ditadores, veremos o discurso da modernização como o caminho para a superação do subdesenvolvimento. Contudo, apesar da Ditadura ter-se findado, a ideia de que a industrialização representa modernização e desenvolvimento, não só é

lembrada, como ainda sustenta políticas de governos democraticamente eleitos. Já a memória dos grupos periféricos, nesse caso, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, surge o que Pollak⁴⁸ classifica como “zonas de sombras, silêncios, não-ditos” (FERRAZ, 2023, p.04).

É assim que entendemos a necessidade de tal pesquisa e da proposta de produto educacional voltado para a educação básica. Trazer este debate, resgatar e fomentar essa memória não tradicional em sala de aula se torna um importante exercício de construção de uma consciência histórica e identidade local, assim como da formação de cidadãos protagonistas de sua história e comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa e democrática.

3.2. Programa Grande Carajás: impactos sociais e resistências dos povos tradicionais

Examinando essa realidade da modernização conservadora conduzida pela ditadura civil-militar brasileira, analisaremos especificamente algumas formas de resistência que se consolidaram no contexto de instalação e operação do Projeto Grande Carajás dentro do Estado do Maranhão. Inúmeras interpretações, baseadas em teorias e métodos diferentes apontam que esse grande desenvolvimento econômico encontrou barreiras e obstáculos políticos e sociais que buscavam mudar a realidade de conflito no campo, miséria, violência e precarização do trabalho.

A questão da luta pela terra é o centro da questão dos movimentos de resistência aos grandes projetos econômicos implementados na Amazônia, dentre eles o Programa Grande Carajás. Mesmo antes da ditadura civil-militar, regiões do Pará, Maranhão e Tocantins sempre foram alvo de disputa de comunidades locais, grupos indígenas, pequenos agricultores, latifundiários e grandes empresas mineradoras. Tal realidade se configura um barril de pólvora que o regime militar acentuou a partir da consolidação do processo de modernização conservadora.

A luta pela terra, e pelos recursos nela agregados, apresenta como consequência nefasta a morte no campo e o contexto de impunidade bastante presente ainda hoje. Dentro dessa

⁴⁸ Michael Pollak foi um importante sociólogo e historiador franco-austríaco, nascido em 1948 em Viena, Áustria, e falecido em 1992. Ele é conhecido por suas contribuições aos estudos de memória, identidade e história oral. Destacou-se por seus estudos sobre a memória social, especialmente no contexto das experiências traumáticas, como o Holocausto. Sua obra mais notável, "Memória, Esquecimento, Silêncio", explora como as sociedades e os indivíduos lidam com as memórias dolorosas e os silêncios que surgem em torno de eventos traumáticos (POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento e Silêncio" in Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 2, n.3, 1989).

realidade, surge o Movimento Sem Terra (MST)⁴⁹ no final dos anos de 1980, que de lá para cá aglutinou em sua bandeira de defesa da reforma agrária, e do acesso à terra, diversas comunidades que vão de ex-garimpeiros de Serra Pelada, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, camponeses de fronteira, e outros grupos. Os desdobramentos negativos da imposição do grande capital na região amazônica se caracterizam por um profundo teor de classe, como afirma Coelho (2014):

Os impactos criados pela EFC em comunidades vizinhas ao seu trajeto atingem principalmente as classes baixas, gerando interesses contrários à mineração. Tais impactos, portanto, têm um caráter de classe porque atingem o proletariado urbano e rural e o subproletariado, além de grupos indígenas e quilombolas. O sindicato dos fazendeiros e o serviço de espionagem da Vale são as frentes do bloco que constituem o grande capital, na região, de enfrentamento ao MST. O campesinato, ao lado dos indígenas, seriam os principais sujeitos da contraposição ao capital presente na Amazônia, que são a mineração, as madeiras, o agronegócio e as hidrelétricas (COELHO, 2014, p.41).

A internacionalização dos recursos minerais da Amazônia, mediante aliança entre Estado e capital, atende diretamente aos interesses das grandes empresas estrangeiras, afetando diretamente a questão da soberania do território e da desproteção das diversas comunidades locais da região, que diariamente sofrem todo tipo de violência na tentativa de lutar por seus direitos e pelo acesso à terra.

De forma geral, os principais impactos sociais do Programa Grande Carajás no território maranhense compreendem aspectos migratórios por conta do deslocamento de trabalhadores de outras regiões do Estado para os postos de trabalho vinculados à Vale⁵⁰. A expansão das operações de mineração interferiu diretamente na realidade das comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores e quebradeiras de coco. Isso apresenta como consequência os conflitos fundiários, à medida que diferentes grupos reivindicam o direito à terra originando tensões e disputas violentas desde os anos 1980.

⁴⁹ Para melhor **compreensão** da trajetória histórica do MST, acessar: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>.

⁵⁰ Em 1997, o governo brasileiro decidiu privatizar a CVRD como parte de um amplo programa de privatização. Isso ocorreu durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. A privatização foi um dos maiores negócios do setor no mundo na época e atraiu investidores nacionais e estrangeiros. A empresa passou a se chamar Vale S.A. após a privatização, tornando-se uma empresa de capital aberto com acionistas privados. A empresa expandiu suas operações globalmente e se tornou uma das maiores mineradoras do mundo, explorando minério de ferro, cobre, níquel, carvão, entre outros minerais. Importante destacar que o controle acionário da Vale pode mudar ao longo do tempo devido à negociação de ações no mercado. No entanto, a privatização de 1997 marcou uma mudança fundamental na propriedade da empresa, que passou a ser controlada por acionistas privados em vez do governo brasileiro.

Além dos fatores sociais, o Programa Grande Carajás contribuiu para negativas implicações de caráter ambiental. Com a expansão da exploração de recursos minerais, existiu amplo processo de desmatamento que alterou a biodiversidade e o equilíbrio ecológico. Além disso, tivemos também a poluição sistemática das águas devido a utilização de produtos químicos tóxicos que afetam diretamente os rios e o ecossistema aquático no Maranhão.

Junto da atividade mineradora, as obras de infraestrutura também acarretam o processo de erosão e degradação do solo. Em conjunto, todos esses elementos, somados à utilização frequente de combustíveis fósseis, desencadeiam alterações climáticas que impactam intensamente na fauna e flora local. Cabe destacar que a extensão e a gravidade desses efeitos podem variar dependendo das políticas de mitigação implementadas pelas empresas envolvidas, bem como da supervisão governamental e da participação da sociedade civil. O desenvolvimento sustentável e a proteção dos direitos das comunidades locais e do meio ambiente continuam sendo desafios fundamentais nas regiões afetadas pelo Programa Grande Carajás, incluindo o Maranhão.

São todas essas questões e suas implicações políticas, econômicas, sociais e ambientais que serão inseridas no produto educacional proposto por esta pesquisa. Portanto, o e-book tem como eixo central a análise do processo de modernização conservadora implementado pela ditadura civil-militar brasileira dentro do Estado do Maranhão a partir da perspectiva dos grandes empreendimentos econômicos instaurados com base na articulação de interesses de um regime autoritário e do capital nacional e estrangeiro.

Sabe-se que existiram inúmeros impactos nefastos para diversas comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de quebradeiras de coco babaçu. Isso foi perceptível no deslocamento forçado de famílias, precarização das condições de vida e trabalho, assim como a perda de seus territórios. Uma série de estudos afirmam que a instalação da Estrada de Ferro Carajás e a construção do Porto da Ponta da Madeira implicaram não somente no acesso aos recursos naturais, mas também no modo de vida tradicional dessas comunidades. No que se refere aos danos ambientais

Ao fazer uso da classificação dos três blocos no Projeto Grande Carajás, pode-se observar danos ambientais em toda a região, com algumas diferenciações relacionadas às características de cada município. No primeiro bloco, por exemplo, em que há regiões de mangue, a degradação se intensificou à medida que se aproximou das maiores cidades, especialmente São Luís e Rosário. No segundo bloco, essa perda ambiental se dá nas florestas consumidas por serrarias, carvoarias e fazendas. Este bloco tende a receber maior número de indústrias que demandam a madeira como matéria-prima, devido às condições de acesso e incentivos governamentais, pressionando com o isso o terceiro bloco, com suas terras baratas e abundantes (SANTOS, 2010, p. 60-61).

No caso do Estado do Maranhão, pode-se observar em algumas regiões uma intensidade maior desses impactos sociais, econômicos e ambientais. No município de Santa Rita, obras de duplicação da ferrovia provocam assoreamento e entupimento dos igarapés por conta da retirada de grandes quantidades de areia dos locais. Tal realidade compromete a oferta de peixes, afetando a produção econômica e alimentação das famílias moradoras da região.



Imagem: duplicação da ferrovia no município de Santa Rita – MA (Fonte: documentário Trilhos da Vida).



Imagem: assoreamento de igarapé no município de Santa Rita (Fonte: documentário Trilhos da Vida).

Em conjunto, os povoados Outeiro dos Pires e Retiro São João da Mata, a partir de suas associações, iniciaram mobilização em busca por direitos e reparações. Localizados no município de Santa Rita, são diretamente afetados pela presença da Estrada de Ferro Carajás. Nessa região, centenas de famílias vivem da pesca e agricultura, complementando suas rendas por meio de programas sociais do Governo Federal, como aposentadorias e Bolsa Família. Como forma de combater essa situação de precariedade, em 2010 foi fundada a Associação de Moradores do Outeiro dos Pires (ASMOP) que, em 2012, anexou abaixo assinado ao inquérito civil público nº 1.19.000.001554/2010-87, aberto pelo povoado Retiro São João da Mata junto ao Ministério Público Federal.

Nesse inquérito, são apuradas uma série de denúncias relativa à obstrução de vias públicas pelos trens da Vale S.A, o que levou também a alguns protestos por parte dos moradores que puderam dar visibilidade maior a sua luta. Como resultado dessa mobilização:

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) conseguiu, na Justiça Federal, liminar que proíbe a parada de trens ou parte do comboio da empresa Vale ao longo do segmento da Estrada de Ferro Carajás (EFC), nos municípios de Anajatuba e Santa Rita. A ação civil foi movida pelo MPF contra a Vale e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por conta dos impactos da duplicação da EFC, que têm atingido as comunidades de Retiro, São João da Mata e outras próximas à região (BRASIL, 2013, p.01)⁵¹.

Até hoje, as principais reivindicações da população giram em torno da construção de um viaduto, do desentupimento das fontes hídricas, de obras de reparação em estradas comprometidas e danificadas que possam melhorar o acesso aos povoados. A situação apresentada em Santa Rita, e áreas vizinhas, indicam um panorama multifacetado e bastante complexo. A duplicação e operação da ferrovia, o expansionismo industrial e logístico resultam em uma lógica de exploração ambiental, gerando piora nas condições sociais e de trabalho a partir de violações dos direitos humanos.

No município de Itapecuru-Mirim, as vítimas são comunidades quilombolas, como o caso do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, que enfrenta sérios desafios, como a luta pela titulação das terras e o assoreamento que prejudica os recursos hídricos. Essa árdua luta tem como uma vitória concreta o primeiro decreto federal nº 4.887 de 20 de novembro de 2003⁵², que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e

⁵¹ Fonte: <https://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/mpf-ma-garante-seguranca-das-comunidades-de-retiro-sao-joao-da-mata-e-areas-proximas-no-acesso-a-br-135>, acessado em 18/05/2025.

⁵²Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm, acessado em 18/05/2025.

titulação das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade, e o segundo decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015⁵³, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos na mesma região.

Em Miranda do Norte, existe uma outra realidade de insegurança que se refere aos frequentes acidentes envolvendo pessoas nas linhas dos trens, assim como a deterioração das residências dos moradores próximos da Estrada de Ferro Carajás. Diante desse quadro de abandono e precariedade, o posicionamento da Vale S.A é sempre alegar que os acidentes são responsabilidades das vítimas e não da empresa. Esse processo de judicialização expõe uma luta desigual entre uma das maiores empresas de minério do planeta e comunidades locais que vivem em extrema pobreza.

Envolvido nessas disputas e conflitos em favor das populações locais, temos a participação fundamental da associação *Justiça nos Trilhos*⁵⁴, entidade sem fins lucrativos que atua na promoção de diversas atividades reflexivas sobre a atuação do Programa Grande Carajás nas 27 cidades que são cortadas pela EFC. Uma parte considerável dos municípios se encontra no Estado do Maranhão. Composta por uma equipe interdisciplinar que compreende pesquisadores, missionários religiosos, advogados, professores, educadores populares e militantes que trabalham junto a comunidades afetadas diretamente pela ferrovia.

Nesse sentido, pode-se destacar a situação vivida por comunidades localizadas nas regiões de Buriticupu e Açailândia. A dimensão humana dos impactos é muito preocupante, tendo em vista que existe uma realidade de intimidação e criminalização daqueles que se opõem ou resistem a esses projetos de modernização conservadora. Em Buriticupu, os "ruídos dos trens" incomodam diariamente, comprometendo a saúde auricular dos habitantes, gerando problemas de audição. Além disso, a vulnerabilidade física e psicológica das populações próximas à linha férrea se destaca pelas casas e outras edificações que ficaram comprometidas a partir da implementação da estrada de ferro.

⁵³ Fontes: [Página 10 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 117, de 23/06/2015 - Imprensa Nacional; Dsn14203](#), acessados em 18/05/25.

⁵⁴ Fonte: <https://justicanostrilhos.org/quem-somos/>, acessado em 18/05/2025.



Imagem: Escola Municipal de Buriticupu próxima à EFC (Fonte: documentário Trilhos da Vida).

Enquanto isso, no bairro Piquiá de Baixo, localizado na cidade de Açailândia, reproduz algumas dessas problemáticas já citadas em outras regiões do Maranhão. Particularmente falando dessa área, tem-se a degradação ambiental proveniente da plantação e queima do eucalipto e produção do ferro gusa nas siderúrgicas, que provocam desmatamento, poluição e destruição do solo. A monocultura de eucalipto, além de comprometer os recursos do solo e da água, é voltada para uma dinâmica industrial que prioriza a matéria-prima em detrimento da sustentabilidade ambiental e social.

Por isso que umas das principais bandeiras dos moradores da região, em conjunto com a associação Justiça nos Trilhos, é o reassentamento dos moradores de Piquiá de Baixo. Embora possa ser encarada como importante conquista nessa dura realidade de luta, isso mostra que, muitas vezes, a solução para os danos ao meio ambiente envolve o deslocamento forçado das comunidades, o que acaba fragmentando seus laços sociais e culturais.



Imagem: assinatura de contrato em processo de reassentamento em Piquiá de Baixo – Açailândia (Fonte: <https://piquiadebaixo.com.br/vitoria-da-esperanca-piquia-de-baixo-celebra-a-luta-e-conquista-de-moradias-longe-do-foco-de-poluicao-direta/>, acessado em 18/05/2025).

Sobre essa conquista, a Associação de Moradores de Piquiá de Baixo destaca que

Na segunda-feira (7), a comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA), viveu um dia histórico: a assinatura dos contratos que aproximam as famílias da realização de um processo de luta — morar em um lugar mais distante da poluição direta. Organizado pela Associação Comunitária de Moradores de Piquiá (ACMP) e pela Caixa Econômica Federal com apoio da Justiça nos Trilhos (JnT), o momento marca anos de resistência e perseverança da comunidade. Com sorrisos e alívio visível, as equipes da Caixa, voluntários da ACMP e da JnT auxiliaram as famílias na leitura e assinatura dos documentos. “É muita alegria, esperamos por isso há tanto tempo!”, comemorou Maria Izabel, uma das moradoras, segurando emocionada o contrato. O mutirão, que segue até esta terça-feira (8), das 8h às 17h, contempla as 312 famílias da comunidade. Na semana anterior, aquelas que moram fora de Açailândia também tiveram a oportunidade de assinar seus contratos, demonstrando a união em torno dessa conquista (AMPB, 2024, p.01)⁵⁵

⁵⁵ Disponível em: <https://piquiadebaixo.com.br/vitoria-da-esperanca-piquia-de-baixo-celebra-a-luta-e-conquista-de-moradias-longe-do-foco-de-poluicao-direta/>, acessado em 18/05/2025.

O processo de construção e operação da ferrovia, inserido na lógica do Programa Grande Carajás, aponta de forma pertinente um modelo de modernização conservadora que já desenhamos em linhas anteriores. Nos termos teóricos definidos por Barrington Moore Jr. (1966), trata-se de um projeto em que o desenvolvimento econômico ocorre sem ruptura com as estruturas sociais tradicionais e autoritárias, mantendo intacto os interesses das classes dominantes. No Maranhão, essa modernização imposta pelo Estado, aliada a grandes grupos empresariais como a Vale S.A, ocorreu sem a anuência popular, particularmente falando das populações diretamente atingidas por tal empreendimento.

Tal crescimento econômico promovido às custas de deslocamentos forçados, expropriações territoriais, marginalização de comunidades tradicionais (como quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares), e degradação ambiental, pode ser analisado a partir da noção de via prussiana, formulada por Lênin, que examina o desenvolvimento capitalista subalterno aos interesses dessa coalizão empresarial-militar hegemônica ao longo da ditadura civil-militar, em que não existe espaço para o protagonismo e/ou atendimento das necessidades das classes populares em questão (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, dentre outros). Segundo Lênin (1980, p. 30), a "via prussiana" representa um caminho de desenvolvimento capitalista no qual "a transição para o capitalismo se realiza por meio de reformas implementadas pelas classes dominantes, preservando elementos das antigas estruturas feudais, especialmente no campo".

Esse problema pode ser analisado pela perspectiva teórica de Antonio Gramsci a partir do conceito de revolução passiva. Trata-se de refletir sobre o modelo de transformação sem participação popular ativa, em que as mudanças estruturais de expansão da atividade de mineração e infraestrutura do Programa Grande Carajás são capitaneadas pelas classes dominantes, que cooptam elementos da modernidade para conservar sua hegemonia. No caso da EFC, há um movimento de modernização conservadora que reorganiza o território, mas não o faz pela efetiva participação popular. Contrariamente, prevalece um cotidiano de repressão e silenciamento, haja vista que as populações afetadas resistem por meio de ações jurídicas, denúncias, educação popular, movimentos sociais e ocupações, na intenção de tentar reverter e/ou amenizar os impactos da imposição autoritária desse projeto.

3.3. Alcântara e o centro de lançamento aeroespacial: colonialidade espacial e negação de direitos.

A concepção do programa espacial brasileiro iniciou-se mediante implementação do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), em 1961, incorporando atribuições tanto de caráter militar quanto civil. Cabe destacar a colaboração dos Estados Unidos, apresentando interesses não somente tecnológicos, tendo em vista que estavam no contexto da Guerra Fria⁵⁶. O Brasil e o seu relativo potencial espacial constituíam zona de influência estratégica para os interesses estadunidenses.

Em comparação com outros países, o Brasil foi uma das primeiras nações a desenvolver um programa espacial, entretanto, no decorrer do percurso, o Estado brasileiro implementou estratégias menos exitosas em comparação com programas espaciais da China, Japão, Israel, Índia e União Europeia, por exemplo. Em 1961, o presidente Jânio Quadros criou o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), oficializando a formulação de projetos e políticas para o setor espacial brasileiro.

DECRETO Nº 51.133, DE 3 DE AGOSTO DE 1961

Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o art. 1 da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951,

Decreta:

Art. 1º É criado no Conselho Nacional de Pesquisas o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE).

Art. 2º Constituem atribuições do GOCNAE:

- a) em estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, estudar e propor a Política Espacial Brasileira e a legislação correspondente;
- b) elaborar o plano de criação da Comissão Nacional de Atividades Espaciais e os projetos de leis, estatutos e regulamentos necessários à instituição;
- c) coordenar; estimular e apoiar os trabalhos e estudos relacionados com as atividades espaciais;
- d) executar projetos de pesquisas espaciais;
- e) promover os entendimentos e firmar os acordos necessários à instalação da sede em terrenos ao Patrimônio da União;
- f) administrar as obras e serviços necessários ao plano de criação da Comissão Nacional de Atividades Espaciais;
- g) exercer outras atividades que se relacionem com as atribuições previstas no presente artigo, inclusive o desenvolvimento de intercâmbio técnico-científico e a cooperação internacional, a promoção da formação de especialistas e a coordenação entre as atividades espaciais e a indústria brasileira.

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51133-3-agosto-1961-390741-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Desde sua origem, essas iniciativas possuíam uma dupla natureza, tanto civil quanto militar, o que se refletia na composição do conselho administrativo, formado por representantes de ambos os segmentos. No entanto, as diferenças entre essas áreas frequentemente dificultavam a definição e a unificação de estratégias para o desenvolvimento do setor. A origem

⁵⁶ A Guerra Fria foi um período de tensão e rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, que durou aproximadamente de 1947 a 1991. Esse conflito não foi uma guerra direta, mas sim uma competição ideológica, militar e econômica entre o bloco ocidental (liderado pelos EUA) e o bloco oriental (liderado pela URSS).

dessa composição mista remonta a 1946, quando o Ministro da Aeronáutica criou a Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica (COCTA).

Em 1953, essa comissão foi transformada no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), uma instituição militar dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com aplicações voltadas para a defesa. O projeto contou com a colaboração direta dos Estados Unidos, fundamentada nos termos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947. Esse acordo previa a cooperação entre os países das Américas para defesa mútua contra ameaças externas ou internas.

Em 3 de agosto de 1961 foi promulgado, pelo presidente Jânio Quadros, o decreto Nº 51.133, representando o início da política espacial brasileira. Ao instituir o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), objetivava-se coordenar e estruturar projetos vinculados à pesquisa e ao desenvolvimento espacial no país. Considerando o contexto da corrida espacial durante a Guerra Fria, a criação do GOCNAE demonstrava uma nova posição do Brasil no cenário aeroespacial global, mesmo sob forte influência externa.

Dentre as principais responsabilidades do COGNAE, estavam: formulação, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores, da política espacial brasileira; desenvolvimento do arcabouço legal e administrativo fundamental para elaboração da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE); incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico a partir da coordenação de pesquisas espaciais; formação de especialistas na área e promoção do intercâmbio técnico-científico através de um regime de cooperação internacional.

Dentro da estrutura organização do COGNAE, tem-se uma dualidade de caráter civil-militar composta pelo cargo de presidente e o grupo executivo, composto por três membros, todos diretamente nomeados pelo Presidente da República; abaixo existe o conselho consultivo, formado por especialistas em áreas científicas diferentes, que representam instituições estratégicas, como o Estado-Maior das Forças Armadas e a Sociedade Interplanetária Brasileira.

Entre as décadas de 1960 e 1980 prevaleceu na política espacial brasileira uma ação coordenada de diferentes órgãos, como o Ministério da Aeronáutica, Centro Técnico da Aeronáutica, em cooperação com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD). A partir de 1994, numa conjuntura pós ditadura, foi criada a Agência Espacial Brasileira (AEB) pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994⁵⁷.

⁵⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8854.htm, acessado em 19/05/2025.

Atualmente, a AEB é a responsável pela formulação, coordenação e execução do programa espacial brasileiro.

A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal de natureza civil, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é a instituição responsável por formular, coordenar e executar a Política Espacial Brasileira. Desde a sua criação, pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, a Agência trabalha para empreender os esforços do governo brasileiro na promoção da autonomia do setor espacial, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. As atividades da AEB são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994⁵⁸, que estabelece objetivos e diretrizes para os programas e projetos nacionais relativos à área espacial e têm o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como principal instrumento de planejamento do setor espacial. Para organizar a execução das atividades espaciais, foi instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), por meio do Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996⁵⁹, que define a AEB como seu órgão central e coordenador-geral de suas atividades (BRASIL, 2025, p. 01)⁶⁰.

No organograma contém a estrutura formal da Agência Espacial Brasileira e a abrangência de todas suas unidades⁶¹. Inserido nessa realidade de implementação do programa espacial brasileiro que João Figueiredo, então Presidente da República, instituiu o decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983 criando

no Ministério da Aeronáutica, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) com a finalidade de executar e apoiar as atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais, bem como executar testes e experimentos de interesse do Ministério da Aeronáutica, relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial (BRASIL, 1983, p.01).

O CLA é uma das principais instalações de lançamento espacial do país e é operado pela Força Aérea Brasileira (FAB) em parceria com a Agência Espacial Brasileira (AEB). O CLA desempenha um papel fundamental nas atividades espaciais do Brasil e é usado para lançar satélites, foguetes de sondagem e veículos de lançamento orbital. Além disso, a localização geográfica privilegiada de Alcântara, próxima à linha do Equador, oferece uma vantagem significativa para lançamentos espaciais, pois permite economizar combustível devido à maior

⁵⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1332.htm, acessado em 19/05/2025.

⁵⁹ Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1953.htm#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20Nacional%20de,vista%20o%20disposto%20no%20art.., acessado em 19/05/2025.

⁶⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8854.htm, acessado em 19/05/2025.

⁶¹ Para mais detalhes sobre o organograma da estrutura forma da Agência Espacial Brasileira, acessar: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura/OrganogramaAEBCopiar.png>.

velocidade rotacional da Terra nessa região. No entanto, ao longo dos anos, o CLA também tem sido objeto de controvérsia e debate devido a questões ambientais e sociais.

A base está localizada em uma região que abriga comunidades quilombolas, o que gerou preocupações relacionadas aos direitos humanos e ao deslocamento de pessoas devido às atividades espaciais. Houve esforços para resolver essas questões, como a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e acordos com as comunidades locais. Além disso, o governo brasileiro tem buscado parcerias internacionais para expandir a utilização do CLA e atrair lançamentos comerciais.

Identificar o histórico de instalação do Centro de Lançamento de Alcântara e sua relação com os interesses da ditadura brasileira, e do capital estrangeiro, inserida num contexto de modernização conservadora ligada a uma conjuntura externa de mundo bipolarizado a partir das diversas disputas localizadas no que chamamos de Guerra Fria. Examinar seus impactos ambientais, sociais e econômicos também é um dos objetivos do trabalho, tendo em vista que a nossa preocupação é entender esse processo de desenvolvimentismo autoritário sob o olhar da resistência e não somente da perspectiva do crescimento econômico, científico e tecnológico por si só.

Vale ressaltar que o Centro de Lançamento de Alcântara foi palco de tragédias em sua história, incluindo acidentes durante testes de foguetes, que resultaram em perdas de vidas e danos materiais. Esses eventos levaram a uma revisão e reestruturação das operações no centro e a um foco renovado na segurança e na cooperação internacional no campo das atividades espaciais. Yara Braga (2011) traz uma importante cronologia dos eventos relativos ao surgimento do Centro de Lançamento de Alcântara e os principais fatos dentro do contexto da ditadura civil-militar:

ANO	E V E N T O
1979	➤ O Ministro da Aeronáutica envia ao Governador do Estado do Maranhão o Aviso n. 007/79 com o pedido de reserva de uma área para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara.
1980	➤ O Decreto Estadual nº. 7820/80 declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 52.000 hectares do município de Alcântara/MA para a instalação da Base. A área total desapropriada foi retificada para 62.000 ha, em 1991.
1983	➤ O Decreto 88.136/83 cria o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)
1986	➤ O Decreto 92.571/86 dispõe sobre a relocação voluntária dos agricultores e define o módulo rural de 15 ha.
1986	➤ Realizada a 1ª. Fase de transferência e assentamento da população.

Imagem 3: BRAGA, 2011, p. 76.

O primeiro ponto a ser analisado de forma mais detalhada com relação ao Centro de Lançamento de Alcântara é a destinação da área cedida para a construção da base. Em documento formulado pela Chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, podemos ver de maneira mais exata a dimensão territorial do empreendimento.



HISTÓRICO



1980 - DESTINAÇÃO DA ÁREA

Área de 52.000 ha (520 km²) declarada de “utilidade pública” para implantação do Centro Espacial em Alcântara, doada pelo Governo do Estado do Maranhão por meio do Decreto 7.820, de 12 de setembro de 1980. Essa área foi, em 1991, ampliada para 62.000 ha (620 km²).



Imagem 4: Centro de Lançamento de Alcântara Titulação de Território Quilombola – Chefia de Assuntos Estratégicos/ Ministério da Defesa.

Um dos impactos sociais mais significativos e controversos do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi o deslocamento forçado de comunidades quilombolas que habitavam tradicionalmente a área destinada ao projeto. Essas comunidades, formadas por descendentes de escravizados que se estabeleceram na região desde o século XVIII, mantinham modos de vida baseados na agricultura familiar, na pesca artesanal e no extrativismo, com forte ligação cultural e espiritual com o território.

Mediante decreto de desapropriação de 1983⁶², destinaram-se aproximadamente 52 mil hectares para o CLA, afetando cerca de duas mil famílias distribuídas em dezenas de comunidades quilombolas, que viviam em pequenos núcleos espalhados pelo território. Exerciam a prática do extrativismo, da pesca, da caça e do cultivo de gêneros agrícolas em um sistema de uso comum da terra em que tudo era compartilhado coletivamente, seguindo as tradições e costumes locais.

O movimento praticamente unilateral de deslocamento das comunidades quilombolas foi o retrato fiel de ação autoritária, que violava direitos básicos e sem qualquer tipo de

⁶² Conforme imagem do Decreto Estadual nº7820, reproduzida por Serejo Lopes (2020, p. XX), percebe-se

transparência. Sem uma consulta ou comunicação prévia, as famílias se viram obrigadas a deixar suas terras, sendo pressionadas a aceitar indenizações irrisórias. A mudança forçada para as agrovilas se configurou um movimento de forte desrespeito ao tradicional modo de vidas das comunidades. Para além da questão territorial, as comunidades quilombolas estabelecem laços histórico-culturais a partir da expressão princípios e valores

A cultura quilombola, enquanto esfera social, permite aos indivíduos expressarem seus valores, princípios e vincularem-se de forma simbólica e afetiva ao grupo. Por ser um espaço de trocas e compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos, permite aos sujeitos que se sintam pertencentes a esse universo particular e se apropriem de valores e conteúdos inerentes à realidade em questão (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p.107).

O primeiro aspecto a considerar desse descolamento forçado se dá na padronização de um modelo urbanístico alheio às particularidades da cultura daqueles quilombolas. Existiu uma radical imposição de diferentes relações sociais em novo espaço. Dois elementos destoam no comparativo das antigas habitações com as agrovilas: o primeiro se refere ao tamanho padronizado das casas localizadas em traçado retilíneo; o segundo, refere-se ao distanciamento do mar, comprometendo a atividade produtiva e a subsistência das comunidades. Ao todo, as famílias foram realocadas em sete agrovilas: Espera, Maruda, Só Assim, Pepital, Peru, Cajueiro e Ponta Seca.

Outra consequência desse processo é a fragmentação dos laços familiares e comunitários caracterizada pelo comprometimento das relações espirituais e culturais que envolvem tais comunidades quilombolas. A própria divisão dos lotes de terra contradiz o sistema tradicional de uso comum da propriedade, tendo que se adaptar a uma nova realidade de adaptação de suas práticas agrícolas às novas demandas espaciais. Além do mais, a viabilidade econômica é comprometida por conta da longa distância existente entre as áreas pesqueiras e as agrovilas.

Obviamente, passou a existir um movimento de contestação desse panorama, os moradores dessas comunidades passaram a reivindicar seus direitos. Inicialmente, esse movimento foi de forma individual e dentro do cotidiano de cada família por meio, por exemplo, da manutenção e adaptação de suas práticas culturais tradicionais ou até, de forma mais radical, abandonando as terras. Isso se deu principalmente nos anos iniciais de implementação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Tal concessão do território foi estabelecida durante o governo de João Castelo⁶³, eleito pelo Colégio Eleitoral em 1979, filiado à época ao Partido Democrático Social (PDS). Seu mandato como governador ocorreu durante o período do regime militar no Brasil, ocupando também outros cargos políticos ao longo de sua carreira, incluindo a posição de deputado federal. No final da década de 1970, o Maranhão enfrentava uma crise econômica grave, com altas taxas de inflação, desemprego e pobreza.

Durante sua gestão, João Castelo implementou uma série de políticas e ações visando desenvolver a economia e melhorar a qualidade de vida da população do Maranhão. Algumas das principais ações eram voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura, com o investimento na construção de rodovias, pontes e outros projetos de obras públicas, visando melhorar a conectividade e o acesso a serviços básicos.

Também se concentrou em melhorar a educação e a saúde no estado, implementando programas para aumentar a acessibilidade e a qualidade desses serviços. No que se refere ao desenvolvimento econômico, Castelo buscou atrair investimentos, criando programas de incentivo fiscal e infraestrutura para empresas. A gestão de João Castelo no Maranhão teve impactos significativos na economia e na sociedade do estado. Alguns dos principais resultados incluem relativo crescimento econômico com aumento da produção industrial e agrícola. As políticas implementadas por Castelo também contribuíram para melhorar a qualidade de vida da população do Maranhão, com aumento da acessibilidade a serviços básicos como educação e saúde.

A crise do regime militar foi agravada pelo descontrole da economia, consubstanciado na inflação, carestia, repressão, arrocho salarial e dívida externa. O povo voltou às ruas e praças, construindo grandes manifestações; dentre elas, a greve. A difícil conjuntura sociopolítica e econômica da época projetou a eclosão de várias greves no Brasil, principalmente no ABC Paulista. Em 1979, ocorreu a reconstrução da UNE e, um ano antes, os estudantes conseguiram formular um abaixo-assinado com 35 mil assinaturas, reivindicando transportes para universitários e segurança no Maranhão, cuja situação estava caótica.

Só para se ter uma ideia, em 1979, as passagens de ônibus foram majoradas pela terceira vez no ano. Até o mês de setembro, os aumentos foram, em média, de três em três meses, o que demonstrou a existência de um conluio entre governo, Câmara e empresários de transportes coletivos, e isso causava revolta, sobretudo da classe estudantil. O Estado mínimo é uma espécie

⁶³ Para mais informações da biografia de João Castelo, acessar: <https://www.camara.leg.br/deputados/74445>.

de conceito adverso ao “Estado Máximo”, terminologia capitalista que expressa sua ausência ou presença dentro do Estado. Normalmente, caracteriza-se pela privatização de setores públicos, corte excessivo dos direitos dos gestores públicos, interesse regulador do mercado e reestruturação da economia, visando atender o capitalismo internacional.

A greve da meia passagem iniciou-se no mês de julho de 1979, e o seu ápice aconteceu em setembro do mesmo ano, quando se acirraram os ânimos e os estudantes grevistas enfrentaram o governo e a polícia. Sobre a greve, assevera Moisés Matias:

Sete mil. Quinze mil. Ninguém sabe ao certo quantos corações pulsavam naquela praça. As previsões haviam furado. Os organizadores, eufóricos, estremeçeram diante daquela multidão. Todos os caminhos levaram à praça os militantes políticos, o pessoal da Sociedade de Defesa, do Comitê de Anistia, do Comitê Contra a Carestia, as pastorais da Igreja, os sindicalistas, as mães, os pais, todos os perdidos no meio daquele mar de estudantes, a maioria secundaristas menores de idade. Nas cercanias, como animais de rapina, esperaram a hora para atacar, vários carros de polícia, carregados de policiais, aguardando o tempo da ação.” (MATIAS, 2004, p.72).

Em pleno ápice do movimento, ônibus foram queimados, comércio fechado, praças sitiadas. Os estudantes radicalizaram, exigiram a meia passagem universitária, pois, na época, São Luís era uma das poucas capitais em que a classe estudantil não tinha esse direito. Ressalte-se a participação decisiva dos alunos da Universidade Federal do Maranhão, das Escolas Superiores do Maranhão (UEMA), e secundaristas, que realizaram passeatas e reuniões. Até a Igreja progressista uniu-se ao clamor do alunado. As pressões deram resultado: no dia 23 de setembro de 1979 foi sancionada a Lei da Meia Passagem, garantindo, assim, os pleitos da classe estudantil; afinal de contas era “meia passagem para meia cidade⁶⁴”.

A luta pela conquista da meia passagem aconteceu no início do governo de João Castelo Ribeiro Gonçalves, que adotou o lema “O Maranhão para todos”. Esse governador foi escolhido de forma indireta, sendo o último nomeado pela ditadura militar. Além da luta estudantil e sucessivas greves, a sua administração foi marcada, também, pela adoção de uma política assistencialista, compensatória, visando exercer o controle social. Era o programa de abastecimento popular, o “Bom Preço”, que vendia a preços baixos feijão, farinha, arroz, óleo e macarrão. Uma espécie de cesta básica destinada à população de baixa renda, que consumia produtos de qualidade inferior. Castelo, em seu governo, construiu o Castelão, um complexo

⁶⁴ Trata-se da Lei Municipal n. 807, de 08/08/57, modificada pela Lei Municipal n. 1.371, de 20/03/63, que tornou obrigatória a concessão do abatimento de 50% das tarifas de transportes coletivos aos estudantes fardados ou que apresentarem carteira, fornecida por entidade estudantil estadual e considerada de utilidade pública, por Lei Municipal.

esportivo composto por quadras, pistas e campo de futebol. Infelizmente, muito mal aproveitado e até abandonado em governos posteriores. Foi importante, em seu governo, a criação do programa ITALUÍS, destinado a melhorar a oferta de água na capital, que sempre enfrentou um problema crônico com a falta desse precioso líquido.

Assim, a água passou a ser canalizada dos mananciais do rio Itapecuru. O sistema, planejado para durar 10 anos, já dura mais de 30, sem que os governos o ampliem. O resultado é a falta de água potável nos bairros. É corriqueiro ver as pessoas, em algumas localidades da capital, carregando latas d'água na cabeça, comprando “carroçadas” de água ou abastecidas por carros-pipa, cuja água é de origem duvidosa.

O governador Castelo construiu também o Hospital do Ipem, destinado aos servidores estaduais, e privatizado pela governadora Roseana Sarney anos mais tarde. Por força de pressões exercidas pelos movimentos sociais e pelo deficit habitacional, construiu o conjunto Maiobão, com 4.470 unidades habitacionais, e iniciou a construção do conjunto Cidade Operária, com 7.500 casas, o que não inviabilizou o surgimento de novos bairros, pela via ocupacional (invasões): João de Deus, São Bernardo, Vila Brasil, Vila Janaína, onde as populações vivem em precárias condições, sem infraestrutura alguma.

A SEPLAN, em estudos realizados, em 1983, procurou diagnosticar a situação das habitações em São Luís:

O quadro habitacional de São Luís apresenta graves problemas, caracterizados pelo elevado número de pessoas vivendo em moradias consideradas subnormais. 58,7% dos domicílios urbanos da Ilha de São Luís são duráveis e 41,3% são rústicos ou improvisados. 37 mil famílias vivem em condições deficientes de moradia, na periferia da cidade, nas áreas de muquimbos, entre os rios Anil e Bacanga e nas áreas de “invasão” em terra firme. (SEPLAN-MA, 1983, p.07).

Outro problema crucial envolvendo o governo João Castelo foi a instalação de empresas em São Luís como parte dos “grandes projetos” atraídos para o Maranhão. Foi o caso da empresa ALUMAR, que se instalou para produzir alumina e alumínio. Recebeu incentivos fiscais e escandalosamente foi agraciada com uma grande área para a sua atuação e expansão, o que gerou conflitos, pois dezenas de famílias foram despejadas das suas moradias. Dessa forma, o governador foi muito criticado pela população, que era hegemonicamente contra a instalação de projetos de grande envergadura na ilha. Mesmo assim, Castelo bancou a entrada da ALUMAR.

O governador João Castelo não terminou o seu mandato; anunciou que se candidataria ao senado da República e foi sucedido pelo governador Luiz Alves Coelho Rocha, empresário e

político de Balsas. Esse governador foi o primeiro eleito de forma direta após o golpe militar. Governou o estado de 1983 a 1987, quando vivenciou o fim da ditadura e o início dos governos civis. Sua administração foi bastante criticada pela sociedade.

A partir da declaração desse território como “utilidade pública”, iniciou-se o processo de implantação do centro espacial e conseqüentemente do reassentamento das comunidades quilombolas que ocupavam a região. Sobre essa fase, Fernanda Barros dos Santos destaca:

Neste período, houve a implementação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) na região. Ou seja, 312 famílias quilombolas, de aproximadamente 23 povoados da região costeira do município, foram reassentadas. Por determinação das autoridades estaduais e federais da época, sete agrovilas foram construídas pelos militares, entre 1986 e 1988, para realocar essas comunidades. E a estrutura contemplava a existência de agrovilas e incluía lavanderia (com poço tubular e cisterna para 30 mil litros), casa de farinha, casa de festa, campo de futebol, escola, posto assistencial, posto de saúde, igreja e cemitério, além das casas de alvenaria com 72 m construídas em lotes de 1.000 m (SANTOS, 2019, p.63; *apud* BRAGA, 2011).

A própria Chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, em documento oficial, ilustra esse processo de reassentamento dos quilombolas

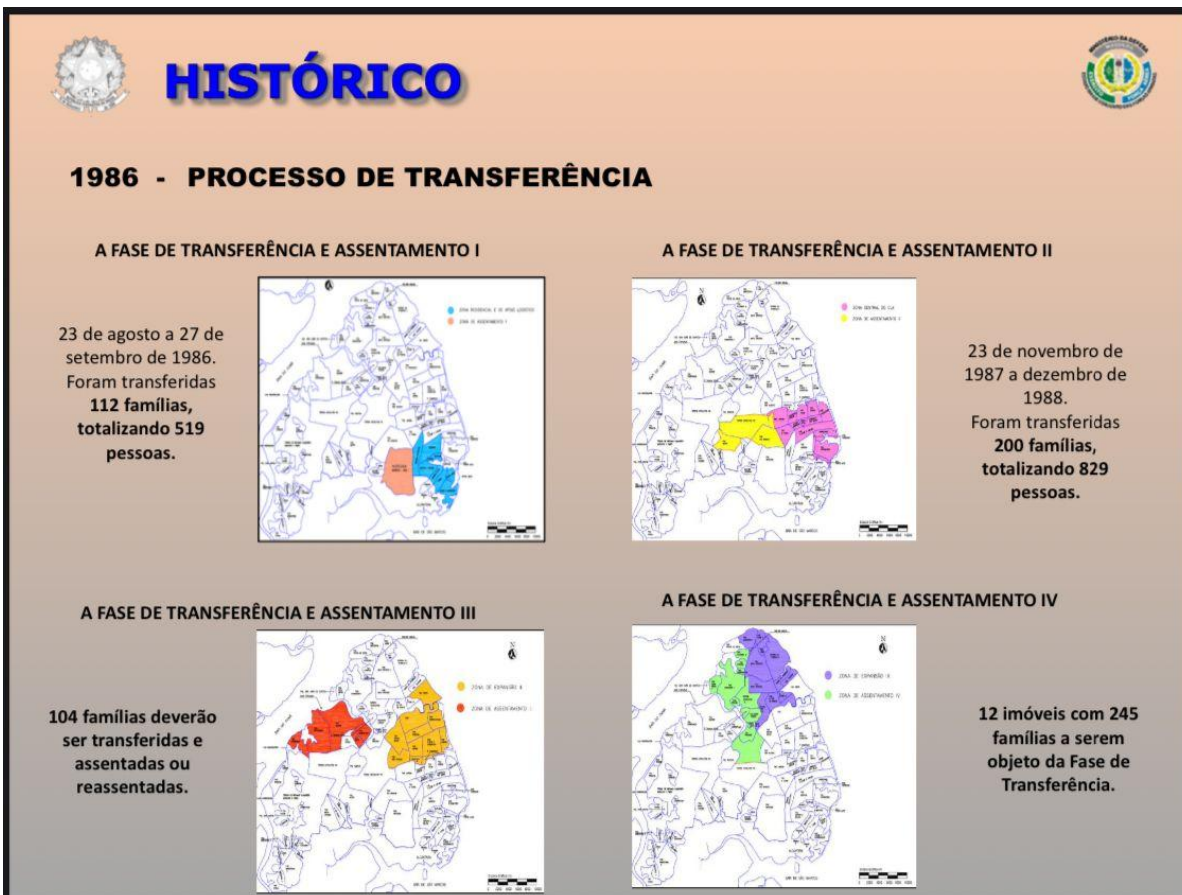


Imagem 5: Centro de Lançamento de Alcântara Titulação de Território Quilombola – Chefia de Assuntos Estratégicos/ Ministério da Defesa.

Mesmo com todos os esforços dos governos estadual e federal em amenizar a situação dos quilombolas, foi inevitável que a economia de subsistência predominante na região não fosse diretamente afetada. Com o distanciamento dessas comunidades do mar, os quilombolas foram transformados de pescadores para consumidores e revendedores da produção pesqueira, levando-os a uma condição de dependência externa, modificando-os com relação à antiga realidade de autonomia que existia anteriormente.

Historicamente, os quilombos remetem ao período da colonização portuguesa no Brasil e, na perspectiva colonizadora, configuravam-se como localidades de negros fugidos, o que segundo Moura (1994) representava uma unidade básica de resistência escrava. Além disso, podem ser também considerados grupos étnicos, rurais ou urbanos, constituídos predominantemente de população negra que se autodefinem como a partir de suas relações com a terra, graus de parentesco, territorialidade, ancestralidade e tradições culturais (INCRA, 2011). Diante disso, cabe problematizar que

Quilombola é um termo que abrange uma multiplicidade de grupos reunidos que não detinham um único padrão cultural, mas que se aproximam no campo

político, já que hoje a identidade quilombola permite que diferentes comunidades e movimentos sociais se reúnam sob o manto da mesma bandeira em que se luta pelo acesso à terra (BRAGA, 2011, p.65).

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) apresenta outros impactos diretos em várias áreas, incluindo economia, meio ambiente, infraestrutura, social e cultural. O CLA gera empregos diretos e indiretos na região, proporcionando uma fonte de renda para os moradores locais, incluindo postos de trabalho em diversas áreas, como manutenção, segurança, transporte e serviços de apoio. A presença do CLA levou ao desenvolvimento de infraestrutura na região, como estradas, redes de comunicação, energia elétrica e serviços de saúde e educação.

Além disso, também pode envolver parcerias com instituições de ensino e pesquisa, resultando possivelmente na transferência de conhecimento e tecnologia para a comunidade local. Uma possibilidade seria o turismo espacial atrair visitantes para a região, o que pode beneficiar a economia local, desde que seja gerenciado de forma sustentável. No entanto, como já vimos, a construção e a expansão do CLA levaram ao deslocamento de comunidades locais, incluindo comunidades tradicionais. Isso pode resultar na perda de terras e meios de subsistência para os residentes.

Um aspecto que deve ser considerado em qualquer análise sobre o processo de modernização conservadora resultante da construção da Base de Alcântara é o contraste entre o elevado investimento em tecnologia espacial e profunda precariedade de trabalho e moradia de grande parte dos moradores da região. A realidade da maioria das famílias é de moradia em habitações ausentes de saneamento básico, coleta de lixo e rede de água e esgoto.

Isso se reflete inclusive nas agrovilas, que foram construídas para atender essas comunidades remanejadas, pois, mesmo sendo residências de alvenaria, apresentam muitos problemas, como infiltrações e rachaduras nas paredes – fruto de um processo precoce de deterioração proveniente da utilização de materiais de construção de baixa qualidade. Segundo dados do último censo do IBGE, Alcântara

Apresenta 6,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 2,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 122 de 217, 214 de 217 e 81 de 217, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição

é 4663 de 5570, 5508 de 5570 e 4207 de 5570, respectivamente (BRASIL,2022)⁶⁵

Podemos elencar outras problemáticas, como a qualidade do fornecimento de eletricidade, que é precário em parte considerável das áreas rurais. Mesmo no caso da região central e das agrovilas, são frequentes as quedas de energia e variação de tensão que acabam danificando eletrodomésticos, afetando atividades produtivas e serviços essenciais como educação e saúde. Nesse aspecto, é sintomático o contraste com a infraestrutura do CLA que possui seu próprio sistema de geração e distribuição de energia, proporcionando estabilidade em suas instalações.

Alcântara também sofre com as altas taxas de desemprego, informalidade e precariedade do trabalho. Na época da implantação do CLA, uma das justificativas para a construção da base era a promessa de geração de vários empregos para a população local, no entanto, o que ocorreu foi a criação de postos de trabalho que exigiam elevado grau técnico de formação e especialização, excluindo quase que a totalidade dos moradores que não atendiam tais requisitos. A ocupação dessas vagas ficou destinada a trabalhadores de outros municípios e estados que se deslocam temporariamente para o município durante a período de operação da base.

As possibilidades de emprego são muito limitadas, sendo o setor público o maior empregador formal através da prefeitura e de empresas terceirizadas por ela. O turismo poderia ser uma alternativa interessante, considerando o rico potencial histórico e cultural da cidade a partir de suas praias, da proximidade com o sítio arqueológico da Ilha do Cajual, de seus prédios históricos e dos festejos religiosos, com destaque para a Festa do Divino Espírito Santo⁶⁶.

Em 2022, o então governador em exercício, o desembargador Paulo Velten, sancionou a Lei 11.763/2022, que classifica Alcântara como município de interesse turístico. A proposta, de autoria do deputado Arnaldo Melo, visa estimular políticas públicas voltadas ao fortalecimento do turismo local. No entanto, mesmo diante de tanto potencial, o desemprego ainda é uma regra na região e, segundo dados do IBGE, a taxa de população com alguma ocupação é de 8,49%⁶⁷.

⁶⁵ Para informações mais detalhadas, acessar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>, acessado em 01/06/2025.

⁶⁶ Para melhor compreensão sobre a Festa do Divino Espírito Santo, consultar a pesquisa de Sérgio Ferreti, disponível em: <https://gpmima.ufma.br/arquivos/Festa%20do%20Divino%20no%20Maranhao.pdf> e acessada em 01/06/2025.

⁶⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>.

Vale destacar que essa realidade de profunda precariedade não é apenas um simples resultado ou “efeito colateral” do processo de modernização conservadora, mas sim parte integrante de um padrão de desenvolvimento baseado na concentração de renda e poder proveniente da exploração dos recursos naturais e humanos. Prevalece a subordinação dos interesses sociais aos imperativos da segurança nacional, do crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, a desigualdade, pobreza e precariedade são condições inerentes à reprodução das relações de exploração e dominação, e não apenas problemas a serem corrigidos.

3.4. Centro de Lançamento Aeroespacial, negação de direitos e políticas de reparação em Alcântara

As atividades do CLA impactaram no meio ambiente, como poluição do solo e da água, bem como perturbação da fauna local devido a lançamentos de foguetes. A presença de uma grande instalação governamental como o CLA criou tensões sociais, incluindo questões de acesso a recursos e oportunidades. O desenvolvimento do CLA afetou a cultura e identidade das comunidades locais, especialmente aquelas com tradições culturais fortes e vínculos históricos com a região.

Portanto, os impactos do Centro de Lançamento de Alcântara são complexos e variados. É importante que as autoridades governamentais, a sociedade civil e as partes interessadas trabalhem em conjunto para garantir que os benefícios sejam maximizados e que os impactos negativos sejam minimizados por meio de medidas de mitigação e planejamento cuidadoso.

Com o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização do país, as ações de luta e resistência passam a ser mais coletivas, organizadas, e de viés político. Na transição da década de 1980 para 1990 surgem movimentos sociais, associações comunitárias que se articulam com organização em defesa dos direitos humanos. Resultado disso é a judicialização do conflito por meio do auxílio de instâncias jurídicas nacionais e internacionais.

A própria Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental no histórico de resistência dessas comunidades. O artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias afirma que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

A década de 1990 ficou marcada pela continuidade dos impactos das remoções forçadas das populações locais, pela consolidação da identidade quilombola com base nas

reivindicações territoriais. Registrou-se o fortalecimento de alianças, associações, movimentos sociais, ONG's, grupos acadêmicos universitários e o início de processos administrativos e judiciais por demarcação do território tradicional.

O início do século XXI aponta uma mudança nas estratégias de luta dos quilombolas alcantarenses, alcançando uma dimensão internacional em 2001, quando organizações representativas buscaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A petição apresentada à referida corte denunciava uma série de violações de direitos humanos relacionadas à implementação do Centro de Lançamento de Alcântara. Cinco anos depois, a CIDH finalmente admitiu o caso, e, somente em 2020, decidiu enviá-la à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A resistência dos remanescentes quilombolas de Alcântara alcançou uma nova etapa com a assinatura, por parte dos governos do Brasil e Estados Unidos, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), em 2019, durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro. Tal acordo prevê oficialmente a autorização estadunidense para que o Brasil possa lançar foguetes e espaçonaves, nacionais ou estrangeiras, que contenham partes tecnológicas americanas. Em contrapartida, o Brasil garante a proteção da tecnologia americana contida nestes artefatos (BRASIL, 2019, p.09)⁶⁸. As comunidades e organizações de apoio temiam que esse novo acordo resultasse em novos deslocamentos forçados da população, assim como maior restrição ao acesso de territórios tradicionais.

⁶⁸ Para mais detalhes do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), acessar: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/acordo-de-salvaguardas-tecnologicas/ast.pdf>.



Imagem 6: Protesto em prol da titulação de terras quilombolas na região de Alcântara. Imagem disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/alcantara-quilombolas-resistem-ameaca-persiste/> (Acessado em 16.09.23).

A resistência quilombola em Alcântara envolve a luta das comunidades quilombolas da região pelo reconhecimento de suas terras ancestrais e pela preservação de seus direitos territoriais. A história da resistência quilombola⁶⁹ em Alcântara está intrinsecamente ligada ao deslocamento forçado e à desapropriação de terras que essas comunidades enfrentaram devido à construção da base espacial. Muitas famílias foram removidas para dar espaço às instalações da base. A luta dessas comunidades tem como foco principal a busca pelo reconhecimento de suas terras como territórios quilombolas, o que lhes conferiria direitos legais sobre essas áreas e proteção contra despejos.

As principais ações e reivindicações das comunidades quilombolas de Alcântara incluem o reconhecimento de seus territórios como quilombolas, de acordo com a legislação brasileira que protege esses direitos, e a proteção ambiental, dada a presença de ecossistemas sensíveis, como manguezais e áreas de preservação ambiental na região. Sobre a constituição dos quilombolas, vale destacar

⁶⁹ Para melhor compreensão da resistência quilombola em Alcântara, ver *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos* (FASCÍCULO 10). Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara São Luís, setembro 2007.

Convém frisar que os grupos étnicos autodeclarados quilombolas constituem as famílias que mantêm práticas tradicionais e possuem formas específicas de uso dos recursos naturais como a prática do sistema de uso comum. Orientam-se por uma temporalidade ordenada por calendários de festas religiosas e suas territorialidades são orientadas pela crença em seres míticos; inclusive, em algumas situações, possuem nas suas terras as denominadas “provas materiais”, tão valorizadas por objetivistas, como: poços antigos, sumidouros, restos de antigas fazendas, ruínas de engenhos, árvores e matas chamadas de matas velhas; enfim, uma série de vestígios materiais atesta a ancestralidade das terras (SANTOS, 2019, p.64).

O processo de reivindicação e proteção das áreas de litígio em Alcântara envolveu principalmente os moradores da região e diversas Comunidades Quilombolas locais. Dois grupos que desempenharam um papel significativo nesse processo foram o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Além disso, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara também se envolveram ativamente na conscientização das comunidades locais sobre sua identidade quilombola. Esse trabalho de conscientização e mobilização começou a ganhar força na década de 1990.

Esses grupos e movimentos desempenharam um papel crucial na luta pela proteção das terras quilombolas, trabalhando para garantir o reconhecimento legal dessas áreas e a preservação da cultura e dos direitos das comunidades quilombolas da região. O processo envolveu não apenas a questão das terras, mas também a afirmação da identidade e dos direitos das populações quilombolas em um contexto de disputa de território com a Base Espacial de Alcântara.

Além disso, essas comunidades participam ativamente das decisões relacionadas à Base Espacial de Alcântara no movimento que garanta que seus direitos sejam respeitados por meio de consultas e negociações com o governo. A solidariedade internacional também desempenha um papel importante, com grupos e organizações de direitos humanos nacionais e internacionais apoiando a luta das comunidades quilombolas e aumentando a conscientização sobre suas questões.

Em outubro de 2008, a Organização Não Governamental Justiça Global elaborou uma petição com o objetivo de denunciar violações de direitos humanos que estavam ocorrendo nas comunidades quilombolas de Alcântara. Essa petição foi apresentada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada

em Washington D.C., nos Estados Unidos. O propósito da audiência pública solicitada era discutir e investigar as violações relatadas.

Na época, a questão estava pendente de julgamento pela corte internacional. Representantes das comunidades quilombolas foram ouvidos pela corte e o caso aguardava uma resolução em relação ao conflito, que envolvia a proteção dos direitos das comunidades negras locais, incluindo o direito à terra, à igualdade, à não discriminação, à preservação das manifestações culturais, à relação intrínseca com o meio ambiente natural e à igualdade de condições em várias áreas, como trabalho, educação e propriedade.



Imagem 7: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ukLfmYL6iyk> (Acessado em 11.09.23).

A denúncia e a busca de intervenção internacional refletem a importância do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos das comunidades quilombolas de Alcântara, que enfrentam desafios significativos em relação à sua terra e à preservação de suas culturas e modos de vida. A atuação junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos demonstra a busca por justiça e proteção desses direitos em uma esfera internacional.

A resistência quilombola em Alcântara envolve uma complexa teia de questões relacionadas a direitos territoriais, justiça social, preservação ambiental e consulta às comunidades afetadas por projetos de grande envergadura. Em abril de 2023, o caso atingiu momento histórico, pois o Estado brasileiro foi julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O julgamento foi realizado em Santiago, no Chile, e analisou como a construção da base de lançamento de foguetes em Alcântara afetou as comunidades da região.

Em resposta, a Advocacia-Geral da União⁷⁰ reconhece a violação de direitos das 152 comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão, no contexto do processo em curso na Corte Interamericana de Direitos Humanos, como se pode notar abaixo:

Houve violação estatal ao direito de propriedade nesse caso porque o Brasil não promoveu a titulação do território tradicionalmente ocupado pelas comunidades até o momento. Houve também violação à proteção judicial em decorrência da demora processual e da ineficiência das instâncias judiciais e administrativas para permitir às comunidades quilombolas de Alcântara o exercício do direito à propriedade coletiva das terras por elas ocupadas. O processo de titulação desses territórios, embora complexo e multifásico, tardou demasiadamente e até hoje não ultimou os trâmites necessários à efetiva titulação territorial. Toda essa realidade revela que o Brasil não foi capaz de fornecer às comunidades recursos internos rápidos e eficazes. Em razão disso, considerando-se a natureza jurídica própria de que se revestem as medidas de reparação por violações dos Estados ao Direito Internacional, o Estado brasileiro manifesta publicamente seu pedido de desculpas às comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara (BRASIL, p.02, 2023).

O Estado brasileiro admitiu não ter realizado a titulação coletiva das terras tradicionais e falhou em oferecer proteção judicial eficaz, violando direitos de propriedade e acesso à justiça. Além disso, reconhece a ausência de consulta prévia, livre e informada quanto à instalação do Centro de Lançamento de Alcântara. Nesse sentido, o Estado brasileiro se comprometeu em tomar medidas de reparação, incluindo a progressiva titulação do território quilombola em até dois anos após a publicação da portaria de reconhecimento territorial. Além de promover uma cerimônia oficial de desculpas, conforme o pedido das comunidades, e a destinar recursos financeiros que compensem as violações sofridas.

Essas medidas fazem parte de um esforço mais amplo do governo federal para solucionar a questão fundiária, que se arrasta por décadas, desde a instalação do programa espacial em Alcântara. As comunidades quilombolas têm laços históricos e culturais com suas terras, reconhecidos pela Fundação Palmares e por marcos legais nacionais e internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT. O documento finaliza com o compromisso do governo em resolver as pendências territoriais e assegurar políticas públicas que atendam às demandas das comunidades, reconhecendo sua importância histórica e cultural. Além disso, espera-se, com essas ações, reparar tais violações e garantir um relacionamento mais justo com as comunidades quilombolas de Alcântara. Dentro do prazo estipulado, o governo federal, em histórico evento

⁷⁰ Ver declaração completa da Advocacia Geral da União de reconhecimento em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/notas-a-imprensa/declaracao-caso-comunidades-quilombolas-de-alcantara-vs-brasil/cqa-declaracao-de-reconhecimento-de-violacoes-agu.pdf/@@@download/file> (Acessado em 25/09/2024).

de formalização do termo de conciliação, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, avançou significativamente na resolução desse antigo conflito entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas da região de Alcântara.

A cerimônia simbolizou a regularização fundiária dessas áreas, que abrigam as comunidades tradicionais desde os tempos coloniais, época de formação de muitos quilombos, que se constituíam em importantes espaços de sociabilidades não somente de escravizados fugidos, mas também de outros indivíduos marginalizados e perseguidos pelo governo colonial português, e, posteriormente pela monarquia brasileira.

Quando terras foram concedidas a diversas famílias negras libertas que, após o fim da escravidão, formaram as chamadas comunidades quilombolas, tais grupos passariam a enfrentar outros desafios, principalmente durante o processo de modernização do país, que incluiu a implementação de projetos de desenvolvimento de alta tecnologia, como o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), um polo estratégico do programa espacial brasileiro. Nos anos 1980, a construção do CLA trouxe uma série de conflitos territoriais, pois muitas das áreas ocupadas por quilombolas foram consideradas de interesse do Estado. No entanto, estas reivindicavam seus direitos ancestrais às terras, com base no princípio da ocupação tradicional, reconhecido na Constituição de 1988.

Desde então, vários litígios e protestos marcaram a relação entre o Estado e essas comunidades. Com o acordo assinado durante o evento em setembro de 2024, o Governo Federal comprometeu-se a reconhecer e regularizar a posse das terras ocupadas pelos quilombolas, resultado não só de um esforço de pacificação, mas também consequência de anos de uma incansável luta em prol de um desenvolvimento sustentável, como se nota em declaração da Advocacia-Geral da União:

Na cerimônia também foi assinada a Portaria de Reconhecimento e Delimitação do Território Quilombola de Alcântara, etapa prévia à titulação das terras na localidade. A área de 78 mil hectares corresponde à totalidade do território delimitado pelos estudos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), procedimento prévio à portaria de reconhecimento.

Pelo acordo, a área de 12.645 hectares na faixa litorânea ao norte do CLA, que era objeto de controvérsia sobre sua destinação, passará a integrar a área que será titulada como território quilombola. Esse trecho do terreno foi alvo de manifestação de interesse do Ministério da Defesa para sua utilização pelo Programa Espacial Brasileiro (PEB), visando à expansão futura da área de lançamentos. O duplo interesse na área gerou o impasse que postergou a titulação das comunidades. Agora, o acordo confere segurança jurídica à utilização do Centro de Lançamento de Alcântara e à destinação da área para

o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (PEB). Além disso, o avanço tecnológico do setor aeroespacial levou à miniaturização dos satélites e lançadores, o que fez com que a área de 9 mil hectares, que hoje abriga o CLA, permita a expansão do programa espacial. O acordo fixa prazo de 12 meses para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) inicie a titulação do território, outorgando o título de domínio das áreas às comunidades quilombolas. Essa é a última etapa do processo de regularização do território quilombola. Após a celebração do acordo, o Termo de Conciliação será apresentado ao Poder Judiciário brasileiro e a organismos internacionais para o encerramento de litígios que envolvam a titulação do território quilombola de Alcântara, como em processos movidos pelas comunidades quilombolas de Alcântara na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e na Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BRASIL, p.01, 2024)⁷¹

Esse acordo inclui o registro das terras no cartório imobiliário de Alcântara, e a ideia é que esse processo se torne um modelo a ser seguido em outros casos semelhantes em outras regiões do país. O registro imobiliário é um ponto crucial, pois assegura oficialmente o direito de posse às comunidades, garantindo segurança jurídica e proteção contra futuras disputas, como está formalizado no Termo de conciliação, compromissos e reconhecimentos recíprocos da Advocacia-Geral da União, expedido no dia 19 de setembro de 2024:

CLÁUSULA QUARTA. No prazo máximo de até 12 (doze) meses da assinatura do presente Termo de Conciliação, o Incra iniciará a titulação do território identificado e declarado, outorgando o título de domínio das áreas já se encontraram registradas em nome da União e, dentro dessas, priorizando as áreas limítrofes e situadas ao norte da área do CLA;

CLÁUSULA QUINTA. No prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente Termo de Conciliação, ao conjunto do MDA, do MGI e do MIR constituirá grupo de acompanhamento e monitoramento do cumprimento das obrigações de titulação assumidas na Cláusula Quarta, a ser integrado por representantes dos respectivos ministérios, do Incra e das organizações representativas das comunidades quilombolas de Alcântara, incluindo suas assessorias técnicas, de forma paritária (BRASIL, p. 02, 2024).

As cláusulas determinam que o Incra inicie a titulação do território quilombola em Alcântara dentro do prazo de 12 meses, priorizando áreas já registradas em nome da União e próximas ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Além disso, em até 30 dias, estabeleceu-se a criação de um grupo de monitoramento com representantes dos ministérios⁷², do Incra e das comunidades quilombolas para acompanhar o cumprimento dessas obrigações.

⁷¹ Ver mais em <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/mediacao-liderada-pela-agu-assegura-acordo-entre-comunidades-quilombolas-de-alcantara-e-programa-espacial-brasileiro>.

⁷² Ministério da Defesa – MD, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, do Ministério da Igualdade Racial – MIR, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI, do Comando da Aeronáutica – COMAER e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, e as Comunidades Quilombolas de Alcântara, neste

Essas medidas são importantes do ponto de vista da reparação, pois objetivam garantir o direito à terra e à autonomia das comunidades quilombolas de Alcântara, historicamente impactadas pela instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A titulação do território simboliza um reconhecimento formal dos direitos territoriais dessas comunidades, enquanto a composição do grupo de monitoramento assegura a participação ativa das comunidades no processo, promovendo justiça e inclusão no cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado.



Imagem 8: Presidente Lula, ministros e representantes de comunidades quilombolas durante a cerimônia de assinatura do Termo de Conciliação (Foto: Ricardo Stuckert / PR – 2024).

Além da questão jurídica, o evento também representou uma tentativa de conciliar o desenvolvimento tecnológico brasileiro com a preservação dos direitos das populações tradicionais. O programa espacial brasileiro, que tem em Alcântara uma de suas bases mais estratégicas, continuará expandindo, mas com a garantia, por ora, de que as comunidades quilombolas não serão removidas de suas terras. Destacou-se, também, por parte do governo, a importância de criar políticas públicas que favoreçam tanto o avanço tecnológico quanto a justiça social a partir de um desenvolvimento inclusivo.

ato representadas por suas entidades representativas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara – STTR, a Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara – ATEQUILA, o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Alcântara – MOMTRA.

Outro elemento relevante do evento foi o papel do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atuou como intermediário nas negociações e será responsável por garantir a efetividade do acordo no âmbito judicial. A presença do Judiciário reforça a importância do Estado Democrático de Direito na resolução de conflitos sociais e territoriais, além de enfatizar o papel da Justiça na proteção dos direitos das minorias e na implementação de políticas públicas que busquem a equidade social. Sendo assim, simboliza-se uma nova fase no relacionamento entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas, marcada pela tentativa de encontrar um equilíbrio entre progresso e tradição.

Na esteira de uma reflexão mais profunda sobre o processo de modernização conservadora implementado durante a ditadura civil-militar no Maranhão, uma das leituras mais frequentes está ligada a equiparação entre impactos positivos e negativos proporcionados pelo PGC e CLA. Conforme essa narrativa, embora a implementação desses projetos tenha gerado uma série de desdobramentos às populações locais e ao meio ambiente, realidade analisada em linhas anteriores, esses danos seriam compensados e até superados pelos efeitos “positivos” como o investimento em infraestrutura, a geração de postos de trabalho e o aumento da arrecadação de impostos. Essa perspectiva geralmente é defendida por setores das classes dominantes diretamente envolvidas em tais projetos, como também por agentes do Estado que priorizam os aspectos econômicos e tributários em detrimento das questões sociais, culturais e ambientais.

Precisa-se considerar, primeiramente, a categorização de tais impactos a partir de uma visão dualista de “positivo” e “negativo”, que resulta de opiniões e interesses muito particulares apresentados de forma neutra e generalizada. Sabemos que essa dicotomia depende fundamentalmente de quem examina e de quais critérios e pontos de vista são utilizados nessa avaliação. A narrativa da equiparação incorre no privilégio de critérios quantitativos e econômicos, como arrecadação fiscal, exportação e Produto Interno Bruto. Esse olhar restrito às questões econômicas e de infraestrutura é proveniente de uma visão reducionista do “progresso” e “desenvolvimento”, que silencia e desconsidera as dimensões humana e ecológica da vida.

Outro aspecto fundamental nesse debate é a questão da distribuição de renda e da justiça. Percebe-se que a implementação do PGC beneficiou principalmente as grandes empresas nacionais e estrangeiras, enquanto as comunidades residentes nas cidades diretamente impactadas (quilombolas, quebradeiras de coco, camponeses, indígenas, pescadores, dentre

outros) vivem um cotidiano de vulnerabilidade e marginalização, arcando com custos severos que vão de deslocamentos forçados, perda de terras até a degradação ambiental.

A dimensão temporal é outro elemento a ser considerado nessa conversa, pois muitos benefícios econômicos são de curto prazo, enquanto os efeitos sociais, culturais e ambientais tendem a ser de longo prazo e até irreversíveis, como o comprometimento de ecossistemas, a contaminação de recursos hídricos e a desestruturação dos modos de vida tradicionais, trazendo consequências para as gerações vindouras.

Considerando particularmente a implementação do Programa Grande Carajás e do Centro de Lançamento de Alcântara, a narrativa da equiparação legitimou projetos que foram gestados e colocados em prática de maneira autoritária sem a consulta e participação das populações diretamente afetadas, desconsiderando suas demandas e direitos básicos. O contexto da ditadura civil-militar não propiciava canais de reivindicação e luta para contrapor essa realidade de modernização conservadora, tendo em vista os aparatos de repressão utilizados na época.

Uma compreensão mais crítica dos impactos desses grandes empreendimentos denota o reconhecimento da discrepância entre certos direitos e valores. Não é possível assemelhar indicativos econômicos de exportação e tributação com a destruição do meio ambiente e de territórios tradicionais. Além disso, não podemos enxergar as comunidades afetadas como meros obstáculos ao desenvolvimento do país, mas sim como sujeitos dotados de direitos e que possam ser partícipes nas tomadas de decisão que impactam diretamente em suas vidas.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 27 de junho de 1989, que entrou em vigor a partir do dia 7 de setembro de 1991, trata sobre os povos indígenas e tribais. Ela é uma importante ferramenta de defesa dos interesses das comunidades atingidas pelo PGC e CLA. No caso do Brasil, ela foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, passando a vigorar em 25 de julho de 2003. Sobre tal convenção, o governo federal afirma:

Em forma de legislação a OIT foi promulgada pelo Brasil em 19 de abril de 2004, através do Decreto 5.051/2004. Atualmente a convenção está em vigência no Brasil pelo [Decreto no 10.088 de 05 de novembro de 2009](#). A Convenção 169 da OIT possui a definição de quem são os povos indígenas e tribais mencionados no documento, além de afirmar a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprias desses povos. A Convenção trata ainda da consulta aos povos interessados, mediante procedimentos apropriados toda vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Essas medidas podem ser tanto adotadas pela esfera pública quanto pela esfera privada. Ou seja, a OIT 169 trata da importância de realizar uma consulta livre, prévia e informada sempre que alguma obra, ação, política ou programa for ser desenvolvido e afete aos povos tradicionais. Independente

da iniciativa pública ou privada, a consulta é prevista pela OIT 169 (BRASIL, 2025)⁷³.

Significa, portanto, que as variadas formas de desenvolvimento adotadas no Brasil devem respeitar a sustentabilidade ambiental, a dignidade humana e a justiça social, sem reproduzir as tradicionais lógicas de dominação e exploração que caracterizaram não somente o Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara, mas toda a trajetória de implementação de grandes empreendimentos econômicos no país desde o século XIX.

⁷³ Para mais detalhes, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm#anexo72.

acessar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm#anexo72.

4. EDUCAÇÃO HISTÓRICA EM FORMATO DIGITAL: PERCURSOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM E-BOOK.

4.1. Percurso teórico-metodológico.

Este espaço será dedicado a uma descrição detalhada do processo de elaboração e experimentação do produto educacional em formato e-book intitulado “Ditadura e Modernização Conservadora no Maranhão: O Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara”. Propõe-se demonstrar a articulação entre a produção acadêmica proveniente da tese de doutorado com a concepção de um material pedagógico capaz de mediar o aspecto da história contemporânea do Maranhão para alunos do ensino médio. Pesquisa e ação se entrelaçam em uma rica ferramenta destinada a uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento autoritário e seus impactos nas regiões diretamente atingidas.

Tal produto educacional resulta de um arcabouço teórico-metodológico que não se limitou a uma simples reprodução de conteúdo e informações, mas num compromisso de ter no Ensino de História uma ferramenta eficaz de formação da cidadania e construção de uma consciência histórica. Temos como referência a ideia de que o aprendizado nasce da reflexão crítica da realidade social e do engajamento ativo dos sujeitos no processo de construção do conhecimento e de intervenção na sociedade.

O substrato teórico de elaboração do e-book se sustenta em pesquisa documental e bibliográfica diretamente ligada a importantes conceitos basilares no processo, como o de “ditadura civil-militar”, “modernização conservadora”, “oligarquia”, “patrimonialismo” e “industrialização periférica”, que são explorados de forma aprofundada nos capítulos anteriores e que foram inseridos e adaptados à realidade acessível aos estudantes da educação básica. Supera-se a mera reprodução de fatos e acontecimentos, mas a exposição de diferentes interpretações relativas aos impactos econômicos, sociais e culturais da inserção do Programa Grande Carajás e do Centro de Lançamento de Alcântara no Estado do Maranhão.

As primeiras sessões deste trabalho se concentraram em analisar os aspectos teóricos, metodológicos e historiográficos do tema central da pesquisa, que é exame do projeto de modernização conservadora implementado pela ditadura civil-militar brasileira no Estado do Maranhão. Como já enfatizamos por vezes ao longo do texto, o foco se dá na reflexão sobre os elementos que propiciaram a inserção desse desenvolvimento de caráter autoritário em solo maranhense a partir do estudo das causas e consequências inerentes à instalação do Programa Grande Carajás (PGC) e do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Destacamos que a entrada desses empreendimentos trouxe desdobramentos positivos e negativos diversos, inclusive no que se refere aos aspectos sociais, econômicos e políticos, que ensejaram a formação de movimentos de resistência à chegada e operação desses projetos no Estado do Maranhão. Com isso, é fundamental perceber que tal problemática tem pouco dentro da literatura escolar presente em grande parte dos livros didáticos de história utilizados nas escolas públicas e privadas maranhenses. Independente do segmento, fundamental ou médio, sendo este o público-alvo de nosso produto educacional, prevalecem leituras focadas nos aspectos “nacionais”.

Sabe-se que para um livro didático de história ter viabilidade de produção, é impossível relatar de forma aprofundada as realidades históricas de todos os estados brasileiros. Por isso, a proposta deste e-book não é contrapor essa historiografia escolar hegemônica, muito menos findar o debate sobre o tema central da pesquisa, mas sim apresentar uma alternativa de recurso pedagógico auxiliar voltado para o entendimento dos processos históricos locais inseridos no contexto da ditadura civil-militar.

A primeira sessão da pesquisa está voltada para uma discussão historiográfica baseada na revisão das principais interpretações sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil, abordando também a literatura local que se debruçou em esmiuçar os aspectos regionais do Maranhão ao longo do regime autoritário instaurado com o golpe em 1964. Optou-se por enfatizar o contexto do golpe de 1964, as visões sobre o teor da ditadura, o caráter de classe envolvido na gestão e reconfiguração do Estado brasileiro sob governo dos militares, e a atuação dos aparelhos de repressão, que foram fundamentais no processo de coerção social a fim de facilitar a implementação da modernização conservadora no país.

A segunda sessão foi destinada a uma reflexão mais aprofundada do conceito de modernização conservadora, examinando sua origem e aplicabilidade teórica na realidade brasileira. Para isso, analisamos os principais autores nacionais e internacionais que utilizaram esse conceito para compreender os processos econômicos, políticos e sociais de desenvolvimento econômico capitalista alicerçado em governos autoritários em diferentes tempos e lugares. Portanto, procurou-se relacionar a modernização conservadora com a implementação dos empreendimentos econômicos e científicos no Maranhão ao longo da ditadura.

Sendo assim, esta sessão, ao discutir o ensino de história a partir dos apontamentos teóricos e metodológicos de construção, avaliação e difusão de livros didáticos e e-books, aponta para o caminho da materialidade da tese no produto educacional. Assim sendo, é

fundamental identificar e descrever metodologicamente o produto educacional em questão a partir de seus elementos principais de constituição.

O estágio atual da pesquisa compreende ainda resultados parciais no que se refere à elaboração do produto para o exame de qualificação. A partir das diversas contribuições teóricas e metodológicas ao longo das aulas de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, foi possível estabelecer mudanças importantes na configuração tanto da tese quanto do produto. Correção de rumos são necessárias em todo tipo de trabalho e neste não foi diferente.

Apresentadas importantes etapas do texto da tese até o momento, iremos agora explicitar de forma mais detalhada cada um dos elementos produzidos parcialmente no que optamos por chamar de esboço do produto educacional. Vale destacar que percurso trilhado até o estágio atual de pesquisa ainda está aberto para sugestões e correções que contribuirão diretamente para o resultado no último semestre letivo de pesquisa.

Ditadura e Modernização Conservadora no Maranhão: desenvolvimento, repressão e conflitos é fruto de um árduo trabalho, resultado de esforço teórico-metodológico fundamentado em pesquisas de jornais, documentos escritos, livros, legislações, artigos científicos e outras possíveis fontes que compõe esse painel de dados e repertórios necessários para sua elaboração. O presente produto educacional compreende o ensino-aprendizagem como um processo contínuo de estudo dos fenômenos e compartilhamento de ideias, de desenvolvimento e verificação de hipóteses para que a sua experiência possa ser prazerosa e eficaz.

Este trabalho foi gestado para que o estudante tenha oportunidade de se tornar um cidadão reflexivo, crítico e protagonista de seu próprio aprendizado e destino. Alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, as atividades estimulam o raciocínio lógico, o pensamento crítico e a expressão de ideias em diferentes linguagens. Diante disso, temos a possibilidade de desenvolver habilidades socioemocionais, por meio de momentos de reflexão, trabalhos em grupo, investigações e outras atividades significativas que te levarão uma experiência de aprendizagem única.

Nosso material apresenta três objetivos importantes: trazer uma nova abordagem referente ao contexto histórico da ditadura civil-militar no Maranhão. Para isso, o enfoque se dá no projeto de modernização conservadora que se implementou no estado a partir de dois grandes empreendimentos: o Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara; proporcionar ao estudante da educação básica uma nova ferramenta pedagógica de

aprendizagem sobre uma fase tão importante da história contemporânea maranhense; e, por fim, examinar as implicações políticas, econômicas e sociais que tais projetos de desenvolvimento desencadearam na sociedade maranhense.

Dessa forma, o material apresenta uma interpretação didática de eventos históricos relacionados à História do Brasil Contemporâneo, especificamente dos anos de ditadura e dos desdobramentos que tal regime autoritário proporcionou no Maranhão. Tratando-se de uma época marcante da história brasileira, estabelecemos alguns recortes, ignorando determinados aspectos e priorizando outros como forma de viabilizar o projeto. O material aqui apresentado não tem a pretensão de findar nenhum debate sobre o tema, mas apenas identificar problemas e hipóteses importantes sobre tal contexto histórico.

Predomina atualmente nos livros didáticos de história utilizados nas escolas públicas e privadas do estado do Maranhão interpretações sobre a ditadura fundamentadas em processos históricos decorrentes de eventos políticos, econômicos, sociais e culturais “nacionais”, que abordam fatos ligados a realidade preponderante do sudeste brasileiro, principalmente do eixo Rio – São Paulo. Como propósito de oferecer uma alternativa a essa literatura escolar hegemônica, o presente trabalho tem como eixo central de análise a implementação do projeto de modernização conservadora no Maranhão, destacando fatores que propiciaram a instalação do Programa Grande Carajás e do Centro de Lançamento de Alcântara, e suas principais consequências.

O e-book se torna, portanto, um recurso de fácil acesso por ser possível baixá-lo, funcionando também em modo offline, apresentando simples compartilhamento por diversos aplicativos, redes sociais e podendo ser reproduzido em diferentes dispositivos como computadores, tablets, smartphones e televisores. Destinado aos estudantes do ensino médio, tal produto educacional estará disponível digitalmente no sítio eletrônico do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (<https://ppghist.uema.br>); e no site do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea, também vinculado à Universidade Estadual do Maranhão (<https://nupehic.net.br>).

Sendo assim, esperamos que *Ditadura e Modernização Conservadora no Maranhão: desenvolvimento, repressão e conflitos* contribua para formação escolar e cidadã de muitos estudantes que tenham acesso a esse material, proporcionando o desenvolvimento de um sujeito consciente da história de seu Estado como também crítico e ativo em relação à sua realidade social. O despertar de uma memória coletiva sobre a história do Maranhão é uma busca constante por parte de pesquisadores que desenvolvem trabalhos investigativos sobre a história

local. Diante disso, faremos uma breve apresentação dos elementos que constituem a atual estrutura do esboço do produto educacional em questão.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

E-BOOK DIGITAL



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

DITADURA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO MARANHÃO:

**O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**



MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

SÃO LUÍS - 2025

A presente capa objetiva ilustrar de maneira sucinta o tema central da pesquisa é o da modernização conservadora implementada pela ditadura civil-militar no Maranhão. Para isso, optamos por imagens de lugares e sujeitos que possuam protagonismo no que se refere aos processos políticos, econômicos e sociais decorrentes da dinâmica política maranhense e da instalação e operação de empreendimentos econômicos implementados pelo governo militar.

O primeiro elemento textual do e-book é o espaço destinado à apresentação do produto educacional a partir das questões teórico-metodológicas e historiográficas apresentadas no texto preliminar da tese. Aqui estão os direcionamentos gerais que caracterizam o material para o público-alvo, o estudante do ensino médio, bem como os objetivos gerais da pesquisa e consequentemente da ferramenta produzida a partir dela.

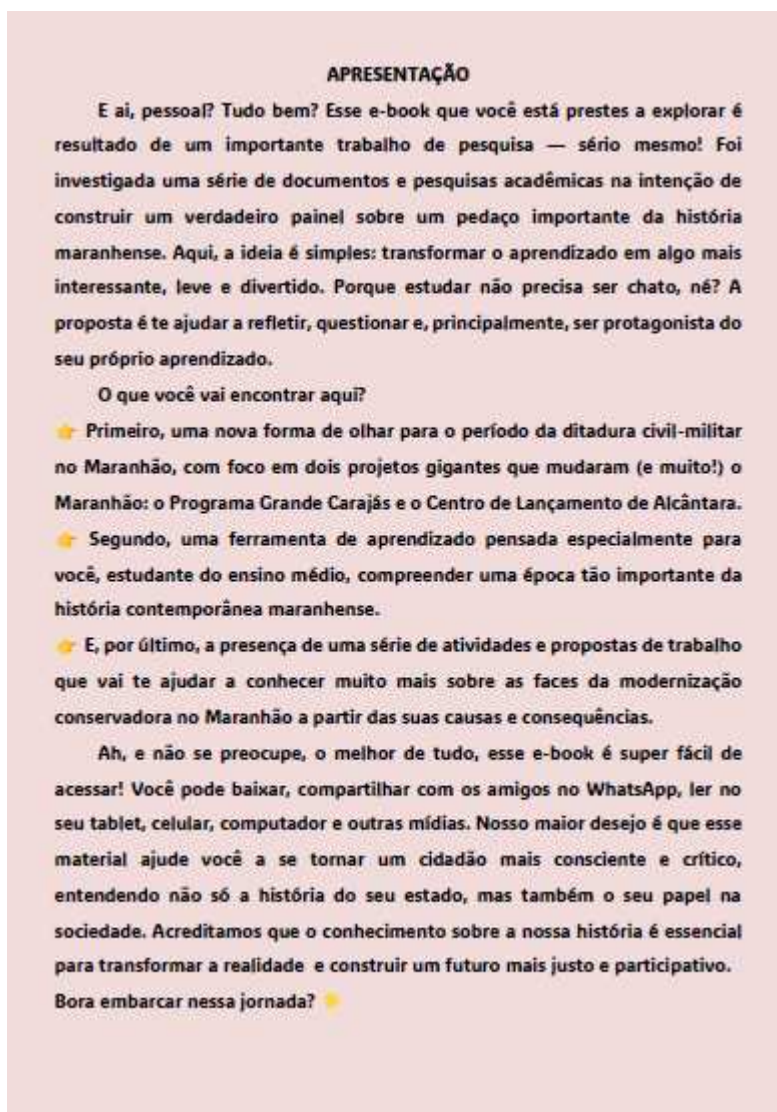


Imagem: página de apresentação do e-book.

CONHECENDO SEU E-BOOK

Este e-book está dividido em três capítulos, que tratam de diferentes aspectos sobre a implementação do projeto de modernização conservadora no Maranhão durante o período da ditadura civil-militar.

Veja abaixo os boxes que ajudarão para sua compreensão do tema:

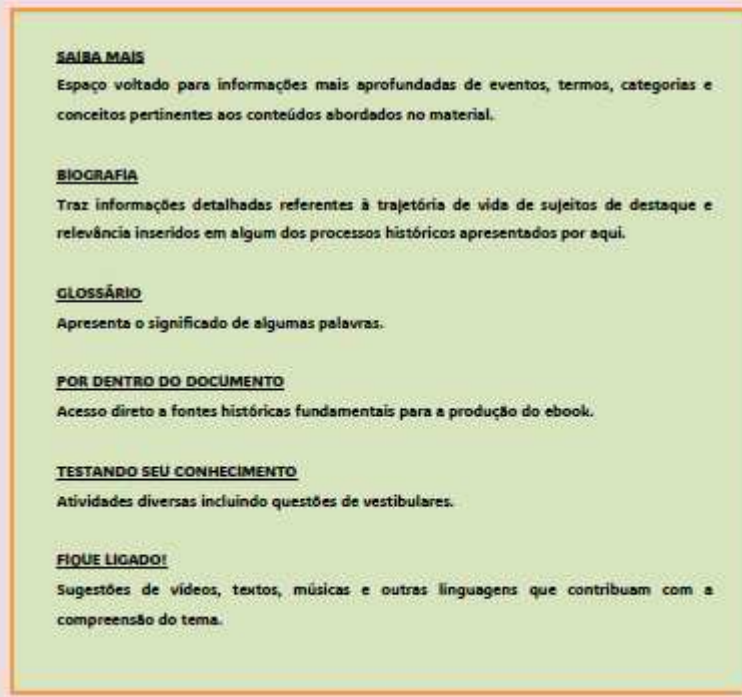


Imagem: apresentação dos boxes que compõe o E-book

A imagem acima é referente ao detalhamento dos boxes que estarão presentes no e-book e que facilitará a compreensão do estudante sobre determinados temas. O primeiro deles é o “Saiba Mais”, espaço destinado para informações mais aprofundadas de eventos, termos, categorias e conceitos pertinentes aos conteúdos que fundamentam o material; em “Biografia” informaremos detalhes importantes sobre a trajetória de personagens de destaque inseridos nos processos históricos abordados no e-book; enquanto isso, o “Glossário” apresenta significados de palavras que estão no texto.

Do ponto de vista metodológico, o e-book foi desenvolvido interativo e flexível, vinculado às práticas de letramento digital e às demandas de jovens estudantes que estão imersos em cotidiano de cultura digital. A opção pelo formato de e-book, e não por um livro impresso tradicional, é justificada pela acessibilidade, portabilidade e grande potencial de

integrar diferentes mídias – textos, documentos, fotografias, vídeos e links externos. Essa particularidade possibilitou a inserção de recursos didáticos variados, tais como:

- **SAIBA MAIS:** seção dedicada ao aprofundamento de conceitos, eventos e termos específicos, incentivando a curiosidade do estudante a partir de uma pesquisa autônoma.

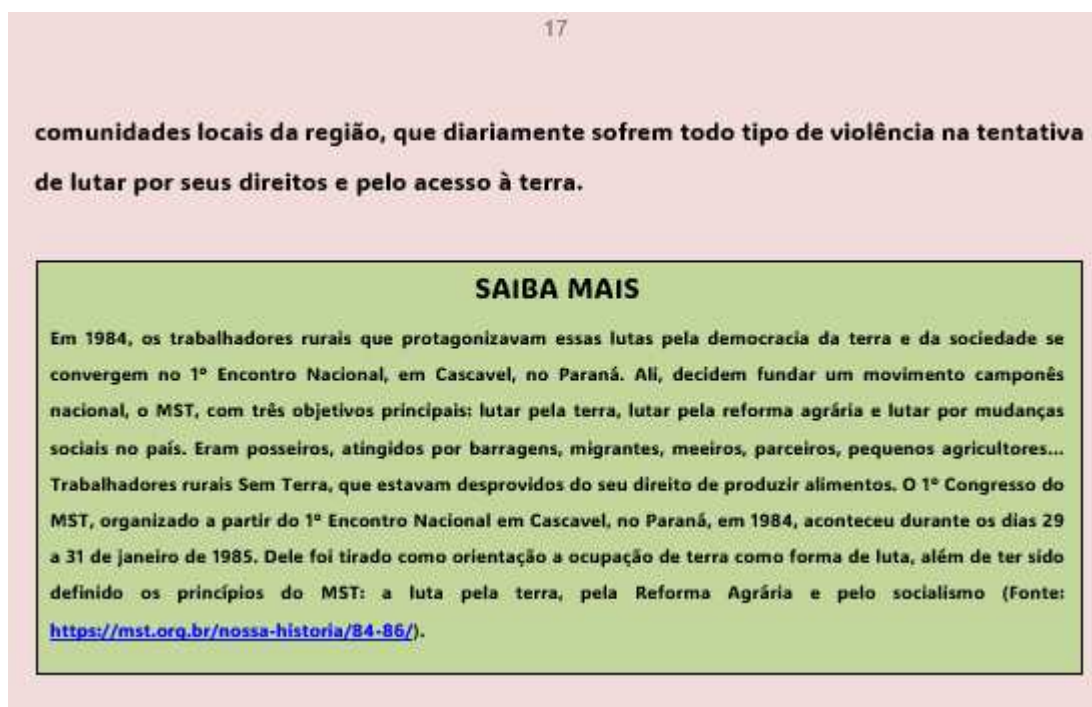


Imagem: “Saiba Mais”

- **BIOGRAFIA:** espaço destinado a informações mais detalhadas de importantes figuras históricas, como João Goulart e José Sarney, com propósito de contextualização das ações de indivíduos relevantes dentro do processo histórico.

CAPÍTULO 1 – DITADURA CIVIL-MILITAR E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL (1964-1985).

A ditadura civil-militar foi um período da história política brasileira que durou oficialmente de 1964 a 1985, marcado pela instauração de um regime autoritário que se estabeleceu no poder após a destituição do então presidente **João Goulart**. A articulação golpista contou com apoio e participação não somente dos setores militares, mas também de grupos conservadores, empresários, além da decisiva influência externa do governo dos Estados Unidos.

BIOGRAFIA



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/13/rodov-ja-recebe-nome-em-homenagem-ao-ex-presidente-joao-goulart>.
Acessado em 16.09.2023.

João Goulart, conhecido como Jango, foi vice-presidente do Brasil de 1961 a 1964 e assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Durante sua presidência, ele promoveu reformas sociais, conhecidas como "reformas de base". Em 1964, seu governo foi derrubado por um golpe militar, marcando o início de uma ditadura militar no Brasil que durou até a década de 1980. Goulart exilou-se e morreu na Argentina em 1976. Seu governo e seu legado político continuam sendo debatidos na história brasileira.

Imagem: "Biografia"

GLOSSÁRIO: local reservado para detalhamento termos complexos, garantindo fácil compreensão do vocabulário especializado no campo da História e de outras áreas afins.

Considerando tal realidade, quais as relações e os desdobramentos da ditadura no Maranhão? Quais implicações econômicas, políticas e sociais que a ruptura democrática em 1964 estabeleceu em nosso Estado?

O exame da conjuntura histórica maranhense durante a ditadura está diretamente ligado ao desenvolvimento de relações políticas pautadas numa estrutura oligárquica de poder, algo tão presente na história republicana de nosso país. Essa tradição de fazer política em nossa região não é peculiar apenas ao século XX, mas traz uma

GLOSSÁRIO

Oligarquia é um sistema de governo ou controle em que um pequeno grupo de pessoas ou famílias detém o poder e toma decisões, em vez de ser amplamente distribuído. Isso geralmente leva a desigualdades e favorecimento desse grupo em detrimento dos outros. Pode ocorrer em política, negócios ou outras áreas.

Patrimonialismo é um conceito usado na ciência política e na sociologia para descrever um sistema de governo em que o poder é exercido de forma personalista e arbitrária, em que as instituições estatais são usadas como se fossem propriedade pessoal do governante ou de um grupo dominante. Nesse sistema, o líder político trata os recursos e cargos públicos como se fossem parte de seu patrimônio pessoal, distribuindo-os a seus apoiadores em troca de lealdade e apoio.

Imagem: "Glossário"

- **POR DENTRO DO DOCUMENTO:** Acesso direto a fontes históricas primárias, possibilitando que os estudantes tenham contato com documentos primordiais para a escrita da tese e que desenvolvessem a capacidade de análise crítica dessas fontes.

Esse momento da história brasileira foi caracterizado por intensas violações aos direitos humanos, repressão política, censura e perseguição sistemática aos opositores do regime. A suspensão de garantias constitucionais, maior exemplo o habeas corpus, consequência da implementação do **Ato Institucional n5**, em 13/12/1968 dispositivo jurídico mais autoritário da ditadura, deu ao governo plenos poderes para silenciar e perseguir todo tipo de oposição no país.

No entanto, a ditadura não teve somente o estigma do extremo autoritarismo político.


POR DENTRO DO DOCUMENTO

Para melhor compreensão do Ato Institucional n5, acessar o link com o documento completo:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/a15-05-68.htm

Imagem: “Por dentro do documento”


- **TESTANDO SEU CONHECIMENTO:** seção voltada para a aplicação de atividades de fixação de conteúdo a partir de questões discursivas e de múltipla escolha pensadas para a realidade de um estudante em preparação para o vestibular. Busca-se consolidar aprendizado e preparar os estudantes para avaliações externas.

DESAFIO RÁPIDO: QUEM SABE MAIS?



↓ Como participar:

- Entre no site www.kahoot.it ou acesse o QR CODE ao lado
- Digite o PIN do jogo (fornecido pelo professor)
- Coloque seu nome ou apelido
- Leia bem as perguntas e responda no tempo certo!



PROPOSTA DE ATIVIDADE EM GRUPO: JÚRI SIMULADO

"Encruzilhadas da História: Tribunal do Tempo sobre o Projeto Grande Carajás"

- **(EM13CHSS04)** Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

- **Objetivo:** Avaliar criticamente as decisões tomadas no contexto do Projeto Grande Carajás, considerando o conhecimento histórico disponível na época e as consequências de longo prazo, desenvolvendo a capacidade de julgar ações passadas a partir de diferentes perspectivas temporais e éticas.

Imagem: "Proposta de atividade em grupo: Júri Simulado"

1) Observe a imagem



Matéria do jornal O Imparcial - Fonte: <https://jossarney.org/como-era-o-maranhao/>. (Acessado em 16.09.23).

O jornal maranhense *O Imparcial* anuncia a posse de José Sarney no governo estadual em 1966, destacando a promessa de "dar novos destinos ao Maranhão". Esse evento marcou uma etapa importante do processo de modernização conservadora no estado, alinhado à ditadura civil-militar. Com base na imagem e no contexto histórico, pode-se afirmar que:

- A chegada de Sarney ao governo simbolizou a ruptura com o modelo centralizador da ditadura, fortalecendo os movimentos populares.
- A posse de Sarney representou a aliança entre elites locais e o regime militar, favorecendo grandes projetos econômicos voltados ao mercado externo.
- O governo Sarney promoveu ampla reforma agrária no Maranhão, garantindo

Imagem: "Testando seu conhecimento"

- **FIQUE LIGADO!:** Sugestões de leituras, músicas, vídeos, textos e outras linguagens midiáticas, expandindo as possibilidades de engajamento e aprofundamento no tema por parte dos estudantes.



Imagem: “Fique ligado! – Sugestão de documentário sobre a Estrada de Ferro Carajás”

A concepção de elaboração do e-book partiu da premissa de priorizar uma linguagem clara, objetiva e convidativa, que interligasse a narrativa histórica e a realidade dos estudantes maranhenses. A contextualização histórica dos impactos do PGC e do CLA no Maranhão foi um pilar central no desenvolvimento do produto educacional, permitindo que os discentes reconhecessem a relevância da História para a compreender o seu cotidiano. A abordagem enfatizou o exame crítico dos conflitos e resistências sociais, como a luta dos povos tradicionais e as comunidades quilombolas de Alcântara, para além de uma visão hegemônica do desenvolvimento amplamente difundida por setores das classes dominantes e de agentes do estado.

4.2. Experimentação do Produto Educacional em Sala de Aula.

No processo de consolidação desta pesquisa, foi necessário aplicar de forma experimental a utilização do e-book. A validação como produto educacional ocorreu através de sua experimentação em três instituições de ensino com relativas particularidades. A primeira delas, o colégio O Bom Pastor Júnior, escola privada e localizada no município de

São José de Ribamar, região metropolitana de São Luís; a Unidade de Educação Básica (UEB) Maria José Vaz dos Santos, escola da rede municipal de São Luís; e o Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo, escola pública da rede estadual do Maranhão. A escolha dessas escolas permitiu a testagem do material em contextos distintos, abrangendo tanto o ensino privado quanto o público, proporcionando uma rica diversidade de perfis de estudantes.

A aplicação do e-book foi realizada em turmas do ensino médio (O Bom Pastor Júnior e o Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo) durante as aulas de História. Na primeira escola exerci o papel de mediador do processo de experimentação do produto, observando o contato e engajamento dos alunos com o material, além de mapear suas impressões sobre o material. O uso do e-book foi integrado ao planejamento das aulas, complementando os materiais didáticos tradicionais⁷⁴ em tópicos específicos relacionados à ditadura civil-militar e dos impactos dos grandes projetos no Maranhão.



Imagem: aplicação do produto no Colégio O Bom Pastor Júnior (Apresentação geral para os estudantes).

Nas aulas, os estudantes foram incentivados a explorar as diferentes seções do e-book, acessar os links externos, discutir os temas propostos e responder as atividades presentes no

⁷⁴ No caso do colégio O Bom Pastor Júnior, o material didático utilizado é o SAS (Sistema Ari de Sá), disponível em versão impressa (material apostilado) e digital (<https://saseducacao.com.br/>). Enquanto no CEM Dr. Geraldo Melo, é utilizado a coletânea da editora FTD *Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço*, organizado por Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laércio Furquim Jr.

material. A flexibilidade do formato digital propiciou aos alunos fácil acesso ao ebook através de diferentes dispositivos (celulares, tablets, computadores), promovendo a autonomia e a personalização do aprendizado. Diante disso, apresentaremos algumas das observações e impressões coletadas durante o processo de experimentação do e-book. Vale ressaltar que organizamos tais feedbacks a partir dos seguintes critérios: “engajamento e interesse”, “interatividade e autonomia”, “discussão e debate” e “desafios e ajustes”.



Imagem: estudante acessando o produto pelo tablet.

Considerando o aspecto do engajamento e interesse dos alunos, deu para notar que a linguagem utilizada no material foi fácil entendimento, sendo acessível tanto para estudantes do ensino fundamental (9º ano) quanto para Ensino Médio (3ª série). Cabe destacar que a contextualização histórica local foi algo surpreendente para muitos estudantes que nunca

tiveram contato com a temática do e-book. A variedade de recursos foi mais um ponto a favor, principalmente no que se refere a imagens e vídeos sugeridos.



Imagem: experimentação do produto no Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo.

No que tange à interatividade e autonomia que o estudante tem com o produto, pode-se observar que a maioria dos alunos interagiram com o material de forma não linear. As seções “Saiba Mais” e “Glossário” possibilitaram uma busca ativa por informações adicionais, leituras complementares que ajudaram a esclarecer uma série de dúvidas. Os exercícios práticos disponibilizados na seção “Propostas de atividade em grupo” contribuíram para o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem a partir da elaboração e execução de um júri simulado sobre os impactos da Estrada de Ferro Carajás (EFC) no Estado do Maranhão. Os estudantes foram capazes de articular argumentos, expressar diferentes pontos de vista e construir coletivamente o conhecimento, especialmente ao analisar as consequências sociais e ambientais do Programa Grande Carajás.



Imagem: experimentação do produto no Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo (Mediação: professora Kelma Nobre)⁷⁵.

⁷⁵ No Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo, contamos com a contribuição e mediação da professora do Ensino Médio, Kelma Nobre, no processo de experimentação do produto educacional e na coleta das impressões que os estudantes tiveram sobre o E-book.

Apesar da boa devolutiva por parte dos estudantes, pode-se identificar alguns problemas e desafios passíveis de ajustes necessários. Para um primeiro contato com material, o professor precisa compartilhar o material em PDF com os estudantes que possuem celular, tablets ou similares. No entanto, principalmente na realidade das escolas públicas, não existe internet de qualidade ou ampla disponibilidade de dispositivos eletrônicos. O desafio maior é na dimensão estrutural das escolas para que a utilização do produto seja mais eficiente.

O teste demonstrou a potencialidade do e-book como uma ferramenta pedagógica eficaz para o ensino de História, especialmente no que se refere à contextualização de temas complexos e à promoção de uma reflexão crítica sobre os impactos do PGC e CLA no Maranhão. A capacidade do produto educacional em estabelecer um diálogo entre o engajamento dos estudantes sobre o tema, como também a oferta de múltiplas possibilidades de acesso ao conhecimento, foi primordial para o seu êxito da experimentação.

A criação do e-book didático foi uma forma de transformar o conhecimento desenvolvido nesta tese em um material acessível e interessante para o ensino de História. O método teórico e prático que utilizamos garantiu que o conteúdo fosse bem fundamentado, enquanto a experiência em sala de aula mostrou que ele é relevante e eficaz do ponto de vista pedagógico.

Este e-book não é apenas uma coleção de informações, mas uma ferramenta que incentiva a reflexão, o debate e a formação de uma visão crítica sobre os processos de modernização e seus efeitos no Maranhão. Acreditamos que esse recurso educacional pode contribuir bastante para o ensino de História na educação básica, dando aos estudantes maranhenses a chance de entender as raízes históricas dos problemas atuais, como as desigualdades sociais e os conflitos territoriais, além de estimular neles a vontade de atuar como agentes de mudança na sua própria realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os elementos apresentados no decorrer deste trabalho, conclui-se que a presente pesquisa se fundamentou de forma central em uma reflexão sobre a ditadura civil-militar no Maranhão, investigando, sobretudo, a inserção e as consequências do projeto de modernização conservadora no estado. O resultado prático foi a concepção de um produto educacional destinado para estudantes do ensino médio que constituísse uma ferramenta complementar aos tradicionais materiais didáticos sobre o tema.

Durante toda a pesquisa, confirmamos a pertinência das hipóteses que nortearam nossa investigação. Primeiramente, notou-se uma evidente afinidade política entre o então governador do Maranhão, José Sarney, e os governos ao longo da ditadura civil-militar. Sua trajetória partidária, das Oposições Coligadas, passando pela UDN até a ARENA revelou-se um fator determinante. A hegemonia política de Sarney no Maranhão possibilitou a difusão de projetos econômicos orientados por um caráter impositivo e autoritário. Resgatou-se um aspecto fundamental desse processo, que foi a intensa repressão de quaisquer formas de resistência que contestassem ou ameaçassem os interesses econômicos e políticos das grandes empresas e de importantes agentes de estado diretamente envolvidos. No Maranhão, isso se revelou em um ambiente de profunda negligência das realidades locais e de possíveis vozes dissonantes.

Reflexo dessa análise foi a identificação de que exploração intensiva da classe trabalhadora e os elevados custos ambientais fizeram emergir um terreno fértil para o desenvolvimento de importantes estratégias de luta e resistência de comunidades locais diretamente afetadas pelo Programa Grande Carajás e o Centro de Lançamento de Alcântara. Tais iniciativas, muitas vezes invisibilizadas pela narrativa oficial, e pelos grandes veículos da mídia hegemônica, são fundamentais para o entendimento da complexidade do período e da capacidade de organização da sociedade civil maranhense frente a diversas adversidades inerentes aos impactos do PGC e CLA.

Em suma, este trabalho demonstrou que a ditadura civil-militar no Maranhão não pode ser compreendida apenas como um reflexo de processos nacionais, mas como um palco de interações complexas entre elites políticas locais e o poder central, resultando em um modelo de desenvolvimento com profundas marcas sociais e ambientais, mas também na efervescência de lutas por direitos e justiça. Esperamos que o e-book produzido contribua para uma reflexão mais aprofundada sobre esse período, instrumentalizando as novas gerações para o entendimento crítico da história de seu estado.

As discussões apresentadas ao longo desta tese permitiram aprofundar a compreensão sobre a ditadura civil-militar no Maranhão e os impactos do projeto de modernização conservadora, com especial atenção aos estudos de caso do Programa Grande Carajás (PGC) e do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A análise demonstrou como a estreita relação entre o governo estadual, personificado na figura de José Sarney, e o regime militar, criou um ambiente propício para a implementação desses megaprojetos, muitas vezes de forma impositiva e autoritária, silenciando e reprimindo as vozes de contestação.

Revisitamos a questão da modernização conservadora, que, embora trouxesse um discurso de desenvolvimento e progresso, na prática aprofundou as desigualdades sociais e gerou intensos custos ambientais. O PGC, por exemplo, evidenciou a industrialização periférica e a dependência externa, enquanto o CLA revelou a colonialidade espacial e a militarização do território, resultando em expropriação de terras e violação de direitos das comunidades tradicionais, especialmente as quilombolas. A tese destacou a relevância de analisar o Governo Figueiredo, um período ainda pouco explorado pela historiografia, que foi crucial para a consolidação desses projetos e para a compreensão das dinâmicas de poder e resistência no Maranhão.

Além da análise histórica, esta pesquisa também se dedicou à elaboração de um produto educacional, o e-book, como uma ferramenta para a transposição didática do conhecimento historiográfico para o ensino médio. A experimentação em sala de aula demonstrou a potencialidade desse recurso em promover uma reflexão crítica sobre a ditadura civil-militar e seus desdobramentos no Maranhão, incentivando a formação de uma consciência histórica comprometida com a valorização da memória, dos direitos humanos e da democracia. A boa receptividade dos estudantes e a eficácia pedagógica do e-book reforçam a importância de abordagens inovadoras no ensino de História, que dialoguem com as novas tecnologias e com a realidade dos alunos.

Os desafios identificados, como a infraestrutura tecnológica das escolas públicas, ressaltam a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso equitativo à informação e às ferramentas digitais. Contudo, a experiência com o e-book valida a premissa de que a História Pública, ao extrapolar os muros da academia e interagir com a sociedade, pode se tornar um poderoso instrumento de promoção da justiça social e da equidade, ao trazer à tona vozes silenciadas e questionar narrativas hegemônicas.

Em suma, esta tese não apenas contribui para a historiografia da ditadura civil-militar no Maranhão, com a incorporação de estudos de caso específicos e a análise de um período pouco

explorado, mas também oferece uma ferramenta prática e inovadora para o ensino de História. Acreditamos que o conhecimento produzido e a ferramenta desenvolvida podem auxiliar na formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática, capaz de reconhecer os perigos do autoritarismo e defender os princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

Mapas e tabelas

Tabela 1: Grandes Projetos do Regime Civil-Militar.

Tabela 2: Cronologia dos eventos relativos ao Centro de Lançamento de Alcântara.

Mapa 1: Histórico de Transferência dos Assentamentos Quilombolas de Alcântara (Ministério da Defesa).

Documentos

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16.09.23.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

Sites

Biografia Costa Rodrigues: <https://www.camara.leg.br/deputados/130523/biografia>.

Biografia de Newton Bello, acessar <https://www.camara.leg.br/deputados/130847/biografia>.

<https://www.gov.br/sudene/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias-e-organograma>. (Acessado em 16.09.23).

<https://www.bnb.gov.br/finor>. (Acessado em 16.09.23).

<https://www.bancoamazonia.com.br/o-banco/finam>. (Acessado em 16.09.23).

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. (Acessado em 16.09.23).

<https://www.vale.com/pt/w/terminal-mar%C3%ADtimo-ponta-da-madeira-completa-35-anos-com-novo-patamar-de-embarque>. (Acessado em 16.09.23).

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/alcantara-quilombolas-resistem-ameaca-persiste/>. (Acessado em 16.09.23).

<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ukLfmYL6iyk>. (Acessado em 16.09.23).

Bibliografia

ALBERTI, V. Ditadura militar brasileira nas aulas de História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021.

ALMEIDA, L. de; FERREIRA, M. M. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, p. 19-34, 2013.

ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 5. ed. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARAGÃO, E. R. O. Os donos do Maranhão: dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Orientador: Ernesto Seidl. São Cristóvão, 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Fundo Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. São Luís – MA.

BANDEIRA, M. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961 – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BASTIAN, E. F. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. *Est. Econ.*, São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013.

BELO, W. S. História econômica e o ensino de história: dicionário de conceitos e temas econômicos para jovens como ferramenta de análise das relações econômicas no ensino básico. São Luís, 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção docência em formação: Série ensino fundamental/ coordenação Selma Garrido Pimenta).

BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

BITTENCOURT, D. S. A Trajetória Política de José Sarney (1950-1970). 2019. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Guia Didático).

BOTELHO, J. G. Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2019.

BRAGA, Y. M. R. de O. Território étnico - conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão. 2011. Dissertação de Mestrado, São José dos Campos, SP. 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961. Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51133-3-agosto-1961-390741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983. Cria no Ministério da Aeronáutica, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1987/D88136.htm. Acesso em: [Data de acesso].

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás (PGC).

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.904, de 23 de dezembro de 1981. Altera a redação do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE). Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994.

BRASIL. Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

BRASIL. Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE). Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996.

BRASIL. Termo de conciliação, compromissos e reconhecimentos recíprocos da Advocacia Geral da União. 2024. p. 02.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Civil Pública nº 0003058-29.2013.4.01.3700. 2013. p. 01.

CABRAL, W. A política do pão e circo: a trajetória política de Newton Bello (1930-1970). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

CALDEIRA, J. de R. As eleições de 1974 no Maranhão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 43, p. 37-68, jul. 1976.

CAPELATO, M. H. R. História Pública: Um Campo em Expansão. In: PINSKY, C. B.; FUNARI, P. P. A. (Org.). *História e Divulgação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 99-120.

CAPELATO, M. H. R.; MOTA, C. G. O bravo matutino. São Paulo, [s.n.].

CERTEAU, M. de. A Escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAVES, L. L. Ensino de História, ciberespaço e novas tecnologias de informação: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão. São Luís, 2018.

CHEVALLARD, Y. La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1991.

COELHO, T. P. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. 1. ed. Marabá: Editorial Iguana, 2015. 159p.

CONGILIO, C. R.; IKEDA, J. C. O. Programa Grande Carajás e a recomposição do poder Político em Marabá/Pará. In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013, São Luís, Maranhão. *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2013.

COSTA, S. Ordem e progresso: autoritarismo e modernização no Brasil. São Paulo: Ática, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CUNHA, M. A. F. História, Historiografia e Imprensa: revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar. São Luís, 2018.

D'ARAÚJO, M. C. O governo dos generais: política e economia durante o regime militar (1964-1985). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DOMINGUES, F. J. M. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n.4, p. 459-482, 2002.

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, R. A. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, D. A. A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia. Orientador: Francisco de Assis Costa. 2011.

FERNANDES, F. Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

FERREIRA, J. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, M. M.; FLÁVIO, B.; ALMEIDA, L. de (Org.). História do tempo presente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. v. 1. 316p.

FICO, C. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1. 334p.

FRIGOTTO, G. (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

- FURTADO, C. Análise do modelo brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- GOMES, I. B. Carajás: desenvolvimento e impactos ambientais. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- GORENDER, J. Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Volume 5: Maquiavel. Notas sobre política e sobre o Estado moderno. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUIMARÃES, A. Modernização conservadora. *Revista de Economia Política*, v. 7, n. 2, p. 57-78, 1977.
- IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- JORNAL PEQUENO. Acervo físico. Edições dos anos 1980. Biblioteca Benedito Leite, São Luís – MA.
- KRAHE, T. Memória e silêncio: a ditadura militar e o ensino de história no Brasil. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 61–76, 2012.
- LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o marxismo*, v. 2, p. 111-138, 2014.
- LEMOS, R. Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979). 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. v. 1. 544p.
- LENIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. 2. ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.
- LIRA, J. M. “No interesse da paz e da honra nacional”: a “Operação Limpeza” nas páginas do Jornal Pequeno. São Luís, 2016.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.
- MATIAS, M. A greve da meia passagem: a luta pela democracia no Maranhão (1979-1982). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

MELO, D. B. de. Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online)*, v. 27, p. 39-53, 2012.

MENDES, R. C. M. O Ensino de História do Maranhão na educação básica: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”. São Luís, 2020.

MOORE JR., B. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na formação do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

MOORE JUNIOR, B. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES MENDES, P. L. da C. Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão e ensino: o dicionário histórico-biográfico como ferramenta pedagógica. São Luís, 2021.

MOURA, C. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NAPOLITANO, M. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEGREIROS, A. da S. PIADA PRONTA: a revista que não esconde o riso. 2018. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Revista em quadrinhos chágica - Paradidático).

NETO, W. C. A luta pela terra no Maranhão: dos anos 1970 aos anos 1990. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

O'DONNELL, G. Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia. In: COLLIER, D. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO FILHO, A. K. G. A construção midiática do político José Sarney (1962-1970). In: II SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA - PPGH / UERJ, 2007, Rio de Janeiro. *Anais....* Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 7-7.

PICCOLO, M. Os Sarney: Comunicações, Negócios e Poder no Maranhão. In: CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. da M. (Org.). *Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação, 2017, v. 1, p. 315-351.

PICCOLO, M. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 1. ed. São Luís: EDUEMA, 2022. v. 1. 540p.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O TERMO MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: SUA ORIGEM E UTILIZAÇÃO NO BRASIL. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, p. 411-424, 2009.

- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REIS, F. O coronel na província: Victorino Freire e a formação do Estado no Maranhão. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- RIBEIRO, J. R. F. HEGEMONIA E PODER: as concessões para veículos de radiodifusão no Maranhão (1979-1990). 2017.
- RÜSEN, J. Horizontes. A plenitude da pesquisa na historiografia. In: _____. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora UNB, 2010.
- RÜSEN, J. Horizontes. A plenitude da pesquisa na historiografia. In: _____. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora UNB, 2010, p. 169-172.
- SANTHIAGO, R. O que é História Pública?. São Paulo: Letramento, 2018.
- SANTOS, F. B. Dos. A base de Alcântara e os direitos humanos às comunidades quilombolas no Maranhão. *Bauru*, v. 7, n. 2, p. 61-75, jul./dez. 2019.
- SANTOS, R. L. dos. O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- SANTOS, W. G. dos. O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira. Rio de Janeiro: UFMG; Iuperj, 2003.
- SBRANA, T. S. de J. E deu nome a todas as coisas: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996–2015). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- SEFFNER, F. Ensinar história, ensinar política?. In: MONTEIRO, A. M.; PAGEL, S. (orgs.). *Ensino de História e democracia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. p. 89–108.
- SILVA, C. L. Imprensa e Construção social da Ditabranda. In: MELO, D. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 188-203.
- SILVA, R. O problema da linguagem. In: _____. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 75-93 (Coleção História e Historiografia).
- SILVA, L. L. et al. E-books na educação básica: um estudo sobre o uso de livros didáticos digitais no ensino fundamental e médio. *Revista Brasileira de Educação Digital*, v. 2, n. 1, p. 155-170, 2022.
- SKIDMORE, T. Brasil de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- STAHL, L. S. A Centralidade do Território na Geopolítica: o caso do Projeto Grande Carajás. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2016, São Luís. *Anais...* São Luís, MA: [s.n.], 2016.
- STEPAN, A. Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SULIDADE, M. da. Terra em transe: Estado e questão agrária no Maranhão (1968 – 1970). São Luís. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.
- TOLEDO, C. N. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. S. (Org.). *O GOLPE E A DITADURA MILITAR. 40 ANOS DEPOIS (1964-2004)*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2004, v., p. 67-77.
- TOLEDO, M. A. L. T. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia. *Antíteses*, vol. 3, n. 6, jul.-dez. 2010, pp. 743-758.
- VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- VALE. Relatório Anual da Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro: CVRD, 1982.
- VELOSO, J. P. R. *et al.* A economia brasileira em 1980. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- WERNERCK SODRÉ, N. História Militar do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.